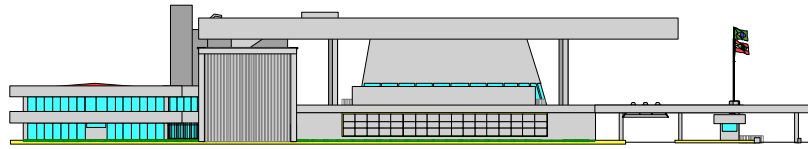


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 08 DE MAIO DE 2003

NÚMERO 5.099

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

João Paulo Kleinübing - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Júlio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Djalma Berger - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Wilson Vieira
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Antônio Carlos Vieira
Jorginho Mello
Reno Caramori
Antônio Ceron
Quartas-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Mauro Mariani - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Odete de Jesus - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Rodrigues - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro - Presidente
Dado Cherem - Vice Presidente
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Wilson Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Julio Garcia
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Paulo Eccel - Presidente
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Djalma Berger
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dado Cherem - Presidente
Antônio Ceron - Vice Presidente
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Celestino Secco
Manoel Mota
Valmir Comin
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO


Genésio Goulart - Presidente
Celetino Secco Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
José Paulo Serafim
Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Clésio Salvaro
Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valmir Comin - Presidente
Afrânio Boppré - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Dado Cherem
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 8:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO MERCOSUL

Nelson Goetten - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Luiz Eduardo Cherem
Cesar Souza
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Éder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salete de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XII - NÚMERO 1437 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 031ª Sessão Ordinária 1ª Sessão Legislativa da realizada em 07/05/20032</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DP17</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....18 Ofício.....31 Requerimento.....32</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 07 DE MAIO DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Sérgio Godinho que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(E lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Quero comunicar aos Srs. Parlamentares, especialmente aos Líderes partidários, que se encerra hoje, às 16h, o

prazo para a indicação dos Deputados membros da CPI da Casan. Cabe ao PP indicar dois membros, o PT dois, o PFL um, o PMDB um e o PTD, o PSDB e o PL, os três Partidos em conjunto, um representante.

Então, impreterivelmente, no decorrer desta tarde, até as 16h, os Srs. Líderes partidários precisam encaminhar ao Departamento Parlamentar a indicação dos Srs. Deputados para comporem a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito -, para investigar a origem da dívida trabalhista que gerou processos administrativos e judiciais na Casan.

Srs. Deputados, por um acordo de Lideranças subscrito por todos os Srs. Líderes partidários com assento nesta Casa, ficou decidido abrir espaço de 30 minutos para o Sr. Mércio Fesky, Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina - CIEE -, para que possa apresentar o Relatório de Atividades - Balanço Social 2002 dessa entidade que tem em sua finalidade principal o combate ao desemprego.

Este requerimento foi aprovado com a assinatura de todas as Lideranças desta Casa com a seguinte justificativa:

(Passa a ler)

“O inestimável serviço prestado à sociedade catarinense pelo Centro de

Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE) tem cumprido sua verdadeira missão, que é a de oferecer à comunidade soluções que contribuam para a capacitação profissional de pessoas, visando a sua integração ao mercado de trabalho. No entanto, em que pese o grande alcance social da ação do Centro, o seu valioso trabalho não é amplamente conhecido pela comunidade catarinense, como seria o desejado. A apresentação do seu relatório de atividades - Balanço Social de 2002 - permitirá ao CIEE mostrar aos catarinenses pelo menos uma parte das atividades e num local que é o fórum ideal: o Plenário da Assembléia Legislativa, onde por excelência se processa a atuação democrática.

A direção do CIEE vai mostrar que cerca de 99% de todos os jovens que procuram a instituição buscam sua primeira oportunidade profissional. São estudantes de nível médio e superior, oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda. Atender aos anseios desses jovens é o grande desafio, diário, perseguido por toda a equipe funcional e pelos conselheiros do centro. Um dado é exemplar do trabalho do CIEE: 50% dos jovens encaminhados para estágios e treinamentos nas empresas ficam nelas próprias, ou seja, contratados como empregados.

O CIEE é a maior organização não-governamental do País, cumprindo papel de integrador, vindo ao encontro dos planos do atual Governo Federal. No âmbito estadual, o centro combate ao desemprego com a filosofia do estágio e com as obras sociais voltadas ao jovem. Para isso, conta com os recursos exclusivos das empresas parceiras.

Também em parceria o CIEE desenvolve uma comunicação estratégica, onde conta com o trabalho de veículos como o Diário Catarinense, o Jornal de SC e outros recursos, como a revista Agitação, o Jornal CIEE em Ação, o CIEE em Dia e um site próprio."

Por isso convidamos o Sr. Mércio Fesky, Presidente do Centro de Integração Empresa- Escola, que tem 30 minutos para falar, para apresentar o relatório de atividades desta entidade.

Neste período, a sessão ordinária será suspensa. E, logo a seguir, daremos continuidade à sessão, em Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, desejo registrar e lamentar profundamente o assassinato, na noite que passou, do Cacique Orides Belino Correia da Silva, vice-Prefeito de Ipuacu. Ele era meu amigo pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Sr. Deputado, esta Presidência e, acredito, todos os Deputados desta Casa se associam à manifestação de V.Exa.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Altair Guidi, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, também fico inserido nas pessoas que se congratularam com o trabalho do CIEE, através do Sr. Mércio, que tanto tem feito pela nossa terra e pela nossa gente.

Hoje, vou abordar um problema que acho que é de muita importância para Santa Catarina e, principalmente, para a região mais pobre de Santa Catarina, da Costa catarinense, que é o Sul do Estado.

(Passa a ler)

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, no decorrer do mês de abril, Santa Catarina conheceu o resultado da última temporada turística. O dado que mais chamou a atenção foi o elevado índice de ocupação dos estabelecimentos, caracterizado como o de turismo rural, especialmente as pousadas.

No último feriadão, abrangendo a Semana Santa e o dia de Tiradentes, o fenômeno se repetiu e a partir do mês de maio o turismo rural se apresenta como uma grande alternativa para atrair novos visitantes ao Estado.

Esses fatos são por si só auspiciosos. Em primeiro lugar, porque o turismo rural é mais uma alternativa para alongar a nossa temporada turística. Com a sua gradual consolidação, aliada à expansão de outros segmentos, como, por exemplo, o turismo religioso e o de eventos, Santa Catarina poderá caracterizar como um Estado turístico de 12 meses e não de apenas 90 dias, como tradicionalmente ocorre.

Em segundo lugar, porque o turismo rural é um elemento de enorme estímulo para os microempreendimentos econômicos do meio rural. Com ele todos ganham: ganha o agricultor que comercializa produtos coloniais ou que implantou um pesque-pague na sua propriedade; ganha o pequeno restaurante que serve comida típica; ganha a família do agricultor que construiu ou que transformou a sua casa numa pousada; ganha o artesanato e, mais que todos, ganha o turista em qualidade de vida.

Na minha região, a região Sul, o turismo rural vem expandindo a olhos vistos. Pousadas, restaurantes típicos e outras alternativas turísticas se multiplicam às dezenas nos Municípios de Criciúma, Urussanga, Nova Veneza, Siderópolis, Morro da Fumaça, Meleiro e tantos outros.

Em Maracajá, por exemplo, foi implantado um parque ecológico de altíssima qualidade. E não há um só Município que não cultive pelo menos uma atração de turismo rural que não mereça ser visitada. E agora, com a conclusão da barragem do Rio São Bento, abre-se um novo leque de opções turísticas para toda a região do pé da serra, notadamente para os Municípios de Siderópolis e Nova Veneza.

Falo da região Sul porque é a que melhor conheço, mas sei que o turismo rural é atividade vencedora em todas as regiões do Estado.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que está na hora de proporcionar um mínimo de divulgação e sistematização para essa atividade. O turismo rural é uma atividade econômica forte se considerado o conjunto de todas as iniciativas. Mas é extremamente frágil se consideradas as iniciativas isoladamente. Por isso, é plenamente justificável uma ação de governo voltada à divulgação das diferentes opções de turismo rural existentes em Santa Catarina."

A partir dela o turista teria condições de organizar o seu próprio roteiro. E gostaria de fazer uma indicação ao Sr. Governador, pedindo para que essa iniciativa possa ser adotada pelo Governo sem qualquer custo adicional. Por isso, tomo a liberdade de submeter a este Plenário a indicação que segue:

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado Altair Guidi, solicita a V.Exa. providências no sentido de que seja implantado um site eletrônico com informações genéricas sobre o turismo rural de Santa Catarina, acrescidas das informações básicas sobre cada um dos estabelecimentos comerciais voltados a este segmento turístico, como, por exemplo, o nome, a categoria comercial do estabelecimento, as principais atrações turísticas, o telefone, o endereço comercial e o endereço eletrônico.

A adoção desta iniciativa, seguramente, proporcionará um novo status ao turismo rural de Santa Catarina, estimulando a concretização de novos empreendimentos que haverão de proporcionar crescentes oportunidades de trabalho e renda para todos os catarinenses."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que me traz a esta tribuna diz respeito aos questionamentos que vínhamos fazendo com relação à regularidade de

determinadas despesas, que estão sendo geradas pelo Governo do Estado, pelas Secretarias Regionais, sem que haja o devido orçamento a essas Secretarias.

Quem está pagando, afinal, as despesas com o aluguel, com o combustível dos veículos das Secretarias Regionais se elas ainda não têm orçamento próprio, já que o projeto que modifica o Orçamento Estadual e que transfere a essas Secretarias a sua parcela orçamentária ainda está em discussão nesta Casa?

E justamente dentro desses questionamentos temos ouvido, por parte do Líder do Governo e dos representantes do Governo nesta Casa, que as Secretarias Regionais estão funcionando em prédios do próprio Estado, que não estão sendo geradas novas despesas, que estão sendo utilizados prédios que o Estado já possui para abrigar as Secretarias Regionais.

Na semana passada citei o exemplo do prédio onde vai funcionar a 15ª Secretaria Regional, na cidade de Blumenau, que estava sendo alugado da empresa Brasil Telecom pelo Governo do Estado, mas que na verdade não pertence ao Estado.

Para comprovar aos senhores que em Blumenau, pelo menos, não está sendo utilizado o prédio do Estado, eu trouxe essa fotografia do prédio da Brasil Telecom, onde ainda funciona uma parte daquela empresa, em que foi parcialmente locado pelo Governo do Estado para ser instalada a 15ª Secretaria Regional de Blumenau. Inclusive a placa já foi instalada, a Secretaria já está funcionando lá e o aluguel está sendo pago. Mas está sendo pago por quem? É a pergunta que fica! Estão utilizando a Secretaria da Educação, a Secretaria da Saúde para pagar o aluguel? Quem está pagando o aluguel?

Não sou leitor tão assíduo do Diário Oficial do Estado quanto o Deputado Antônio Carlos Vieira, mas não vi aviso de licitação para o aluguel desse prédio. Eu posso questionar: será que outros proprietários de imóveis nessa região em Blumenau não gostariam de alugar o seu imóvel para o Governo do Estado? Por que esse imóvel foi escolhido para abrigar a Secretaria Regional em Blumenau? Há outros imóveis possíveis! Quer dizer, não há ainda a publicação do contrato no Diário Oficial, mas o Estado já está ocupando o prédio!

Esta é a pergunta que continua sem resposta, essa é a pergunta que continua intrigando a nós, Parlamentares, de como o Governo vai regularizar essa situação.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, realmente é uma situação ímpar. As entidades, os órgãos e as Secretarias Regionais estão fazendo despesas, não têm orçamento, não têm como promover as suas quitações e estão colocando placas.

Há poucos dias eu dizia, neste Plenário, que talvez nós fôssemos observar a instalação de vários subpalácios pelo interior do Estado. Esta fotografia que V.Exa. traz é um deles, é um subpalácio.

Quero falar também sobre uma reportagem do Diário Catarinense, na coluna do Paulo Alceu, do dia 04 de maio, a respeito de uma infração de trânsito cometida pelo Secretário do Desenvolvimento de Palmitos, Adilson Zeni. Ele se desloca da sede da Secretaria Regional para o Município onde reside com o carro do Governo, infringindo o trânsito, ultrapassando um caminhão em local não permitido.

Quem paga o combustível? De que forma esse carro está em seu poder? Quem autorizou um Secretário deslocar-se de um Município para outro dirigindo um carro do Estado? Então, estão sendo criados vários marajás através das Secretarias Regionais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Esta é a pergunta. Quer dizer, como esse carro, que deve pertencer ao DER, que deve pertencer à Secretaria de Educação, pode ter sido utilizado por um Secretário de outro órgão, como se fosse da sua Secretaria, com combustível sabe-se lá de quem, já que não há orçamento.

Esta situação é irregular, e este Parlamento precisa averiguar, precisa acompanhar, porque nós não podemos deixar o problema estourar lá na frente, na prestação de contas junto ao Tribunal. A nossa obrigação é garantir que o dinheiro dos catarinenses seja utilizado da melhor forma e com a máxima transparência.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, na semana passada, ainda com relação a este assunto das Secretarias, aconteceu em uma região de Santa Catarina uma situação, no mínimo, inusitada.

Determinado Secretário Regional preparou a festa de instalação das Secretarias, porque também foi determinação do Governador - e isso foi divulgado pela imprensa - que se fizesse uma churrascada ou uma grande festa na instalação de cada Secretaria. Parece-me que é o que está acontecendo, e não sei por que da minha região, mas as Secretarias só serão instaladas neste final de semana e, pelo que me consta, também haverá uma grande festa.

Mas em uma reunião ocorrida em uma região na semana passada, os Prefeitos foram chamados e quando o Secretário apresentou uma conta de R\$8 mil para pagar a festa, queria ratear entre os Prefeitos, pediu a doação para as Prefeituras de móveis, computadores, escrivaninhas e cadeiras para a instalação das Secretarias, porque elas não têm móveis.

Então, um dos Prefeitos do PMDB levantou o braço e disse: "olha, eu acreditei durante toda a campanha, que as Secretarias Regionais viriam para trazer convênios, recursos, investimentos para os Municípios, que já são muito carentes. E agora, para instalar as Secretarias, o senhor pedir para os Prefeitos pagarem a festa e doarem os móveis, não dá para acreditar no futuro das Secretarias."

Foi o que respondeu um Prefeito do PMDB. Fiquei estarelecido com a informação, por isso trago ao Plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Quem está pagando a festa são os convidados.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Parabeno V.Exa. pelo tema polêmico que traz a esta tribuna.

Com certeza, vamos discutir muito na Assembléia Legislativa, durante esses quatro anos, a questão das Secretarias Regionais.

Evidentemente que estamos na torcida para que dê certo, porque se der certo e houver exatamente o implemento e o incremento no desenvolvimento econômico impulsionado pelas Secretarias, melhor para Santa Catarina. Mas, infelizmente, por

enquanto, na parte política, está uma briga danada. É região que não se acerta, é Partido que não aceita, é Campo Belo que não tem merenda, porque o PMDB não aceita o diretor que é filiado ao PSDB.

E nós teremos na quinta-feira, amanhã, portanto, a instalação, em Lages, da Secretaria Regional. Infelizmente, não poderemos comparecer e já justificamos nossa ausência, porque estaremos em Brasília representando a Bancada Estadual na Convenção Nacional do PFL.

Mas há poucos dias aconteceu em Lages o Mercoleite, que é a Feira do Gado Leiteiro de Santa Catarina. E a maior delas foi a sétima edição, se não me engano, com grande quantidade de expositores, de produtores e de gado leiteiro.

Infelizmente, agora com a Secretaria Regional de Desenvolvimento, já em instalação em Lages, foi a primeira vez que o Governo do Estado não esteve presente com auxílios objetivos nessa feira.

Tomara que os poucos recursos não acabem ficando só no meio e a finalidade órfão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Agradeço, nobre Deputado.

O que mais estranhamos é o fato de que há uma inversão completa no sentido de prioridade e esforço deste Governo, ou seja, para alugar um novo prédio da Secretaria faz-se todo o esforço possível. Mas hoje as entidades, os centros sociais urbanos, os centros comunitários do Estado de Santa Catarina, que são cerca de 80, que administram um patrimônio público e que sempre receberam convênio do Governo do Estado para executarem suas atividades, estão sem convênio e sem dinheiro.

Estamos quase iniciando o quinto mês do Governo, não temos convênio assinado e nem está preparado, o dinheiro não está sendo enviado. Mas dizem que têm que ver se tem orçamento. Quer dizer, para as Secretarias Regionais, que não têm orçamento aprovado nesta Casa, dá-se um jeito para alugar o prédio para a Secretaria.

Então, para dar R\$8.500,00 para o CSU do Garcia, em Blumenau, manter sua creche, que não foi fechada graças ao apoio da empresa Coteminas não tem dinheiro, mas para pagar R\$6.000,00 para 29 Secretários tem dinheiro. E já está chegando o nosso 30º Secretário, em Taio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Djalma Berger, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que me traz hoje à tribuna desta Casa é novamente para fazer uma relação com a nossa cidade de São José. Não sei se já estou sendo chato neste sentido, mas só recebo notícias boas, Sr. Presidente.

Ontem, nós recebemos a comunicação, através do Conselho Federal de Contabilidade, que o Município de São José, dentre os mais de 1.500 Municípios do nosso País que participaram da apreciação de suas contas pelo Conselho Federal de Contabilidade, foi classificado em segundo lugar. Recebeu o certificado de gestão fiscal responsável pelo Conselho Federal de Contabilidade, como gestão fiscal responsável entre os Municípios com mais de 50 mil habitantes no Estado de Santa Catarina e do Brasil. Perdeu apenas para a cidade de São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, também uma excelente cidade e que também é muito bem administrada pelo nosso Prefeito Luiz Olinto Tortorello.

Então, acho que dentre todas as homenagens que foram prestadas, entre todos os prêmios que foram recebidos pela cidade de São José, entendo que esse vem conotado de uma importância, não digo maior, mas de uma importância no cenário da política catarinense. Mostra que a administração de uma cidade tem que ser séria, preocupada com o resultado.

Eu acho que nada mais justo que o administrador público, hoje, que tem uma dedicação exclusiva a uma causa, que é a causa pública, saiba que está ali para bem servir a sua população, bem servir o povo da sua cidade e gerir os recursos públicos com competência, seriedade e, acima de tudo, observando os preceitos legais, mormente nesse caso, com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sempre tenho dito e tenho afirmado, e os números da nossa cidade de São José assim o confirmam, que desde 1997, quando o Prefeito assumiu a Prefeitura, em momento algum, em nenhum ano, mesmo quando não existia a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura de São José gastou mais do que arrecadou.

Em todos esses momentos da história do Município de São José, desde que o nosso Prefeito assumiu a Prefeitura, em todos os anos essa Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi instituída recentemente, foi cumprida, foi levada à risca pela administração do Município de São José.

Isso fez com que São José passasse por uma grande transformação. São José hoje, realmente, não é mais aquele canteiro de obras que era até então. Não porque não sejam necessárias essas obras, mas muitas delas já foram executadas e estão sendo executadas pela administração do Município de São José.

Então, nesse sentido quero parabenizar a cidade de São José; quero parabenizar a Secretaria de Finanças e a contabilidade do Município de São José; quero parabenizar a administração que acima de tudo sabe gerir o recurso público, como muitas pessoas neste Estado tem condições de fazê-lo.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Eminentíssimo Deputado Djalma Berger, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, e quando V.Exa. fala que se está tornando um pouco chato, eu digo o contrário. As coisas boas, as coisas que dão certo e as boas administrações precisam realmente ser enaltecidas e divulgadas. Por isso, quero tributar aqui os meus mais sinceros votos de parabéns à administração do seu irmão, Dário Berger, que vem desempenhando um grande trabalho frente à Prefeitura Municipal de São José.

Por isso, continue enaltecendo e divulgando sempre o que é bom, e São José tem uma grande administração.

O SR. DEPUTADO DJALMA BERGER - Muito obrigado!

Eu gostaria de agradecer enormemente as palavras do nosso Deputado Valmir Comin, pois só vêm a enriquecer o nosso pronunciamento e, acima de tudo, fazer com que a nossa responsabilidade cada vez aumente mais, no sentido de bem gerir os recursos públicos, que essa é a função de todos nós, Parlamentares e administradores públicos.

E é com esse espírito que gostaria de convidar V.Exa., Sr. Presidente, e os Srs. Deputados desta Casa, para estarem presentes no dia 14, em Brasília, no Hotel Blue Three Tower, onde estará sendo entregue o prêmio de Gestor Fiscal Responsável ao nosso Prefeito, pois, sem dívida alguma, vai ser uma grande festa da democracia.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Godinho, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, assomo esta tribuna para falar sobre a nossa preocupação com relação à Casan, daquela dívida trabalhista que gerou o bloqueio de 30% da receita da Casan. Ontem, aquela dívida de 207 milhões baixou para sete, sete milhões de reais.

Foram feitos os cálculos e hoje todos os jornais do Estado mostram o desespero - eu mesmo fico desesperado - das pessoas com relação à dívida, o que considero uma coisa descabida, de 207 milhões que, num passe de mágica, passou para sete, três milhões de reais.

Muitos Parlamentares contestaram a necessidade da CPI, mas estamos provando agora, Deputado Djalma Berger, que há necessidade de uma CPI. Porque uma dívida trabalhista da Casan de 207 milhões baixou para três milhões antes da CPI.

Então, a nossa preocupação não era uma preocupação sem fundamento, Deputado Dionei Walter da Silva. V.Exa. que fez esse trabalho comigo de solicitar a presença, nesta Casa, do Presidente da Casan, sabe que isso nos deixou até mais embaçados e cientes da necessidade de criar no Parlamento uma Comissão, para que possa ajudar a salvar uma empresa.

Eu acho que essa CPI vai colaborar de forma magnífica para salvar a Casan. A Casan pertence aos catarinenses, não pertence aos funcionários da Casan e nem a nenhuma indústria do trabalho, pois isso que o que aconteceu foi um descalabro, ou seja, uma dívida já transitada e julgada de 207 milhões, ao ser recalculada, passar para sete, três milhões.

Eu quero deixar também a minha preocupação. E vamos analisar cada dívida trabalhista, para ver sua veracidade, para ver se houve descaso dos gestores, para ver se houve irresponsabilidade de alguns advogados, que deveriam defender a empresa e não defenderam.

E não é só a dívida trabalhista. A dívida trabalhista é o fato determinado que nos levou ao pedido da CPI, e agradeço aqui aos Srs. Deputados, que apoiaram esse pedido da CPI.

E ontem, ao me encontrar com um dos Conselheiros da Casan, ele me dizia: "Godinho, não se atenha só a dívida trabalhista. A Casan tem muitos e muitos problemas gravíssimos de compra de produtos, de superfaturamento".

Então, a Casan está realmente nesta situação porque houve muita maldade, muita má administração.

O Sr. Deputado Djalma Berger - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Djalma Berger - Deputado, primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa da instauração dessa CPI para analisar a dívida trabalhista da Casan.

Mas eu gostaria de ressaltar que participei também da administração da cidade de São José e nessa administração foi renovado o contrato de concessão com a Casan por mais 20, 30 anos, não me lembro muito bem o prazo. E consta nesse contrato que todas as obras de benfeitorias e melhorias do sistema de abastecimento em rede coletora de esgoto e tratamento de esgoto em nosso Município, que eram executadas pela Prefeitura, seriam ressarcidas pela Casan em momento oportuno.

Ocorre que nesses cinco, seis anos que estamos na Prefeitura muitas obras também foram realizadas. E hoje a dívida da Casan para com o Município de São José já passa da ordem de R\$6 milhões, e não se tem nenhuma perspectiva de receber da Casan esses recursos, o pagamento de uma dívida dos valores investidos pela Prefeitura no abastecimento de água e sistema de coleta e tratamento de esgoto do Município de São José.

Então, quero parabenizá-lo pela instalação da CPI, que realmente é muito oportuna e vai contribuir para o processo de melhoria da qualidade da Casan.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Quería, mais uma vez, dizer da minha impossibilidade de participar da CPI. A minha preocupação é com a empresa Casan, a minha preocupação é que a empresa consiga desvencilhar-se dessas dívidas e que consigamos com a CPI esclarecê-las, para que a Casan possa realmente fazer aquilo a que se propõe.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Deputado, é necessário que isso seja esclarecido. E V.Exa. não esclareceu quem apontou uma dívida de 207 milhões foi a atual administração. Não foi a anterior administração. A anterior administração, em momento algum, apontava essa dívida de 207 milhões. A atual administração, sim, que veio para descaracterizar a situação da Casan, jogando um número elevado. E trouxe aqui, inclusive, uma informação de que não tinha dinheiro nem para pagar R\$20.000,00 em materiais para colocar na água. Então, nós vamos buscar essas informações, Deputado!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - A dívida verdadeiramente era de 207 milhões. Na revisão dessa dívida é que baixou para três milhões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cherem, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, assomo à tribuna hoje para falar a respeito da necessidade de uma universidade pública e gratuita em nossa região, a região do Litoral Norte e a região da Foz do Rio Itajaí.

(Passa a ler)

"Esse movimento voluntário pelo ensino superior gratuito completou um ano de trabalho. Sua característica mais marcante e

única no Estado é ser um movimento comunitário surgido na base da sociedade, que assim promove o crescimento da cidadania pela participação sobre um patrimônio público e coloca as pessoas como agentes ativos na construção do seu futuro.

Vários líderes políticos, comunitários, institucionais, religiosos e sociais, assim como pessoas simples e importantes, vêm se somando de forma madura e progressiva ao trabalho de conseguir esse objetivo.

Se traçarmos um raio de 100 quilômetros, tendo como ponto de partida sempre Balneário Camboriú, veremos que de um lado vamos até a Capital e do outro até São Francisco do Sul. Com mais outros raios de 100 quilômetros para qualquer direção, fazendo então um círculo, vamos atingir mais de 60% da população de Santa Catarina. São mais de três milhões de habitantes que aqui residem e trabalham. Representam mais de 60% do PIB catarinense, da força de trabalho e dos eleitores também.

Nesse espaço também estão sete das 10 maiores cidades de Santa Catarina: Joinville, Blumenau, Florianópolis, São José, Palhoça, Itajaí e Jaraguá, todas com mais de 100 mil habitantes. Ficam de fora somente Criciúma, Lages e Chapecó, que têm mil habitantes a menos que Itajaí. Se Balneário Camboriú fosse no Oeste de Santa Catarina, seria a segunda maior cidade da região.

O Governador Luiz Henrique elegeu-se defendendo a bandeira da descentralização. A Universidade Federal, só para se ter uma idéia, está 100% centralizada em Florianópolis há 40 anos.

No Rio Grande do Sul, o ensino superior gratuito está apenas com 50%, em Porto Alegre, e no Paraná está com somente 30%, em Curitiba. A Udesc, que há 10 anos não se expande, possui quase 50% dos seus alunos na Capital. Foi muito bom saber que agora será dobrado o número de vagas para veterinária em Lages.

Balneário Camboriú e região possuem características únicas e favoráveis para se tornarem uma cidade, além de turística, universitária. A existência do colégio agrícola, que é de propriedade da Universidade Federal, com 2.000m² e 410 alunos, com certeza é um fator positivo para que possamos pedir uma extensão da Universidade Federal."

Eu queria deixar bem claro aos Deputados aqui presentes que não temos interesse em começar a universidade com um campus ou com algo grandioso, mas queremos, sim, beneficiar o nosso adolescente para que também possa um dia cursar uma universidade gratuita sem a necessidade de ter que se deslocar para cidades longínquas ou outras regiões.

Quería também aproveitar este momento para parabenizar o Deputado Djalma Berger, e que leve ao seu irmão Dário Berger a alegria deste Deputado pelo prêmio recebido pela sua gestão fiscal. Porque sabemos da dificuldade que tem hoje um gestor público, um Prefeito de ser um bom administrador e, além disso, de conseguir o reconhecimento pelo equilíbrio fiscal, pela moralidade nas contas públicas.

Então, que leve, Deputado Djalma Berger, em nome do PSDB, ao Prefeito de São José, que é seu irmão, e ao povo de São José, a nossa alegria por a cidade ter sido considerada a segunda do Brasil na questão da gestão fiscal.

É de extrema importância esse prêmio, orgulhando a todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, também quero comungar da alegria do nosso ilustre Deputado Djalma Berger pelo grande desempenho da administração de São José, que não é mais dormitório de Florianópolis. Isso se deve muito ao dinamismo e ao esforço do ilustre Prefeito, nosso prezado amigo, seu irmão, Dário Berger.

Pode ser, se Deus quiser, que ele possa também ser Prefeito de Florianópolis. Ao menos são vinculadas essas informações e o nosso Partido, o PFL, ao qual pertence o Dário, quem sabe, vai abrir espaço para que ele venha administrar a Capital de Santa Catarina.

Srs. Deputados, há pouco registrava, com muito pesar, o falecimento, decorrido de um assassinato, do vice-Prefeito do Município de Ipuacú, cacique da aldeia indígena desse Município, nosso amigo Orides. Ele foi assassinado nesta noite e ainda não se sabe a forma como foi assassinado e quem o fez.

Eu estou fazendo esta referência para mostrar a violência que acontece neste País.

Ontem, após assistir aquela reportagem do Rio de Janeiro, onde os bandidos determinaram o fechamento do comércio e da universidade, passei a refletir por alguns instantes.

É a mais violenta agressão ao cidadão do que no tempo da ditadura! Na época da ditadura, em que muitos brasileiros foram presos, agredidos e até assassinatos, fazia-se isso contra uma pessoa inocente mas, em tese, suspeita. Agora, matam de forma violenta inocentes. Aquela jovem estudante de 19 anos de idade, se não perder a vida, provavelmente ficará paraplégica.

Vemos a violência de uma forma absolutamente brutal contra o povo, e os governos, quer o Governo do Rio de Janeiro, quer o Governo do Brasil, que tem responsabilidade, ficam à mercê da vontade dos criminosos. Nenhuma ação a respeito é feita.

Deputado Joares Ponticelli, V.Exa., na qualidade de professor, deve conhecer um pouco da história do nosso Estado. Lembro-me que a primeira intervenção do País aconteceu em Santa Catarina, em 1914, quando o Exército e a Aeronáutica tiveram que vir a Santa Catarina, na nossa região, combater os fanáticos. E lá veio a primeira esquadrilha aérea acabando com o fanatismo, porque houve a intervenção federal.

Lamentavelmente, nada é feito a respeito. Vê-se, sim, mais uma agressão ao cidadão de bem do País, que é o transporte de avião para baixo e para cima do criminoso Fernandinho Beiramar. Foram gastos R\$430.000,00 para fazer o transporte desse cidadão.

Há poucos dias um amigo nosso, motorista, de Gaspar, sofreu um acidente na Bahia, ficando totalmente queimado. Havia necessidade do seu transporte urgente da Bahia para o hospital especializado de Joinville, um dos únicos do Brasil que atende pessoas queimadas. Era necessário, então, transportá-lo por via aérea.

V.Exas. não imaginam a luta que travamos para conseguir esse transporte aéreo! Graças a Deus o Secretário da Saúde, e aqui quero fazer este registro, Fernando Coruja, atendeu ao nosso apelo e assim foi um avião buscar esse cidadão. Mas foi uma luta!

Agora o bandido corre para baixo e para cima de avião com uma segurança excepcional! E o Brasil vê essa violência terrível e ninguém faz nada.

Por isso, faço este registro, lamentando profundamente o que vem acontecendo. Não estou aqui culpando o Governo nem o Secretário da Segurança. Aliás, é um excepcional Secretário, acho que vai dar conta da violência em nosso Estado, mas perde a vida um homem público, o nosso amigo Ourides, que foi covardemente assassinado esta noite.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo pelo assunto que aborda e pela preocupação que V.Exa. traz à tribuna na tarde de hoje.

Acabei de receber a seguinte notícia: Secretário da Segurança, Garotinho, admite a situação de descontrole com a violência e não vê solução a curto prazo. É o poder público admitindo a incompetência, admitindo que está vencido pelo crime! É o poder público dizendo que o mal venceu o bem!

Se nós não nos preocuparmos e não agirmos rapidamente, daqui a pouco será o nosso Estado, o País inteiro que estará nessa situação, porque a cada dia temos notícias mais assustadoras gerando uma histeria coletiva.

Na segunda-feira tivemos a oportunidade de ouvir uma palestra do Secretário João Henrique Blasi, que falava de todas ações que o Governo pretende dar continuidade, algumas que foram iniciadas no Governo passado e outras que estão sendo implementadas.

Mas se não nos envolvermos como um todo, Deputado Onofre Santo Agostini, os três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e a comunidade; se não fortalecermos as polícias comunitárias, os conselhos comunitários de segurança; se não incentivarmos o Proerd, esse programa que V.Exa. tanto elogiou aqui, implantado no Governo passado, que permitiu a mais de 200 mil alunos terem essa informação, quebrando o tabu, discutindo, o policial indo na escola e orientando essas crianças, advertindo, preparando para reagirem; se não fizermos um mutirão, uma verdadeira cruzada, daqui a pouco vamos também nos declarar incompetentes para combater a violência.

Por isso, cumprimento V.Exa. pela preocupação e digo que é chegado o momento desse mutirão, dessa cruzada de toda a sociedade contra o crime.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado, este é um fato gravíssimo! Vimos, no Rio de Janeiro, e V.Exa. aqui colocou, que Secretário da Segurança disse que está impotente. E não há intervenção das Forças Armadas, do Brasil, da Nação, do Governo, porque o Rio de Janeiro é Brasil!

Há necessidade, urgentemente, de que o Governo Federal pare de falar bobagem. O Governo Federal só conversa, mas na realidade não faz nada.

Escutem o que vou ler agora do jornal de hoje, e não sou eu que estou dizendo, Srs. Deputados:

(Passa a ler)

"Fome Zero, se não houver cuidado, vai ser permanente. Para a própria dignidade da pessoa, ela deve é ter trabalho." Dom Geraldo Agnelo, eleito Presidente da Confederação Nacional de Bispos do Brasil.

Srs. Deputados, matar a fome do povo brasileiro, dar-lhe comida, é lógico que é bom para o ser humano! Mas o que é importante é gerar emprego, porque se gerarmos emprego acaba a fome e também a violência!

Por isso, dizemos que não é verdade o que dizem que o Brasil é maravilhoso e que está tudo bem, Deputado Joares Ponticelli! Não é verdade! A coisa está muito diferente do que querem mostrar. Achar até que o dólar não tem mais problema, que ele se estabilizou, que o Brasil está numa boa. Mas não é verdade! Estamos enfrentando, quem sabe, um dos momentos mais difíceis da Nação brasileira.

Não estamos aqui culpando o Governo Lula. Só faz cinco meses que assumiu o Governo. Ele está bem intensionado? É claro que está! Queremos torcer por ele? É claro que queremos! Queremos que o Brasil vá para frente? É claro que queremos! Desejamos que o Lula faça um grande Governo? É claro que sim!

Não é verdade que tudo está bem! É o próprio bispo que está dizendo que esse programa Fome Zero quem sabe vai ficar permanente neste País e quem sabe vai viciar cada vez mais as afirmativas que aqui dizem que Santa Catarina tem 600 mil pessoas passando fome. Desculpem-me a franqueza, mas não é verdade! Pode até ter um milhão de pessoas que não têm a vida digna, mas passando fome não é verdade que tenham 600 mil pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Mauro Mariani, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assomo à tribuna desta Casa, hoje, para tratar de alguns assuntos. Mas primeiro quero fazer algumas reflexões. E a primeira, Deputado Genésio Goulart, tem tudo a ver com o momento político que estamos vivendo em Santa Catarina e no Brasil.

Geralmente, o político visita os Municípios, os bairros, faz reuniões, busca os votos para a sua eleição, e depois de conquistar o mandato se retrai com medo de ser cobrado, de se expor, de estar à disposição da comunidade para que faça as cobranças.

Falo isso porque o que estamos vendo e vivendo em Santa Catarina é justamente o contrário. O Governador do Estado buscou a eleição e continua visitando os Municípios, encarando de frente alguns problemas, com coragem.

Participei no último domingo, com o Governador, de uma visita no interior do Estado, no Município de Taiópolis, demonstrando que este Governo veio para estar próximo da comunidade, para oportunizar ao povo o acesso ao Governo.

Também tenho visto o Governador participando ativamente, não só aqui em Santa Catarina, de grandes discussões nacionais. O Governador Luiz Henrique está dando apoio fundamental para que o Presidente Lula possa dar um bom encaminhamento às reformas que toda a sociedade clama, que cobra de nós, políticos. E o Governador está dando a sua parcela de contribuição indo junto com o Presidente, sensibilizando a Bancada Federal do PMDB.

Esse é o Governo que o povo de Santa Catarina quer. Esse é o Governador que queremos. Alguém que seja acessível, que esteja próximo.

Não tenho dúvida de que um dos fatores preponderantes para que determine o sucesso de uma administração é conseguir estabelecer canais de comunicação com a sociedade. E aí temos vários exemplos. O PT tem o orçamento participativo; na minha administração foi criada o programa Vamos Conversar, onde toda segunda-feira o Prefeito ia no bairro atender às reivindicações da sua comunidade.

E o Governo Luiz Henrique está implantando em todo o Estado de Santa Catarina as Secretarias de Desenvolvimento Regional, para que lá a própria sociedade local discuta e busque retomar o desenvolvimento em algumas regiões e otimizar em outras.

Participei, na última semana, da instalação da Secretaria em Canoinhas e na próxima sexta-feira estaremos instalando a Secretaria no Município de Mafra. E não tenho dúvida de que será o momento histórico para a região do Planalto Norte catarinense, que agora, sim, está contemplado com duas Secretarias de Desenvolvimento, e vai poder alavancar o seu desenvolvimento.

Um governante também precisa, para ter sucesso na sua administração, acima de tudo, coragem. Coragem de admitir alguns problemas, como teve coragem, o Governador, quando admitiu que o Estado estava ineficiente, que precisaria passar por uma reforma, conseguir outra maneira de administrar o Estado, e optou pelo caminho da descentralização. E eu já disse que é o melhor caminho.

Um governante tem de ter coragem de tocar em alguns assuntos velados, muitas vezes, como é o caso da Casan, e o Deputado Sérgio Godinho propôs a instalação de uma CPI, que muitos tentam desqualificar, dizendo que o Governo, com a CPI, quer colocar o foco em cima daquela empresa para levá-la à municipalização e, num terceiro momento, à privatização. Não é nada disso.

O Governo quer, sim, oferecer um serviço de água e esgoto eficiente. O Governador sinalizou que é pela municipalização do serviço de água e esgoto, mas jamais falou em privatização. E este Deputado é terminantemente contra a privatização.

Quero parabenizá-lo, Deputado Sérgio Godinho. Vá em frente porque terá um aliado, não para ir à caça as bruxas, mas para poder dar um encaminhamento melhor para o sistema de água e esgoto do nosso Estado.

Ora, se uma empresa que tem uma folha de pagamento de aproximadamente R\$10 milhões por mês e um passivo trabalhista estimado em R\$450 milhões, alguma coisa está errada! Ou não? Ou está tudo bem com a Casan? Está tudo as mil maravilhas?

Parece que existe Parlamentar que acha que está tudo bem, mas na minha opinião não! Está claro! Vamos investigar, não com o propósito de caçar bruxas e sim de verificar o que acontece e, num segundo momento, oferecer um novo encaminhamento a esse serviço essencial para o Estado de Santa Catarina.

Quero dizer que quando o Governador levantou a questão do nepotismo, a Oposição, agora, tenta se apropriar disso. Quem levantou essa questão foi o Governador do Estado!

Agora, para desqualificar as Secretarias Regionais, as ações deste Governo, alguns da Oposição classificam de nepotismo, até este Deputado foi vítima porque um primo da minha mãe foi indicado a secretário de uma escola no Município de Porto União.

Quero dizer que em momento algum participei, mas é a conotação que alguns estão querendo dar. O Governador teve a coragem de não admitir nepotismo no seu Governo. Sua Excelência levantou esse problema, e não venham agora, os membros da Oposição, tentar se apropriar disso.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO MARINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Quero parabenizá-lo pelas suas palavras firmes, ajudando-nos a defender o patrimônio dos catarinenses.

Tenho em minhas mãos a intimação de decisão da 3ª Vara do Trabalho, estimando a dívida da Casan em R\$200 milhões, e eles têm falado em R\$207 milhões. Essa mesma decisão diz que "a presente execução teve cálculos homologados que atualmente extrapolam a quantia de R\$200 milhões", e agora, uma segunda decisão, baixa mais ou menos R\$3 milhões.

É preocupante. O valor da Casan precisa ser avaliado. E peço, mais uma vez, que essa Comissão faça com a maior seriedade, não de maneira política, para esclarecer, verdadeiramente, o que está acontecendo com a Casan.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO MARINI - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, é sobre a questão que falou o Deputado Sérgio Godinho.

Quero dizer que a Casan, esse elefante branco, essa coisa não deu certo, já está provado. O ilustre Deputado falou muito sobre nesse assunto.

Estamos vivendo hoje uma situação de que temos necessidade de abrir essa caixa preta através da CPI formada pela Assembléia Legislativa para saber o que tem a Casan, que tomou tanto dinheiro emprestado mas saneamento, que é bom, não se viu em Santa Catarina.

No Município de Joinville não se viu saneamento! O que está-se vendo é uma vontade desesperada de cortar a água, inclusive de quem pagou! Sei de muitos casos de pessoas que pagaram a fatura, mas o cidadão vai lá e corta a água porque tem determinação para cortá-la. É aquela coisa, a terceirização, que ganha por corte, e não se tem muito escrupúlo.

Se formos mais a fundo, ilustre Deputado, a Casan não tem muito futuro na fundamental questão para nós, que é a água. Temos de ter outra alternativa para Santa Catarina que não seja a privatização. Podemos ter a regionalização ou a municipalização. Isso é fundamental para que tenhamos decência nessa questão do fornecimento de água em nosso Estado.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Eu agradeço, Deputado!

Falava que o governante tem de ter coragem para quebrar alguns paradigmas e levantar assuntos para os quais poucos teriam determinação em fazê-lo.

Por isso, quero parabenizar o Governador por participar ativamente da vida nacional, por estar próximo da comunidade em Santa Catarina e, principalmente, por ter coragem de abordar assuntos polêmicos, de propor mudanças que, com certeza, trarão melhoria na qualidade de vida do povo de Santa Catarina, que tanto espera de nós políticos e de seus governantes.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Senhor Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, pessoas que nos ouvem ou assistem-nos, o assunto que quero abordar hoje é sobre a classe política brasileira.

Ontem, desta tribuna, fazia elogios ao nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e hoje quero falar um pouco sobre os Senadores da República, do Congresso Nacional.

Bom seria se todos os dias pudessemos apenas falar coisas positivas, coisas boas de todas as pessoas que fazem ou não política. Bom seria se sempre que falássemos dos políticos fosse para elogiar por suas atitudes, por seus serviços prestados à sociedade fazendo jus ao que ganham, salários pagos com o dinheiro do povo trabalhador desse País. Mas, infelizmente essa não é a realidade e temos de vir aqui fazer críticas a posicionamentos políticos daqueles que representam o povo brasileiro, mesmo sendo o Senado da República, assim como esta Casa, um espaço democrático onde a sociedade se sente representada.

No ano passado a Delegada Ângela Sá Labanca, mais precisamente em março de 2002, pediu a quebra do sigilo telefônico de 86 pessoas envolvidas em seqüestros no Estado de Minas Gerais. A Juíza Tereza Ribeiro, da Vara de Itapetinga, Bahia, autoriza as escutas. A ordem judicial vai à Secretaria da Segurança Pública da Bahia, chefiada, durante o período de escutas, por Kátia Alves, ligada a ACM. E aí começa toda a novela da questão dos grampos.

Em uma das ordens autorizadas pela juíza, são incluídos os nomes dos Deputados Federais Geddel Vieira Lima, do PMDB da Bahia e do Líder do PT na Câmara Nelson Pelegrini.

Ontem à noite o Senado, por 49 a 25 votos, decidiu arquivar o processo, conforme a Mesa Diretora do Senado, por 7 a 5, na véspera do feriado, também já o tinha feito.

Eu estou com os documentos aqui que, entre outras coisas, mostram uma foto do Senador ACM com a seguinte legenda: "Rindo à toa! Ao lado de Tasso Jereissati, ACM divertia-se no plenário antes mesmo de conhecer decisão da mesa".

Esse é o retrato que passa para a sociedade brasileira do político. É essa a imagem, infelizmente, que a sociedade tem da maioria dos políticos: rindo à toa, rindo daquilo que se beneficiam, rindo do voto que receberam e, depois de eleitos, ficam assegurados pelos seus colegas. Está lá ACM rindo à toa do povo brasileiro. Esse é o quadro do Senado, uma das mais importantes Casas, talvez a mais importante, onde os políticos com mais experiência, mais idosos, estão nos representando.

A matéria diz o seguinte: "É a primeira vez que o comando do Senado coloca-se frontalmente contra uma decisão do Conselho de Ética, a instância criada exatamente para analisar desvios de conduta como os cometidos por ACM. Numa votação apertada de 8 a 7 (...)" E vai por aí afora!

Quero dizer que os próprios políticos, os Senadores, criaram a Comissão de Ética, pediram que desse um parecer, é verdade que numa votação apertada por 8 a 7, e definiu que o Senador deveria continuar sendo investigado, que tudo deveria ser apurado e se possível cassado.

A Mesa se reúne de forma rápida na véspera do feriado; o Senador Presidente, José Sarney, designa o Relator um membro do PFL, que em 30 minutos dá o parecer. E também em pouquíssimo tempo, de forma muito rápida, a Mesa Diretora toma a posição de arquivamento. Por quê? Porque considerou que isso foi no ano passado, que o Senador cometeu erro, é verdade, mas não tem nada a ver com este mandato e, portanto, esqueçam! Deixe que a Justiça faça a sua parte.

O Senado quer lavar as mãos porque não é importante para a sociedade ver esses fatos apurados.

Vimos aqui hoje, como veio o Deputado Onofre Santo Agostini falar que se gasta R\$430 mil com o Fernandinho Beira Mar, perguntar onde está a moral dos políticos? Onde está a moral do PFL? Onde está a moral deste Partido que tem no Sr. ACM a principal figura nacional? Onde está a moral? Onde está o dinheiro?

O Fernandinho Beira Mar é fchinha perto do que estão fazendo com esse País no Senado da República! É muito pouco! Penso que o caso Fernandinho Beira Mar tem que ser realmente tratado como deve! O Governo passado vinha tratando dessa forma e este Governo continua da mesma forma.

Agora, primeiro os políticos têm que dar bons exemplos; os Senadores têm que dar exemplo para o País para depois alguém ter coragem de cobrar atitudes deste Governo que está começando!

É muito simples falar do ladrão de galinha, do contrabando de armas, de drogas comercializadas neste País! E dentro do Senado da República, dentro daquela Casa, onde tem 81 Senadores, pessoas que já prestaram serviço em Casas Legislativas, Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Governos de Estados estão lá no Senado Federal. Que exemplo estão dando para a Nação com essa atitude que acabaram de tomar?

Então, é isso que nos deixa indignado! É isso que deixa a sociedade indignada! Quanto se gasta, fico imaginando, para manter a estrutura do Senado Federal, das Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados? É o povo brasileiro pagando a conta, e muito alta!

Quanto ganha um Senador da República? Qual a estrutura que tem para tocar o seu mandato? Quantos assessores tem? Quantos funcionários possui o Congresso Nacional? Quantos milhões estão sendo jogados fora? Embora afirmamos que é um espaço democrático, que é onde a sociedade está representada pelo voto popular e democrático de cada cidadão deste País.

Quanta vergonha! Quanta coisa temos que aturar! E às vezes a sociedade não tem um espaço para expressar a sua indignação, mas nós, que fomos eleitos pelo voto popular, temos pelo menos essa tribuna, o direito de chegar aqui e mostrar a nossa indignação com o que estão fazendo com o nosso País; o que a classe política, infelizmente, está fazendo com o nosso País.

Muitas vezes já me senti envergonhado de estar aqui neste Poder! Muitas vezes! E esse exemplo que estão dando para a sociedade brasileira, mais uma vez, faz-me vir a esta tribuna mostrar minha indignação, o meu sofrimento, meu descontentamento com a classe política, da qual faço parte.

É lamentável que esse exemplo tenha sido dado para o mundo, porque esse caso do grampo do ACM, não fica restrito ao nosso País, mas o mundo inteiro ficará sabendo dessas barbaridades cometidas.

Leio mais um trecho porque é importante termos noção da barbaridade que cometem com o nosso País.

(Continua lendo)

"O parecer de Fortes, avaliado pelo Sarney, considera que ACM pode ter cometido um crime e que cometeu um delito ético. O crime possível é o envolvimento com o esquema de grampo. No caso, avalia que a competência para julgar se ACM cometeu ou não o crime deve ser do Supremo Tribunal Federal. Por isso a Mesa remete o caso para o STF."

É muito simples, Deputado Dionei Walter da Silva, lavam as mãos e dizem: "Nós, Senadores, não temos nada a ver com isso. Deixa a Justiça tomar conta, porque é lá que se decide essas questões. Nós fomos eleitos, temos um bom salário, temos as nossas mordomias, mas não temos de tratar desse assunto."

Então, é lamentável que justamente no Senado, que deveria ser o espelho para a Nação, para todas os Paramentos - Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, a própria Câmara dos Deputados -, o Senado lava as mãos e deixa para a Justiça porque isso é uma coisa menor, não tem nada a ver, justamente o ACM, que já tinha sido réu, que quase foi cassado da vez passada se não tivesse renunciado.

Enfim, estou aqui de forma bastante indignada porque não podemos admitir nem nos calar diante de tal barbaridade.

Sr. Presidente, quero falar também de coisas positivas. Sempre que venho a esta tribuna procuro trazer para a sociedade o que estamos fazendo, o que estamos produzindo para mostrar que não é só descontentamento, que não é só frustração que nos move a fazer discursos.

Apresentei no mandato passado e reapresentamos este ano um projeto de lei que vem ao encontro das necessidades de pessoas portadoras de deficiência física. O nosso mandato se restringe ao Estado de Santa Catarina e por isso não sei se outros Estados já têm lei semelhante. Enfim, estamos propondo um projeto de lei, que está na pauta da Ordem do Dia no dia de hoje, e teremos oportunidade de discuti-lo e votá-lo.

Como é praxe não discutir os projetos no momento da votação, estou discutindo agora, no horário do meu Partido, porque acho importante fazer esse debate. O projeto dispõe sobre preferência na aquisição de unidades habitacionais populares para os portadores de deficiência permanente.

Do que trata o projeto? Basicamente, todo empreendimento, toda construção de moradia popular destinada às pessoas de baixa renda, que uma parte delas seja destinada a pessoas deficientes. O nosso projeto propõe que esse número seja de 10%. Quando o número de inscritos para um conjunto habitacional não atingir os 10%, logo, o restante será destinada às pessoas comuns, desde que se tenha como critério a questão da baixa renda, das dificuldades financeiras, que não possam comprar uma casa ou um apartamento um pouco melhor.

Esse projeto foi aprovado nas três Comissões desta Casa, e sou grato aos Deputados dessas Comissões por entenderem essa proposta.

Tenho certeza de que estaremos resgatando e dando dignidade às pessoas que mais precisam, pois imagino o quanto deve ser difícil para uma família que tem seus deficientes, pois são pessoas comuns e não temos de tratá-los como coitadinhos - eles não aceitam e estão corretos em não aceitar -, porque por uma situação da vida têm a deficiência.

Primeiro, quero dizer que todos nós, Deputados, estamos de parabéns por esse exemplo de cidadania que estamos dando, por reconhecermos que de fato essas pessoas merecem um tratamento diferenciado, e que tendo em nossas mãos a possibilidade de apresentar uma lei, um projeto, estamos fazendo. Coube a cada um dos Deputados nas Comissões avaliar, dar o seu parecer, e hoje esta Casa vai ter a oportunidade de votar esse projeto, que é de grande contribuição para as famílias do nosso Estado.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Sr. Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo projeto. Penso que é de extrema importância, fundamental porque quando era Secretário da Saúde convivi com problemas sérios referente aos pacientes portadores de deficiência física.

Só tenho uma dúvida em relação ao projeto: se porventura essa casa ou esse imóvel está projetado para atender as necessidades dessa pessoa portadora de deficiência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - O projeto não trata da construção, do modelo, e sim de uma cota que estamos estabelecendo. É óbvio que se a casa é para atender o deficiente físico, quem constrói já deve pensar nisso! E o projeto vai ser regulamentado pelo Governo do Estado.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Existe, não sei bem, um órgão, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que tem um perfil padrão de como que deve ser construído um imóvel nesse sentido, para ter facilidade de locomoção, de acesso à sua própria casa. É importante que se sugira alguma coisa nesse sentido, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Agradeço pelo seu aparte, pela sua ponderação, Deputado.

No art. 6º, Deputado, colocamos que o Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de 90 dias. E espero que nessa regulamentação esteja contemplada a sua preocupação, porque não podemos definir isso no projeto. Mas o Governo do Estado, através da regulamentação, pode constar essa sua observação, pela qual agradeço e considero muito importante para que os futuros usuários tenham, de fato, acesso facilitado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram essas as considerações que gostaria de fazer. Primeiramente fiz alusão à questão do que vem acontecendo na política nacional, mais precisamente no Congresso ou no Senado Federal, e no segundo momento, falei desse importante Projeto de Lei nº 10.3/2003, de minha autoria, contemplado pela grande maioria dos Deputados nas três Comissões que tramitou, e agora, claro, contamos com todos os Colegas para que possamos aprová-lo em seguida neste Plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Deputado Djalma Berger trouxe à tribuna na tarde de hoje os seus cumprimentos e o reconhecimento ao Prefeito Dário Berger por ter conquistado a condição de segundo lugar no Brasil, no ranking de gestão fiscal, e que será premiado no próximo dia 14 de maio. E também quero me associar à sua manifestação e cumprimentar o Prefeito Dário Berger e toda a administração do Município de São José.

Mas, preciso também cumprimentar, em meu nome da minha Bancada, os demais três Prefeitos de Santa Catarina: Jaci José Bortolon, do Município de Presidente Getúlio; Valdir Mallmann, do Município de Mondai, que também vão receber o prêmio, pois foram classificados na condição de Certificado de Melhor Gestor Consciente pela aplicação em saúde e educação; e cumprimentar, muito especialmente, o nosso querido amigo Prefeito Volnei Zanela, do vizinho Município de Paulo Lopes, que também foi um dos quatro classificados de Santa Catarina, e que estará em Brasília no próximo dia 14 recebendo esta premiação.

E falo com muita alegria da administração do Prefeito Volnei Zanela, do Município de Paulo Lopes, porque tenho acompanhado ao longo desses dois anos e quatro meses de mandato a ação competente, séria, responsável e dedicada daquele Prefeito e do seu vice, Heriberto, e de toda a equipe administrativa do Município.

As condições em que o Prefeito Volnei Zanela e a sua equipe assumiram os destinos do Município de Paulo Lopes eram lastimáveis: salários atrasados, fornecedores batendo às portas da Prefeitura, falta de investimentos, de infraestrutura, um Município sem perspectivas até aquele momento.

E ao longo desse curto período, de dois anos e quatro meses apenas, o Prefeito Volnei Zanela e sua equipe conseguiram transformar o Município de Paulo Lopes, conquistando na última pesquisa de avaliação de administração mais de 80% de aprovação dos eleitores daquele Município pela eficiência na administração.

Por isso, orgulho-me muito porque conheço, como já disse, e tenho participado intensamente das ações daquele Município, uma vez que temos ligações partidárias e pessoais com o Prefeito Volnei Zanela e sua equipe.

Temos acompanhado especialmente os investimentos que estão ocorrendo na área da educação e da saúde, bem como os demais setores da administração Municipal. Mas, com toda certeza, no momento em que uma administração prioriza esses setores - educação e saúde -, certamente os resultados acabam aparecendo.

E aí está o reconhecimento, então, à administração do nosso Prefeito Volnei Zanela, juntamente com os demais administradores de Santa Catarina, a quem quero cumprimentar. E, se Deus quiser, lá estaremos no dia 14 para prestigiá-los nesse importante momento de suas vidas pessoais e políticas, nesse importante momento que vivem esses quatro Municípios de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Djalma Berger - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Djalma Berger - Gostaria de agradecer pela sua referência ao nosso Município, e também por ter corrigido um lapso meu por não ter citado os outros Municípios que também foram classificados pelo Conselho Federal de Contabilidade como Município de Gestão Fiscal Consciente.

Gostaria de me associar a V.Exa. e mandar também um grande abraço ao nosso Prefeito de Paulo Lopes, Volnei Adolfo Zanela. Lembro que uma época tive a oportunidade de lá concorrer com ele na compra um bolo na festa da Igreja de Paulo Lopes, e só me dei mal porque o homem não parava de dar lance, e eu também, e no final o negócio ficou tão feio que tive de dar um pré-datado para não sei quantos dias para conseguir pagar o bolo.

Gostaria também de mandar um abraço ao Prefeito de Mondai, Valdir Albino Mallmann, e ao de Presidente Getúlio, Jaci José Bortolon, que sem dúvida alguma muito engrandecem as administrações municipais do Estado de Santa Catarina.

Tenho certeza absoluta que a esses Prefeitos muitos outros vão se somar e, oportunamente, Santa Catarina vai ter todos os Prefeitos nessa condição de desempenho de Gestão Fiscal Consciente.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado Deputado, e integro a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Quero, nesses minutos finais, voltar a um assunto polêmico que não tem tido o devido debate nesta Casa, mas eu me surpreendi, Deputado Celestino Secco, com a resposta publicada no jornal "A Notícia" do dia de hoje, sobre o título "PMDB explica convênio", ainda com referência ao convênio celebrado entre a Codesc e a Escola de Bolshoi em Joinville.

Como todos sabem, no último dia 28 de fevereiro o Governo do Estado repassou à Escola de Teatro de Bolshoi, de Joinville R\$920 mil para a compra do projeto arquitetônico da obra que se pretende edificar. R\$920.000,00, Deputada Simone Schramm, é mais que o orçamento de uma Secretaria Regional durante todo o ano!

Então, o nosso questionamento, e aqui o eminente Líder do Governo tenta desfocar a nossa preocupação quando o Deputado Herneus de Nadal diz: "Fazer oposição é um direito. Agora, contestar o Oscar Niemeyer...". E diz mais: "Questionar o projeto de uma figura tão ilustre e admirada não é uma prática condizente com a Oposição".

Em nenhum momento este Parlamentar contestou a competência, o profissionalismo e a *griffe* de Oscar Niemeyer. Pelo contrário, temos dito que ele é um arquiteto de renome internacional, e é verdade! Mas o fato de ele ser um arquiteto reconhecido internacionalmente, não o coloca acima da lei das licitações! Não é por ser o escritório do Oscar Niemeyer que não se precisa cumprir a lei das licitações, Deputado Celestino Secco!

Tenho questionado, sim, as prioridades do Governo. Investir em projeto arquitetônico para uma escola em Joinville, mais que o valor para uma Secretaria Regional durante um ano inteiro, é prioridade do Governo? Se for, ótimo! E aí, Blumenau, Deputada Ana Paula, Tubarão, Joinville, Criciúma, Florianópolis, Chapecó e todos os outros Municípios também terão essa prioridade à cultura?

E os nossos arquitetos? Não temos em Santa Catarina arquitetos com capacidade para elaborar um projeto arquitetônico desse? Não questionei em nenhum momento, Deputado Herneus de Nadal, a capacidade técnica. Só questiono se isso é prioridade de Governo e se o Oscar Niemeyer está acima da lei. Porque essa é a resposta que nos dá hoje o eminente Líder do Governo.

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Celestino Secco - Deputado Joares Ponticelli, eu penso que a nossa Bancada estimula e valoriza a construção da Escola Bolshoi. Quanto a isso não há nenhuma contestação. A nossa Bancada reconhece no Sr. Oscar Niemeyer um grande profissional. O que nós estranhamos, são U\$300 mil para um desenho. É um desenho que está custando U\$300 mil! Depois é que vem o projeto de engenharia e depois vem a escola!

Imaginamos que essa escola terá um valor razoável ao final, se pelo desenho estamos ao redor de U\$300 mil. Não é porque o Vaticano é a maior instituição da Igreja católica e o Papa a sua maior autoridade, que nós podemos fazer uma contratação do Vaticano com dinheiro público, a preço absurdo, para aqui fazer qualquer pregação católica.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço, Deputado Celestino Secco.

Quero deixar registrada, mais uma vez, em meu nome e da minha Bancada, a preocupação com relação a esse assunto.

O interessante é que ontem a Codesc não soube explicar. Foi procurada, segundo os jornais, e ninguém quis falar sobre o assunto. Hoje vem essa resposta, como já disse, do Líder do Governo, desfocando, tentando tirar a atenção, querendo colocar o nosso questionamento ao profissionalismo de Oscar Niemeyer.

Absolutamente. Só gostaria de dizer que em Santa Catarina temos arquitetos com condições para fazer o projeto. Penso que está-se pagando muito por uma *griffe*, por uma assinatura, como bem colocou o Deputado Celestino Secco. São mais de U\$300 mil pelo desenho, pela *griffe*, e depois todos os outros projetos virão. Um projeto arquitetônico custa, em média, 3 a 4% do valor da obra. Portanto, aí já dá para se imaginar o custo dessa obra.

E o nosso questionamento é se o Erário, se o Poder Público catarinense também vai bancar, e se bancar, que não seja apenas para Joinville mas para toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que os Líderes Partidários já indicaram os Deputados membros da CPI da Casan, ficando assim constituída: Deputados Antônio Carlos Vieira e Joares Ponticelli, do PP; Deputados Dionei Walter da Silva e Pedro Baldissera, do PT; Deputado João Rodrigues, do PFL; Deputado Mauro Mariani, do PMDB; Deputado Clésio Salvaro pelo PTB, PSDB e PL.

A Presidência vai agilizar o encaminhamento para a constituição formal da CPI para que possa ser instalada, e dar início aos seus trabalhos.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, será arquivada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 239.0/2002.

Votação de redação final do Projeto de Lei nº 012.5/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0003.0/2003.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0007.8/2003, de autoria do Deputado Lício da Silveira, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Tênis, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos e Garantias Fundamentais.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0010.3/2003, de autoria do Deputado Francisco de Assis, que dispõe sobre a preferência na aquisição de unidades habitacionais populares para portadores de deficiência física permanente.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0022.7/2003, de autoria do Deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins, de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos e Garantias Fundamentais.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Sobre a mesa requerimento de autoria de Lideranças com assento nesta Casa, propondo a apreciação na Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei nº 61.3/2003, de procedência governamental.

A Presidência defere de plano.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 61.3/2003, de procedência governamental, que autoriza abertura de crédito especial e aprova o orçamento do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as indicações nºs 154/2003, 155/2003, 156/2003 e 157/2003, de autoria dos Deputados Nilson Gonçalves, João Rodrigues e Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem de pesar à família do Sr. Orides Belino Correia da Silva, vice-Prefeito de Ipuacu, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 017.4/2001, que estabelece diretrizes para a elaboração das leis do Plano Plurianual das Diretrizes Orçamentais e do Orçamento Anual.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria da Deputada Ana Paula, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Jornalista Adelor Lessa, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação da Rádio Eldorado, de Criciúma.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do Deputado Celestino Secco, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Roberto Barreiros, cumprimentando-o pelo recebimento do prêmio Personalidade de Vendas 2002.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do Deputado Paulo Eccel, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Presidentes da Brasil Telecom e da Anatel, pedindo instalação de serviço telefônico fixo na localidade de Cristalina, em Brusque.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, pedindo a constituição de um fórum permanente para acompanhar o processo de expansão de serviço de telefonia celular nos Municípios do Estado.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Lício Silveira, solicitando a constituição de um fórum permanente para acompanhar o desenrolar da questão limítrofe de Santa Catarina com o Paraná, no que decorre do pagamento de *royalties* pela Petrobras para o Estado.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Delegado do Ministério do Trabalho, pedindo a liberação dos salários desemprego aos pescadores artesanais.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando cópia da ordem de serviço referente ao asfaltamento da rodovia que ligará Campo Belo do Sul/Cerro Negro/Anita Garibaldi.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do Deputado Celestino Secco, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos com relação ao Diário Oficial Eletrônico.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Moção de autoria do Deputado Antônio Ceron, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura, pedindo especial atenção à reivindicação do Município de Campo Belo do Sul, com referência às 2.500 toneladas de calcário destinadas aos agricultores.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do Deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao Prefeito de Laguna, posicionando-se a favor da revisão da proibição de que novos empreendimentos na área carnicultura sejam implantados em Laguna.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando limpeza das margens das rodovias federais no Estado.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Não há mais matéria na Ordem do

Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.
Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, um adágio popular diz: Ano novo, vida nova; Governo novo, oposição nova.

Parece-me que essa afirmação se encaixa perfeitamente com relação às manifestações feitas da tribuna no dia de hoje e vastamente exploradas nos meios de comunicação, até porque o ex-Líder do Governo, ao ocupar esta tribuna, não achou nada exagerado a utilização de R\$900 mil para financiar um evento automobilístico aqui na Capital do Estado.

Agora, por outro lado, e a meu ver de forma equivocada - e essa situação tem alcançado as raias do risível junto a nossa população e a sociedade -, tem, de fato, feito inúmeras e severas observações com relação à participação de Oscar Niemeyer assumindo a autoria de uma obra importante no Município de Joinville.

Oscar Niemeyer disputa espaços não no nosso território, no nosso País, mas é convidado em diversos países do mundo para patrocinar projetos arquitetônicos, de obras importantes, como o caso presente, no nosso País, a própria Capital da República, Brasília, que leva a assinatura desse ilustre brasileiro, que tem admiração em todo o nosso planeta.

Agora, por outro lado, o ex-Líder do Governo vem e faz questionamentos lançando dúvidas com relação à licitude, à legalidade e oportunidade desse evento. Ai estão, Deputados Manoel Mota e Ronaldo Benedet, os custos para que se viabilize esse projeto importante.

Tem sido assim, Deputados, a Oposição, que está no seu dever, no seu direito, legitimado pela nossa Constituição, tem feito uma torcida danada contra o nosso Governo; tem batido diariamente. É verdade que muitas vezes pode até ter razão, mas em outras não, Deputado! E nesse caso, o nosso Estado, que é culturalmente avançado, não pode passar a imagem para o País que aqui se está contestando Oscar Niemeyer e suas obras.

Essa situação não acaba - e até quero acreditar que o ex-Líder do Governo está constringido neste momento -, não se exaure nesse fato. Tenho sentido que a Oposição anda preocupada com o nosso Governo. Não quer que dê certo. Está numa torcida danada contra as nossas Secretarias Regionais. E para isso lança mão de vários expedientes, Deputado Manoel Mota.

Veja V.Exa. que a Assembléia ainda não concluiu a análise e não deliberou com relação à dotação orçamentária para colocar em funcionamento as Secretarias Regionais. No entanto, a batida é insistente, é constante, é todo dia. E, logicamente, nós, dentro do regime democrático, aceitamos, acatamos todas as manifestações para aperfeiçoar o nosso processo de responsabilidade de governar o Estado de Santa Catarina.

No entanto, Deputado Manoel Mota, causa-nos preocupações como a manifestação efetuada hoje daqui da tribuna e ontem pelos jornais, contestadas por este Deputado, com referência a Blumenau, aos aluguéis da Secretaria Regional naquele Município.

Deputado Manoel Mota, a população precisa saber que o Estado estava pagando R\$3.998,00 mensais de aluguéis pelas salas onde funciona o Sine e também estava pagando R\$2.367,00 pelas locações das instalações da Fatma, totalizando R\$6.465,00. Deputado, e é bom que se diga que essas instalações somam 550m².

Agora, locamos da Brasil Telecom 1.500m² por um custo de R\$6.500,00 por mês, e que vai abrigar o Sine, a Fatma e a própria Secretaria.

Srs. Deputados, essa é uma ação que demonstra seriedade, economicidade, bom trato com a coisa pública e, na verdade, de forma precipitada, mostra-se fotos das salas onde vai funcionar a Secretaria dizendo que é um palácio. Não é um palácio! É um local que vai gerar uma economia significativa para os cofres do Tesouro do Estado, e, com certeza essa economia vai voltar em obras, em realizações, em atendimentos para a nossa população.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, preocupa-me quando a Oposição, ao invés de fazer o trabalho isento de fiscalizar, é tomada por paixões que impedem, muitas vezes, de fazer uma análise mais fria, mais serena, antes de fazer divulgações que de fato não correspondem com a realidade dos fatos, dos acontecimentos que ocorrem no dia a dia dentro das ações conduzidas pelo Poder Executivo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é evidente que a Oposição não acreditava na tal descentralização do Governo e achou que era um projeto apenas politiquero, como é costume neste País e como eles próprios faziam.

Hoje, já se sabe perfeitamente que descentralização em Santa Catarina, a partir da semana que vem, passa a ser uma realidade porque vai ser a última Secretaria a ser instalada.

Vamos ter um Governo novo, moderno, participativo, onde a voz do povo vai decidir as questões regionais, aquilo que lutamos aqui e nunca fomos respeitados. O Orçamento Regionalizado, até há pouco dias, era brincadeira, um desrespeito com a comunidade, era enganar o povo. E hoje só vamos acompanhar para que possamos fazer o Orçamento Regionalizado, de fato e de direito, na base, com a voz do povo.

Vindo esse desespero, começam buscar argumentos, que a maioria das vezes não são verdadeiros, e esquecem algumas questões fundamentais para Santa Catarina.

Quero dizer que parece que a despesa do INSS não foi paga pelo ex-Governador, e que chega a R\$300 milhões, e gastaram R\$900 mil para trazer uma equipe de automóveis. Essas questões não levantamos, mas já que pediram para serem levantadas, vamos levantar! A verdade, o povo vai saber!

Até agora não nos manifestamos, e não precisaria acontecer, porque o Governo quer olhar para frente e não para trás. Mas se é para olhar para trás, também vamos olhar.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Só gostaria de citar o exemplo da Secretaria Regional de Ituporanga, onde todos os órgãos estão centralizados no mesmo local, como a antiga CRE, Casan, o Ipsc, a Epagri e a Cidasc, e o aluguel que era de aproximadamente R\$4.600,00 hoje custa R\$3 mil, fazendo uma grande economia para o Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É papel da Oposição fiscalizar, mas é importante que tenhamos a condição de restabelecer aqui a realidade dos acontecimentos, que de fato corresponde aquilo que acontece no dia a dia na nossa administração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Inscrito para falar o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Francisco de Assis.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Francisco de Assis, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Valmir Comin, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Senhor Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de dizer que o jornal da Assembléia Legislativa que circulou esta semana não corrigiu a barriga do último jornal quando anunciou como aprovado um projeto nesta Casa que não foi aprovado.

Hoje fiquei muito preocupado. Denunciamos e comunicamos aos Srs. Deputados a existência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação a um decreto legislativo considerado como inconstitucional, cujo fato hoje está sendo comunicado aos Srs. Parlamentares através do Ofício nº 92/2003 "comunicando decisão exarada à Ação de Inconstitucionalidade nº 2.585".

Acredito que a Presidência deve começar a tomar providências no sentido de reformular o Regimento Interno, onde consta a observação de que os subsídios de Governador, de Secretários e de vice-Governador são fixados anualmente através de decreto parlamentar. O Supremo disse que não, que é projeto de lei e que passa pela sanção de Governador.

Preocupou-me a declaração constante do jornal A Notícia de hoje, porque nós comunicamos que o Governo passado tinha questionado um decreto legislativo de 2001; entrou com Adin; não efetuou nenhum pagamento em 2002 e o mesmo modelo, o mesmo exemplo não foi observado no atual Governo, talvez uma cochilada da própria Procuradoria-Geral do Estado, que não atentou para o fato de que existia uma ação de inconstitucionalidade ingressada por aquele mesmo Poder.

Ontem fiquei mais preocupado ainda quando vi nos jornais que o Procurador-Geral do Estado fez a seguinte afirmação: "Estávamos aguardando a manifestação do Supremo". Explica o Procurador-Geral do Estado Humberto Grilo. Ele considera que não houve irregularidade no pagamento de subsídios. 'Pois havia um instrumento legal aprovado pela Assembléia Legislativa.'"

Já está claro, evidente que esse instrumento é ilegal. Portanto, há que se urgenciar no sentido de correção desse ato ilegal, com o objetivo de que as pessoas que estão recebendo esses valores não sejam, mais tarde, chamadas à responsabilidade para efetuar a devolução.

Quanto ao assunto da sustação do Decreto nº 84, que a Bancada do PP apresentou à Comissão de Constituição e Justiça uma solicitação no sentido de sustar os efeitos do Decreto nº 84 e que o Governo do Estado, com muita lanhez no momento em que determinou a anulação desse decreto, não aguardando pelo decreto sustando, quero fazer uma referência a um posicionamento do Deputado Herneus de Nadal, que no seu parecer diz: "Faça o que eu digo, não faça o que eu faço!" Acusando este Deputado, como se tivesse feito a mesma coisa!

O Deputado apresentou cópias de empenhos e um parecer que foram emitidos decretos de suplementação por este Parlamentar quando investido da posição de Secretário da Fazenda em 2001. Nenhum ato em 2002. Não havia sequer um parecer, seja da Fazenda seja do Tribunal de Contas do Estado que dissesse que aquele procedimento era incorreto. Mas, o próprio Deputado sabe que em julho de 2002 o Tribunal de Contas do Estado, apreciando uma solicitação do Município Celso Ramos em 2 de julho de 2002, entendeu que esses recursos de reserva de contingência só poderia ser feito para cobrir riscos fiscais.

E com base nessa decisão do Tribunal de Contas de 02/07/2002, o Dr. Vanderlei Pereira das Neves, Auditor Interno da Secretaria da Fazenda, em 13/08/2002, Deputado Herneus de Nadal, fez o seu parecer.

Sai da Secretaria da Fazenda no dia 04 de abril de 2002, portanto, muito antes do parecer do Tribunal de Contas e muito antes da decisão desse órgão.

Mas quero deixar registrado nesta Casa que este Auditor que deu o parecer hoje é o Contador-Geral do Estado. Então, ele sabe que a partir do seu Governo não poderia editar por força de próprio parecer dele.

Não aceito, portanto, a afirmativa de que "faça o que digo e não faça o que faço", porque não preparo, nunca preparei e não sou homem de preparar armadilha para quem quer que seja, nem qualquer tipo de crítica com objetivo de destruir.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Reconheço a dificuldade que V.Exa. tem em explicar essa situação, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não data do ano passado, mas sim anterior à prática de atos que V.Exa. também subscreveu, assinou.

É difícil de explicar, e compreendo isso...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu não tenho explicação nenhuma, Deputado. Não tenho dificuldade nenhuma para explicar.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Eu compreendo a dificuldade porque V.Exa. praticou um ato e estava procurando sustar um ato praticado pelo atual Governo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - V.Exa. está equivocado, Deputado! Ocorre que em 2001 não havia sequer uma manifestação nem do Tribunal de Contas do Estado nem da Secretaria da Fazenda quanto à ilegalidade desse aproveitamento. Ocorreu 2002.

Assumo que o fato ocorreu e foi assinado por este Secretário, sem que na época tivéssemos qualquer conhecimento da impossibilidade de fazê-lo através de reserva de contingência a suplementação. Fato que hoje, em 2003, já era conhecido desde agosto de 2002 por hoje é quem presta serviço para o atual Governo.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Sr. Deputado, para que possa concluir a oportunidade que V.Exa. me concedeu, quero dizer que V.Exa., como ex-Secretário, quando candidato a Deputado, também não lembrou de avisar o então Governo, que pertencia às cores, às hostes de V.Exa., para que cessasse, então, depois do parecer do Tribunal de Contas, depois da manifestação da Auditoria, a prática dos atos, pois continuou a praticá-los.

Então, por isso, Deputado, compreendo, sei da seriedade de V.Exa., mas entendo a dificuldade que tem de explicar o procedimento. V.Exa. fez, seu Governo fez e agora está cobrando uma atitude.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputado, não tenho nenhuma dificuldade. Eu só gostaria de conciliar duas coisas: a denúncia feita é correta, e tanto é verdade que foi aceita pelo atual Governo.

Quero aproveitar o meu tempo Srs. Deputados, até porque V.Exa. tem, como Deputado e Líder do Governo, condições de levar ao Governador do Estado algumas ocorrências.

Quero registrar que enviei em abril de 2003 um pedido de informação a respeito do processo ingressado na Justiça pelo Município de Joinville contra o Governo do Estado de Santa Catarina com relação ao Prodec.

Indagava eu: "A Secretaria do Estado da Fazenda cumpriu a Segurança nº 1.192, lavrada nos autos do mandado de segurança(...)"

Antes de receber a resposta fiquei contente e satisfeito com o que saiu no jornal do dia 04: "Joinville abre briga por ICMS com o Governo. O Governador Luiz Henrique da Silveira não vai cumprir aquela ação que acionou, porque não tem condições de pagar e acha que é incorreto".

Tudo bem! Bato palmas, como Prefeito entendia uma coisa e como Governador entende outra. Só que ontem recebi a resposta, na qual o Secretário da Fazenda diz o seguinte, Deputado Herneus de Nadal:

"Esclareço que a decisão do mandado de segurança nº ... foi devidamente cumprida em 20 de fevereiro de 2003, mediante complementação dos repasses ao Município imetrante.

Por outro lado ressalto que o Estado de Santa, conforme decisão publicada no Diário da Justiça de 03.04.03, não obteve êxito no pedido de suspensão de segurança."

Então, ou o Secretário desconhece e diz que cumpriu, quando não cumpriu, ou a notícia dada pelo Governo, através do Governo do Estado e a Procuradoria-Geral do Estado, que diz que estão recorrendo e não vão cumprir...

Portanto, realmente fica difícil, Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, saber em que nós...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, ainda com relação ao assunto abordado pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, gostaria de dizer que no último dia 22 de abril, em sessão desta Casa, foi aprovado um pedido de informação subscrito pela Bancada do Partido Progressista, dirigido ao Sr. Governador do Estado, com o seguinte questionamento:

(Passa a ler)

"Quais as providências tomadas pelo Governo do Estado em relação ao Ofício nº 25/2003, de 10 de abril de 2003, encaminhado ao Sr. Governador do Estado pela Associação dos Municípios da Região da Laguna - Amurel?"

O ofício, assinado pelo Presidente da entidade, o Prefeito do Município de Treze de Maio, Itamar Bressan Boneli, do PMDB, foi encaminhado, Deputado Antônio Carlos Vieira, ao Sr. Governador do Estado no dia 04 de março de 2003, com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Excelentíssimo Senhor Governador, O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense tem como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e agroindustriais que venham produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina.

Desde sua implantação, em 1996, porém, o Prodec tem gerado discussões. Os Municípios, por seus representantes e associações, em diversas oportunidades, levaram o problema para os seus plenários e para o Governo do Estado.

O mecanismo de incentivo do projeto gera prejuízo aos Municípios. A Secretaria de Estado da Fazenda vem retendo, indevidamente, parte da parcela constitucional de 25% da arrecadação do ICMS devida aos Municípios.

A apropriação indevida de tais recursos se dá pela não-contabilização, por parte da Secretaria, dos valores retidos a título de financiamento pelas empresas mutuárias do Prodec e que correspondem a 75% do imposto devido por essas empresas. Os Municípios deveriam receber 25% de 100, recebendo apenas 25% de 25, ou seja, apenas 6,25%. Assim, os Municípios acumulam um prejuízo de 3/4 do que lhe é devido, contribuindo com 25% dos financiamentos concedidos às empresas.

Os Municípios que ingressaram no Judiciário para buscar essa diferença estão obtendo ganho de causa.

Nossa proposta é que o Governo do Estado, através de via administrativa, restitua aos Municípios da região da Amurel os valores que indevidamente lhes foram retirados, minimizando custos como despesas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, e oportunizando a agilização do ressarcimento.

Nossas considerações,
Atenciosamente,

(aa) Gilson Nei Damiani - Secretário

Executivo

Itamar Bressan Boneli - Presidente"

Recebi um expediente da associação para, na condição de Deputado, questionar e cobrar do Governo que esses valores retidos indevidamente dos Municípios sejam devolvidos pela via administrativa, uma vez que, como está escrito no expediente, os Municípios que estão ingressando na Justiça estão recebendo os recursos.

E o primeiro Município a ingressar no Poder Judiciário foi o Município de Joinville, quando governado pelo então Prefeito Luiz Henrique da Silveira. Aliás, Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. também já fez um pedido de informação, através da Câmara de Vereadores, solicitando ao Vereador que buscasse saber, através da documentação da Prefeitura de Joinville, como foi feita a contratação do escritório advocatício que trabalhou essa ação para o Município de Joinville, governado pelo então Prefeito Luiz Henrique da Silveira.

Ele entrou na Justiça, ganhou, cobrou, e agora diz que não quer pagar aos Municípios. Quem mudou?! Ele pensava de um jeito, enquanto Prefeito, e pensa de outro, como Governador? Como pode um homem público, em tão pouco tempo, mudar de posição tão radicalmente, Deputado Antônio Carlos Vieira? Quem estava correto? O Prefeito do Município de Joinville, que, na condição de Prefeito, foi ao Judiciário buscar o que no seu entendimento era devido pelo Estado aos Municípios, ou o Governador Luiz Henrique, enquanto Governador, dizendo que não vai pagar, está correto? Como é que fica o entendimento do cidadão? Quem estava com a razão, o Prefeito Luiz Henrique ou o Governador Luiz Henrique? Esse é o questionamento que fica.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Deputado, o que me preocupa não é se tem direito ou não à decisão de Justiça, ou se discute-se ou cumpre-se. Não vou questionar quem tem razão ou deixou de ter razão.

A única colocação que faço é que fiquei satisfeito quando li essa reportagem do jornal A Notícia, em que o Governador Luiz Henrique da Silveira estaria questionando essa ação que ele ingressou quando Prefeito. E o Coordenador da Procuradoria Fiscal, Loreno Weissheimer, diz que deu prosseguimento a dois recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Não acredito que a Prefeitura de Joinville ganhe em "instância final", entre aspas. Isso aqui é de 04 de maio.

Acontece que, respondendo ao pedido de informação que formulei nesta Casa - em 16 de abril foi-me respondido e só recebi essa semana -, o Secretário disse: "Esclareço que a decisão número tal foi devidamente cumprida em 20 de fevereiro de 2003, mediante complementação dos repasses aos Municípios imetrantes". E juntou-me cópia da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não dá embasamento à petição formulada pelo Dr. Loreno Weissheimer no dia 28 de março, quando ele fala, em abril, que está questionando.

Então, penso que tem dois pesos e duas medidas. Não quero aqui prejudicar esse ou aquele. O que quero dizer é que ou a notícia está equivocada ou a resposta do Secretário está equivocada.

Agora, o assunto é o mesmo. É uma ação ingressada pela Prefeitura de Joinville contra o Governo de Santa Catarina, com o objetivo de receber do Estado a parcela de 25% sobre o Prodec de incentivos fiscais.

Então, a minha preocupação, Deputado, é que essa resposta possa ser em resposta a outros Municípios que queiram a mesma vantagem de Joinville. Portanto, atendo Joinville e não atendo as demais, alegando que não vou atender Joinville.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Preocupa-me, pois V.Exa. coloca agora mais uma vez o Governo se contradizendo. Na resposta ao pedido de informação disse uma coisa e a imprensa disse outra. Aliás, algumas respostas que estão vindo a esses pedidos de informações - e não sei se com a Bancada do PFL e com as dos demais Partidos que estão questionando têm acontecido o mesmo - não respondem nada.

Penso que a amanhã o Deputado Celestino Secco trará a esta Casa uma resposta que recebeu quando questionou sobre a reposição geral das perdas salariais dos servidores, que a Lei de Responsabilidade Fiscal determinava que fosse feita no mês de abril. A resposta falou um monte de coisas e não disse nada.

Aliás, Deputado Manoel Mota, passou o mês de abril e a Lei de Responsabilidade Fiscal não foi cumprida. A revisão geral dos salários dos servidores públicos não foi encaminhada. E a lei determina que é no mês de abril que se faz a reposição.

E a resposta que chegou é que o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal está comprometido. No entanto, é só abrimos o Diário Oficial a cada dia para vermos que as nomeações do povo continuam, e as brigas por essas nomeações também.

Se o limite está comprometido para uma coisa, não está para outra?! Aliás, para conceder a revisão geral dos salários é permitido! É obrigação do Estado fazê-la, mesmo com o limite comprometido. E ele terá que deduzir nos dois quadrimestres seguintes, diferente da nomeação, que não pode ser feita quando o limite da lei está comprometido.

Agora, o que mais me preocupa, Deputado João Paulo Kleinübing, é que o Governo notícia que vai conceder reajuste setorial, que vai conceder reajuste para algumas categorias do funcionalismo, Deputada Simone Schramm, e para outras não!

Isso vai ferir a lei mais uma vez, porque a lei determina a revisão geral dos salários. E como é que vão ficar os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos demais setores do Executivo? A revisão de que ser geral!

Se Governo abrir o precedente de encaminhar projetos para reajustar apenas alguns setores do funcionalismo, vamos ver um estado de reclamação, porque o Governo anterior concedeu 28% para todo o funcionalismo, além do vale alimentação para todos. Foi um reajuste horizontal, contemplando a todos. Agora, nós não vamos concordar que contemple apenas algumas categorias!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Godinho.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Sérgio Godinho, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Rodrigues, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, ocupamos a tribuna da Assembléia Legislativa para continuar falando de um assunto, que ontem voltamos a abordar, já que nos causa uma grande preocupação, com relação à situação da suinocultura, da agricultura e, principalmente, do nosso glorioso Frigorífico Chapecó, que até a presente data nada de concreto e de novo aconteceu para melhorar a vida daquele povo.

Conforme relatamos ontem, Deputado Lício Silveira, o que ocorreu foi apenas uma grande publicidade e uma grande propaganda enganosa, fazendo com que o integrado e o cidadão chapecoense ficassem iludidos de que tudo estaria completamente resolvido, quando, na verdade, absolutamente nada de novo aconteceu.

Em alguns momentos, Deputado Dionei Walter da Silva, aqui na tribuna até questionávamos por que o BNDES, que é uma instituição financeira do Governo Federal, que tem na Sua Excelência, o Presidente da República, o poder de decisão, não aproveitou a oportunidade para intervir e destinar recursos para poder salvar a vida do integrado do Frigorífico Chapecó?

E até aproveitando a bela audiência que a TVAL dá-nos por toda Santa Catarina para trazer, Deputado Dionei Walter da Silva, e copiando um pronunciamento entusiasmado recentemente feito pelo Deputado Pedro Baldissera aqui na tribuna, que parecia mais um pronunciamento às vésperas da eleição antes de o PT ser governo, porque antes o discurso era um e agora é outro completamente diferente. A prática é outra, mas o discurso ainda é aquele de quando estava na Oposição.

O Deputado Pedro Baldissera, sem seu discurso, valorizava o patrimônio nacional e o capital nacional, menosprezando o capital estrangeiro, Deputado Ronaldo Benedit.

Mas fomos surpreendidos, de ontem para hoje, com a notícia de que Sua Excelência, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, emprestou para a Argentina US\$1 bilhão, dinheiro brasileiro do BNDES, para ajudar os argentinos a saírem do atoleiro.

Talvez, Sua Excelência esteja cometendo um equívoco. Ao invés de se preocupar em tirar do atoleiro o Frigorífico Chapecó, que acabou de ser afundado pelo Grupo argentino Macri, que já levou 300 milhões para a Argentina ou sabe-se lá para onde, o Governo Lula vai mandar mais US\$1 bilhão para que a Argentina possa fazer os seus negócios pelo mundo.

Então, preocupa-me muito isso, porque quando levantamos essas possibilidades na tribuna, fomos questionados por alguns Parlamentares do PT aqui na Casa, que disseram que o dinheiro público não podia ser utilizado em empresas, em investimentos estrangeiros, e que deveria ser utilizado, sim, numa ação no capital nacional.

Mas, de repente, todo o discurso aqui no Plenário da Assembléia Legislativa é utilizado para opor alguns Parlamentares, algumas manifestações acaloradas, aguerridas, suadas, sofridas. E a impressão que se tem - e voltamos a repetir - é que estamos às vésperas de um pleito eleitoral, e talvez tentando convencer o eleitor de que tudo o que foi feito no passado tenha sido uma prática completamente errada.

E agora vejo a manchete: "BNDES confirma que vai financiar exportações argentinas", que foi tema do Bom Dia Brasil de hoje e publicada na Rede Globo de televisão.

Volto, mais uma vez, ao Plenário para pedir à Bancada do Partido dos Trabalhadores que faça um apelo ao seu Líder maior em Santa Catarina, o Secretário da Pesca, José Fritisch, que, aliás, não se sabe mais por onde anda... Não sei se é só da pesca, ou se é da pesca e camping, porque não se sabe mais por onde anda. No começo, estava na mídia, mas depois desapareceu dela, porque não era mais um fato novo.

Mas, na crise do Frigorífico Chapecó, o Secretário catarinense, que teve, com certeza, o orgulho de ter sido Prefeito de Chapecó, não moveu uma palha ou pelo menos manifestou-se sobre o assunto, e nem sequer apresentou a sua preocupação com relação aos mais de mil integrados, as mais de 10, 20 ou 30 mil pessoas que vivem direta ou indiretamente daquele empreendimento, que é o orgulho do povo do oeste catarinense.

Trazemos essa preocupação, mais uma vez, à tribuna da Assembléia Legislativa, para que toda Santa Catarina tome conhecimento dela, até mesmo porque temos observado que muitos assuntos regionalizados são debatidos na Casa, são discutidos amplamente, e depois passamos para um outro assunto, sem que aquele primeiro tenha sido resolvido. Depois vai mais uma, duas e três vezes para o debate, e ficamos apenas no debate, sem cobrarmos uma solução para os problemas do nosso povo e da nossa terra.

Então, quero dizer a toda a população que me assiste que, enquanto Deputado Estadual, tenho a minha base na região Oeste catarinense, onde está localizada essa empresa e onde vivem suinocultores, avicultores e integrados a esse empreendimento.

Desde o primeiro dia nesta Casa temos utilizado, sim, o espaço da Assembléia Legislativa para alertarmos toda a população catarinense sobre a grave crise, sobre o problema que a nossa gente enfrenta pelas ações inoperantes das autoridades do Governo Federal com relação à vida do integrado.

Conforme disse ontem, e repito hoje, buscar uma empresa que tem interesse em comprar ou arrendar é uma ação. Mas a outra ação preocupante para todos nós é a vida do integrado, daquele que tem de R\$10 mil, R\$20 mil, R\$30 mil, R\$50 mil e até R\$150 mil para receber do Frigorífico Chapecó, cujo sócio majoritário é o Grupo Macri, argentino, que por enquanto já fechou, já parou de abater. Os integrados não recebem mais frangos e, principalmente, não recebem o dinheiro que têm a haver.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Nobre Deputado, no mês passado V.Exa. usou esta tribuna para fazer este mesmo discurso, inclusive convocando os Deputados para comparecerem a uma grande manifestação na cidade de Chapecó.

Pelo que consta, compareceram poucas pessoas nessa manifestação, inclusive poucos avicultores. Fiquei até surpresa quando li nos jornais.

Mas o Governo Lula está com tanta credibilidade, que já está emprestando até dinheiro para outros países, inclusive para a Argentina.

E por falar na Argentina, o BNDES já investiu no Frigorífico Chapecó 200 milhões. Creio que precisa ser feita uma auditoria naquela empresa. E esse grupo que levou os 200 milhões era argentino. A Argentina quebrou e também quebrou o Frigorífico Chapecó!

Quero dizer a V.Exa. que houve toda uma manifestação, inclusive do Prefeito de Chapecó e de outras lideranças, para que houvesse um investimento de um outro grupo. Isso aconteceu e V.Exa. tem que confirmar. Só que passa por um processo e as coisas são um pouco burocráticas, um pouco lentas. E já há uma solução para o Frigorífico Chapecó, mas é preciso ser feito o processo legal, Deputado!

Como é que o BNDES vai investir numa empresa que já investiu em anos passados com 200 milhões e que faliu? Como é que vai investir numa empresa que precisa passar por uma auditoria para, então, poder fazer os investimentos adequados, para que não aconteça com o Frigorífico Chapecó o que aconteceu daquela vez?

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Nobre Deputada, vou fazer alguns esclarecimentos: primeiro, que V.Exa. não estava em Chapecó; segundo, que o Prefeito Pedro Uczai estava em cima do mesmo caminhão que eu estava; terceiro, que eram mais de mil integrados que estavam em praça pública.

Quando o PT promove, são 10 mil pessoas; quando o avicultor promove, são apenas 10 pessoas. O PT soma para cima para eles e para baixo para os outros!

Estávamos lá e, inegavelmente, são 1.200 integrados que passam por uma situação difícil. Outro detalhe, não está nada resolvido, absolutamente nada resolvido! Existe uma negociação de bastidor. Para mim, solução do problema é o integrado receber o que tem a haver!

E o que estamos pedindo é que o BNDES tenha clemência do integrado. São 14 milhões para resolver o problema. Se o BNDES não intervir nesse momento para salvar aquele integrado, esse integrado vai perder a sua área de terra, o seu crédito na praça e a sua auto-estima. É para esse fim que estamos fazendo o apelo.

Ter US\$1 bilhão para investir na Argentina para mim não significa absolutamente nada; significa apenas uma prova de desrespeito para o povo brasileiro e o povo do Oeste catarinense, que precisam de miseráveis 14 milhões para poder resolverem o problema do integrado do Frigorífico.

Quanto à solução do Frigorífico, até agora só houve publicidade, propaganda enganosa. Em momento algum utilizei a tribuna para abordar questões do Prefeito de Chapecó, mesmo porque nunca cobrei dele e ele não é do Governo Federal; é aliado, apóia o Governo Federal. Tenho cobrado, sim, é do Secretário da Pesca, que é um homem público, o maior líder que está participando do Governo Federal, e que tem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados...

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Sr. Deputado, queremos apenas dizer, em primeiro lugar, ao Colega João Rodrigues que a Argentina é parceira comercial do Brasil, e uma parceira forte economicamente. E se nós, que fazemos parte do Mercosul, permitirmos que a Argentina continue falindo ou vá de uma vez para o buraco, o Brasil vai perder muito em termos comerciais, tanto na exportação quanto na importação, e também na própria relação comercial que temos.

Em segundo lugar, gostaríamos de dizer que o BNDES é um banco que possui algumas finalidades. E a sua finalidade não é emprestar dinheiro para uma empresa que já deu o calote no próprio sistema. Isso tem de ficar muito claro.

A questão de salvar uma ou outra empresa não é responsabilidade individual do Governo. Ele pode até contribuir na discussão. Agora, o que se vê muito no Brasil são empresas que faturam bilhões ou milhões por ano e que por problemas de administração, quer dizer, por serem mal administradas ou porque alguém acaba desviando os recursos e o dinheiro para outros países, para paraísos fiscais, quebram e querem que o Governo depois ainda garanta empréstimos, que não serão pagos, pelo que temos visto, para "salvar", entre aspas, a empresa.

Queremos dizer também, até para o nobre Deputado João Rodrigues saber, que temos em Joinville o caso da Buscar, que também está tentando um empréstimo no BNDES para poder salvar cerca de 5 mil empregos. Só que até agora não houve empréstimo justamente porque não há garantias de que esse dinheiro poderá ser devolvido aos Cofres Públicos. E como o BNDES já perdeu cerca de 200 milhões num empréstimo que fez para salvar o Frigorífico Chapecó, não dá agora para sair emprestando mais dinheiro sem ter claro qual vai ser a empresa que terá garantias de pagamento e de devolução desse dinheiro.

Em relação ao sistema que funciona no Oeste, queremos dizer que no passado sempre dizíamos que esse sistema de integrados, que preferimos chamar de agregados, é de alto risco por conta de que a agroindústria explora o que pode esse tipo de produtor e na hora em que não dá para explorar mais ela simplesmente os chuta e esquece todo o lucro e o faturamento que ocorreu às custas da exploração dessa mão-de-obra e desse serviço.

Muito obrigado, nobre Deputado!

O Sr. Deputado João Rodrigues - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não, se V.Exa. me prometer que será breve!

O Sr. Deputado João Rodrigues - Deputado, serei bastante breve. Não quero discordar do nobre Deputado Wilson Vieira, mas cabe a mim fazer uma defesa, porque a integração é a salvação do Oeste catarinense.

Se não fosse ela, lá na nossa região teríamos uma agricultura completamente falida, pois ela tem sido a salvação do nosso agricultor.

Então, não posso permitir o desprestígio das indústrias que estão instaladas lá, pois se não fossem elas o nosso agricultor estaria num estado falimentar muito pior, tanto é que a subsistência da nossa gente vem da integração suinocultura/avicultura e também a questão do leite.

Era apenas essa defesa que queria fazer, em nome das empresas da nossa região.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Concordando com o Deputado Wilson Vieira, gostaria de dizer que a forma como sempre foi feita a integração no Oeste de Santa Catarina põe em risco, sim, a situação dos integrados. A prova disso está aí: a quebra de uma empresa, o prejuízo que causa aos produtores daquela região, aos criadores de frangos, de suínos ou aos integrados que produzem e que estão ligados diretamente a essa empresa, tendo em vista a situação de dependência que se cria entre o integrado e a empresa, na obrigação de vender os produtos para aquela empresa ao preço que ela determina.

E, inclusive, quase todos compram todos os insumos da própria empresa também ao preço fornecido por essa empresa. Quer dizer, ela determina o padrão social dos seus integrados. E a qualquer estremecimento da economia e quebradeira, é lógico que a empresa não vai diminuir o seu lucro; ela vai tirar isso do integrado e quem vai ter o prejuízo é ele.

O ex-Deputado Idelvino Furlanetto batia muito nessa tecla, dizendo que os integrados nada mais são do que empregados sem direitos trabalhistas, tamanho é o grau de dependência deles.

Então, creio que essa relação também precisa ser discutida no Oeste de Santa Catarina. É lógico que o Deputado João Rodrigues tem razão no sentido de valorizar o trabalho dos integrados, que são pessoas de bem que estão ali produzindo e tentando buscar o sustento para si e para suas famílias.

Mas é um sistema que precisa ser discutido para que haja uma verdadeira distribuição da renda produzida pelas empresas, na verdade com o suor dos integrados. E, como de regra geral, na agricultura brasileira não são só os integrados dessas empresas que são explorados por atravessadores e por vendedores dos produtos agrícolas.

A mesma situação ocorre em quase todas as culturas dos agricultores que não estão organizados, porque eles são produtores que investem todo o seu trabalho (insumos, maquinário, plantio, colheita), e, na verdade, quem ganha dinheiro é apenas aquele que compra e repassa para o mercado consumidor.

Tive um exemplo na campanha passada, na cidade de Guaramirim. E, por coincidência, no dia em que conversava com um agricultor, tinha acabado de passar pelo mercado e comprado uma cabeça de repolho por R\$0,62. Em seguida, passei numa roça onde o produtor estava colhendo o repolho, Deputado Reno Caramori, e ele me disse que vendia o repolho no mercado a R\$0,08 a cabeça.

Então, imaginem o trabalho que dá a produção - comprar adubo, insumo, veneno e depois fazer toda a plantação, a colheita e a entrega no mercado -, para vender por apenas R\$0,08 a cabeça! E o mercado está vendendo a R\$0,62 a cabeça do repolho!

Portanto, esse sistema brasileiro precisa ser seriamente discutido porque é aquela velha história de alguém estar enriquecendo com o trabalho alheio, com todo o sacrifício dos agricultores.

E isso acontece também com as plantações de banana, de arroz e de cebolas. O agricultor entra com todo o investimento, com o custo, e alguém ganha dinheiro nas suas costas!

Creio que esse sistema tem de ser revisto, e os agricultores precisam, cada vez mais, organizarem-se em cooperativas para a compra de insumos, para agregarem valor ao seu produto e para procurarem vender um produto já mais elaborado para que tenham uma renda melhor e possam se manter no campo, diminuindo o êxodo rural e, por consequência, os problemas nas grandes cidades.

Aproveito também a oportunidade para dizer que entreguei a todos os Deputados um exemplar do primeiro informativo do meu mandato, que procurou retratar a minha atuação nesses primeiros três meses aqui na Assembléia Legislativa.

Como bem disse o Deputado Genésio Goulart, estamos aqui representando a comunidade para falar coisas que se aproveite. Procuramos fazer isso, trabalhando muito fora daqui, fazendo diversas reuniões com as comunidades que nos elegeram, e também em outras situações no Estado de Santa Catarina.

Diversos foram os temas que abordei desta tribuna: que participei de reuniões, de audiências, de visitas *in loco* para conhecer os problemas do Estado de Santa Catarina. E sempre com a vontade de tentar resolvê-los e de melhorar a vida do povo de Santa Catarina.

Penso que esse deve ser o compromisso dos Parlamentares. Tanto na Situação quanto na Oposição deveremos ter sempre em mente a melhoria da vida do povo catarinense. Não podemos, enquanto Governo, trabalhar com sistemas que continuem mantendo a exclusão e os privilégios para alguns grupos, e na Oposição não podemos ser oposição simplesmente por ser, prejudicando com isso, muitas vezes, também o povo de Santa Catarina.

Era isso que tinha a dizer. E gostaria de pedir aos nobres Colegas que leiam o informativo, e qualquer sugestão ou crítica de toda a comunidade é bem-vinda!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há pouco ouvimos o pronunciamento do Deputado João Rodrigues falando sobre o empréstimo que o BNDES está fazendo ao governo argentino.

Nós, evidentemente, não sabemos o que está por trás de uma negociação desse tipo. Evidentemente que os interesses que o Brasil tem com a Argentina para exportação e importação são muito grandes e extrapolam o conhecimento de uma mera notícia de jornal.

Em Governos anteriores, houve a privatização de empresas nacionais, como a nossa Telesc e as grandes empresas de energia elétrica e de telefonia. Mas foram escândalos muito maiores aqueles empréstimos aos bancos falidos, quebrados que o BNDES sustentou.

Então, Deputada Ana Paula Lima e Deputado Volnei Morastoni, votei para Presidente no Luiz Inácio Lula na Silva. E agora, quando vejo que as reformas tributária e da previdenciária serão encaminhadas ao Congresso, tenho certeza de que votei para aquela pessoa que haverá de transformar e de melhorar este País.

Mas venho à tribuna para fazer referência à cerimônia de instalação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Ontem lá em Ibirama, juntamente com o Governador Luiz Henrique da Silveira, tivemos o orgulho de participar da instalação da 14ª Secretaria Regional de Desenvolvimento, composta não só por Ibirama, mas também por: Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsum, José Boiteux, Vitor Meirelles, Apiúna, Ascurra, Presidente Nereu e Lontras. E, na oportunidade, os Prefeitos de todas essas cidades e mais de mil pessoas estiveram presentes naquele local, bem como também a comunidade daquela região vibrando, contente com a grande conquista daqueles Municípios.

No pronunciamento que fiz em Ibirama, dizia ao Governador que sempre acreditei na sua capacidade de seu trabalho, até porque conhecia a sua história, a sua biografia. Disse também que, sem dúvida nenhuma, ele está surpreendendo pela ousadia, pela criatividade, pelo dinamismo e pela capacidade de trabalho que vem desenvolvendo aqui em Santa Catarina. É um ritmo muito forte de trabalho que ele está impondo, inclusive à administração pública estadual.

Mas não me surpreendeu, absolutamente, o fato de que ele está cumprindo com a sua palavra, porque sempre soube que o Luiz Henrique é um homem de palavra, e que aquilo que pregou em campanha ele iria atender quando estivesse no Governo. E assim está fazendo!

Essas Secretarias de Desenvolvimento Regionais são uma prova disso, pois são 29 Secretarias descentralizando o nosso Estado, concentrado excessivamente aqui em Florianópolis, na Capital, "deslitoralizando" Santa Catarina.

Sem dúvida nenhuma, a criação dessas Secretarias não está onerando absolutamente em nada o Estado, porque os cargos que foram criados nos vários Municípios foram tirados daqui da Capital. Esses cargos não existiam lá, é verdade, mas foram levados daqui para as Secretarias regionais, que, juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Regional, que será representativo de todas essas comunidades... Principalmente a partir do ano que vem, quanto tivermos a confecção do novo Orçamento, teremos uma fatia do Orçamento do Estado de Santa Catarina disponível para essas regiões.

E os Conselhos de Desenvolvimento Regionais e as Secretarias haverão de definir o que é prioritário e necessário para essas regiões, e o que lhes caberá dessa fatia.

Sem dúvida nenhuma, esse é um avanço muito grande na forma de administrar.

Dizia lá ontem, como representante do Alto Vale do Itajaí nesta Casa, que todo o Estado foi beneficiado. Mas, sem dúvida, o Alto Vale do Itajaí, com a criação dessas três Secretarias, está sendo também altamente beneficiado.

Também dizia que somente a criação das Secretarias de Ibirama, de Rio do Sul e de Ituporanga já estariam valendo o meu mandato de Deputado em relação a essas regiões.

Sem dúvida nenhuma, Deputado Genésio Goulart, V.Exa. terá também orgulho na instalação da Secretaria de Tubarão.

Tenho certeza de que, a partir dessa instalação, a partir da aplicação do Orçamento nas Secretarias, teremos uma revolução em Santa Catarina, com melhoras muito grandes no desenvolvimento do nosso Estado.

Por isso, dizia ontem lá que tenho orgulho de fazer parte da base de sustentação deste Governo e de ser Líder do Partido do Governador, que está transformando Santa Catarina e dando um ritmo diferenciado na forma de administrar o Estado.

Mas faço questão de dizer também que após a instalação da Secretaria, o Governador deu audiências para os Prefeitos e para empresários, avaliando e discutindo os problemas daquela região de Ibirama, do Vale do Rio Hercílio, do Vale Norte. E antes da instalação, deu uma entrevista coletiva a diversos meios de comunicação (jornais, televisão e rádio) que lá estavam.

Hoje estava ávido por ver em destaque nos meios de comunicação a instalação dessa Secretaria em Ibirama. Mas vi num jornal de circulação estadual a seguinte manchete: Borracheiro é exonerado em Ibirama, citando que um borracheiro foi substituído por uma acadêmica de pedagogia, que é a nova gerente de administração, dando ênfase ao fato de que o borracheiro foi destituído do cargo.

Nem quero entrar no mérito da capacidade ou não do borracheiro. Mas vejam que a imprensa, muitas vezes, dá destaque para as coisas negativas. E o grande fato que foi transformar aquela região e levar para lá uma Secretaria Regional não teve ênfase, não teve destaque. Agora, o fato de um borracheiro ser destituído - e colocaram em tom jocoso a sua substituição - teve, sim, ênfase nos meios de comunicação.

Esse é o sentimento que temos: que as coisas boas, as transformações, as mudanças positivas que acontecem neste Estado, no País e no mundo muitas vezes não têm destaque. Mas o crime, o assassinato, a guerra e a destituição do borracheiro são mais importantes do que toda a Secretaria Regional. É isso que, muitas vezes, deixa-nos até desanimados; nós, que estamos em busca de melhorias para a nossa gente e para o nosso povo.

Mas não importa. Sabemos que isso faz parte do nosso meio. O jornal é vendido com essas notícias que não são boas. A televisão, da mesma forma, chama a atenção com notícias de morte, de acidentes, de desastres, de guerras. E as coisas boas, muitas vezes, são deixadas de lado.

E o importante é que estamos participando deste Governo e que na semana que vem, no dia 14, estaremos em Rio do Sul, na instalação da Secretaria Regional daquela cidade, e no dia 15, na instalação da Secretaria Regional de Ituporanga.

E o povo que estava lá, enchendo aqueles pavilhões, vibrava e aplaudia o Governador, os gerentes e o Secretário Regional Aldo Schneider, que tomou posse, uma pessoa com uma capacidade muito grande e que foi uma escolha acertada para Secretário Regional, juntamente com o Sr. Leonir Lunelli, como Adjunto.

Disse a eles que está nas suas mãos a condição de tornar realidade a finalidade dessa Secretaria Regional. O Governador abriu mão do poder! O Governador, que tinha condições, como tantos outros já fizeram, de centralizar o poder, de ficar com a decisão só para ele, abriu mão do poder para transformar este Estado; abriu mão do poder para que as coisas acontecessem não só na Ilha de Santa Catarina, não só no litoral, mas para que as obras, os benefícios da

administração pública acontecessem também lá em Ibirama, no Alto Vale do Itajaí e, principalmente, para toda Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Oposição tem procurado, como se costuma dizer, chifre em cabeça de cavalo. E aí acaba se perdendo e indo para um nível mais baixo.

Nem a sensibilidade de pensar na história, no futuro de termos uma obra de arte em Santa Catarina, feita por um homem, Oscar Niemeyer, que já é considerado um monumento mundial como pessoa, como arquiteto e como artista, comparável a Leonardo da Vinci dos nossos tempos e, para nossa felicidade, brasileiro.

O nível da sensibilidade de um homem, que, claro, a Oposição não está acostumada a conviver com seu estilo democrático, com a sua capacidade e o seu alto nível de convivência, até mesmo internacional, com a sua sensibilidade com a música, com as artes, que é o nosso grande Governador Luiz Henrique da Silveira.

Talvez a truculência de alguns da Oposição faça com que não tenham a sensibilidade de entender a importância do investimento, da sensibilidade e da arte de um homem, desse artista, que é Oscar Niemeyer, para deixar um legado de obras catarinenses para a história de Santa Catarina, uma obra pública catarinense com a marca de Oscar Niemeyer.

Mas eles se esquecem que gastaram os mesmos R\$900 mil para patrocinar uma corrida de automóvel aqui em Florianópolis, uma tal de Copa Renault. E o Governo deles gastou R\$900 mil com isso, e a corrida já passou e ficou só a poeira e a fumaça. E eles questionam a sensibilidade, para entrar na história das obras públicas de Santa Catarina, de uma obra de Oscar Niemeyer.

Vamos rezar para que Oscar Niemeyer não saiba desse questionamento e que não queira fazer a obra nem de graça, porque pode achar que em Santa Catarina não existem pessoas com sensibilidade.

Mas esse mesmo Governo não permitiu que empresas catarinenses sequer pudessem participar da licitação da obra da barragem do Rio São Bento.

E diziam, quando questionei na época, que eu não queria a obra da barragem. Ora, era a obra que eu mais defendia e que eu mais queria para a minha região. O que eu queria era que as empresas catarinenses tivessem a oportunidade de participar da licitação. E eles negaram isso as nossas empresas.

Quero dizer que a situação em que o atual Governo Luiz Henrique/Eduardo Moreira receberam o Estado foi de endividamento do Badesc, com uma dívida de R\$12 milhões; com R\$136 milhões de precatórios não pagos pelo Governo passado; com R\$207 milhões de dinheiro já confiscado pela Casan, que o Governo atual teve de ir atrás, através da Procuradoria, para resolver; com R\$36 milhões de penhora do prédio da Celesc em Concórdia; com R\$50 milhões de dívida da Saúde; com a situação da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, que tem de ter mais R\$2 milhões de investimentos. E o Governo passado disse que já poderia colocar preso lá, mas só se for preso para fugir, porque nem grade tem.

Receberam também a situação da obra da Barragem do Rio São Bento, que até hoje não se conseguiu terminar. Disseram que tinha 98% da obra concluída, mas ainda precisa dinheiro para terminá-la.

A situação financeira encontrada no Estado, Deputado Herneus de Nadal, não permite que o Governo do Estado consiga fazer tudo o que eles querem exigir, e que não fizeram em quatro anos! Não pagaram a conta e a dívida do Estado! Segundo informações que está-se apurando, não é mais de R\$7 bilhões, como eles anunciaram que já tinham dobrado. Passa muito mais da casa dos R\$10 bilhões! E o Governo passado não pode vir apontar para o atual Governo com o dedo sujo! Quem tem o dedo sujo não pode apontar os outros! E é uma pena que não fiquem aqui para nos ouvir!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. relacionava o descumprimento, por parte do Governo do Estado, de compromissos com obras, com ações, com pagamentos de fornecedores e com o endividamento do Estado de Santa Catarina com relação à dívida mobiliária.

Mas, alguns minutos atrás, alguns Deputados da Oposição faziam críticas duras, severas, com relação ao procedimento do nosso Governador, quando Prefeito de Joinville, com relação ao Prodec.

Veja V.Exa., Deputado, que vieram aqui e acusaram o nosso atual Governador de incoerência. No entanto, o nosso ex-Governador, quando Prefeito, ganhou uma ação com relação ao Prodec, até porque se utilizavam recursos dos Municípios para dar financiamentos e incentivos fiscais para empresas.

Agora, por outro lado, Deputado Ronaldo Benedet, essa situação do Prodec... E essa ação específica não é uma liminar. Já tem sentença. E o Governo anterior Deputado, pasme V.Exa., não cumpriu com a decisão judicial e transferiu para este Governo o cumprimento da ação. E o atual Governo está cumprindo a decisão judicial.

Por isso, Deputado, ficamos extremamente preocupados quando as pessoas vêm à tribuna para cobrar coerência do nosso Governo.

Agora, deixar de cumprir uma decisão judicial com certeza não é nenhuma prova de coerência e nem de quem se outorga, a todo o dia, a toda a hora, o título de que retirou o Estado de Santa Catarina do cartório Deputado. Não retirou do cartório e colocou em juízo, Deputado! Estão aí os seqüestros, a todo o dia e a toda a hora, dos recursos do Tesouro do Estado, que estão sendo efetuados pela Justiça.

Também precisamos ver, Deputado, aquele pagamento de precatórios que não obedeceu a ordem cronológica. Vamos fazer um pedido de informação para ver isso, que agora permite que a Justiça seqüestre dinheiro da conta do Tesouro do Estado, colocando o Estado em uma séria situação com relação ao cumprimento dos seus compromissos e também de investimentos, que são os nossos compromissos de campanha.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Acho interessante. Penso que temos que trazer aqui um Jimo Cupim ou um óleo de peroba para os cara-de-pau, que tem coragem de fazer, de não cumprir e agora querer colocar a culpa no Governo Luiz

Henrique e dizer que é incoerente. Ora, se eles tinham a oportunidade de realizar aquilo que não realizaram... E agora vem falar o que não fizeram e colocar a culpa no atual Governo!

Então, não podemos entender... E parece que isso passa para a sociedade. E estamos aqui para contestar e até para que o telespectador, o cidadão catarinense e a imprensa possam ouvir os dois lados, porque parece que o Governador Luiz Henrique passou a não cumprir mais nada. Mas isso era tudo dívida do Governo passado que não foi cumprida!

Eles não cumpriram e deixaram o Governo na situação atual muito difícil, com dívidas para pagar. E o Governo atual está fazendo todo o esforço para manter em dia a folha de pagamento e para cumprir o pagamento dos seus compromissos.

Mas aquilo que eles estão nos apontando hoje, eles é que não cumpriram! Quiseram deixar a bomba relógio preparada para explodir na nossa mão, e isso não vamos aceitar, Deputado Herneus de Nadal! Estaremos aqui vigilantes para dar a resposta àqueles que não fizeram e que agora querem nos cobrar o que não fizeram!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Eu não preciso de Jimo Cupim, não! Talvez outras pessoas precisem, mas eu não preciso!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não foi V.Exa. que falou, portanto, eu não falei para V.Exa.!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Então, muito obrigado!

Só gostaria de esclarecer ao Deputado Herneus de Nadal que, com relação a essa ação do Prodec, houve, sim, um recurso da Procuradoria-Geral do Estado, e que houve até a aceitação pela Procuradoria-Geral de República com relação à aceitação dos argumentos do Estado. E a decisão ocorreu somente em março de 2003.

Portanto, o Estado não deixou uma ação por pagar ou por liquidar; buscou os remédios jurídicos para a sua solução.

Também quero esclarecer que isso aqui não é dívida do Governo passado. Isso vem de Governos anteriores, inclusive do Governo passado do PMDB, no momento em que permitiu o aproveitamento de crédito na compensação dos incentivos fiscais.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado, o Governo passado jogou o compromisso do pagamento para o atual Governo, e faz manifestações queixosas a todo dia e a toda hora, procurando responsabilizar o nosso Governo, que vai dar muitas alegrias para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Isso é que não podemos aceitar, Deputado Herneus de Nadal, porque os erros que o atual Governo cometeu, nós vamos aceitar - e até alguns que já foram apontados, nós aceitamos. Agora, aquilo que não for erro nosso, não vamos aceitar! Eles que assumam os erros do passado e não venham com a cara-de-pau de querer imputar-nos um erro deles!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Valmir Comin, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso da tribuna, primeiramente, para parabenizar a Prefeita Ângela Amin, que recebeu, na última quarta-feira próxima passada, o prêmio Governador Mário Covas, promovido pelo Sebrae nacional, com a premiação ao projeto de maricultura. Conquistou o reconhecimento nacional ao vencer projetos de 475 cidades brasileiras. Participam da iniciativa 3 mil pescadores da Capital. Ao criar ostras, Florianópolis hoje é o maior Município produtor de ostras do País.

Então, realmente, precisa ser enaltecida e destacada essa atuação dessa excelente administradora pública, que vem desenvolvendo um grande trabalho frente à Capital do Estado de Santa Catarina, e que vem proporcionando ao nosso pequeno produtor a condição de agregação de valor na sua propriedade e no seu negócio, oportunizando renda e qualidade digna de trabalho.

Por isso, quero deixar aqui as minhas mais sinceras homenagens de gratidão a esse trabalho por essa fabulosa administradora pública, Sra. Ângela Amin.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de dizer que hoje, a partir das 18h, na Comissão de Agricultura, haverá uma audiência com a presença de um representante da Secretaria do Patrimônio da União, com referência a um assunto muito polêmico e que vem causando um desconforto muito grande a nossa população no Estado, em especial, ao Sul de Santa Catarina: uma Ação Administrativa nº 09/2002, feita através da Secretaria do Patrimônio da União, que determina, de imediato, a demolição das plataformas e dos trapiches no Estado de Santa Catarina e em nível de Brasil.

Segundo dados da Secretaria do Ministério da Pesca, mais de 1.800 plataformas e trapiches estão condenados por essa ação administrativa impetrada pela Secretaria do Patrimônio da União.

Entendemos ser uma decisão totalmente arbitrária, radical, que irá trazer um prejuízo enorme a nossa população e que vem de encontro ao desenvolvimento e aos princípios de se poder proporcionar o desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Cito um exemplo do Município de Içara, com mais de 50 mil habitantes e que no dia de amanhã a Comissão constituída por Parlamentares aqui da Assembléia Legislativa

haverá de se deslocar até aquele Município para averiguar a veracidade das informações prestadas pela comissão de emancipação, quanto ao desmembramento do Distrito de Balneário Rincão, futuro Município que haverá de se criar no Sul do Estado e que está situado no Litoral catarinense.

Com isso, queremos dizer que temos uma costa maravilhosa, um potencial turístico incontestado a ser explorado através de investimentos e de planejamento da Secretaria de Turismo, com a parceria da iniciativa privada.

No entanto, podemos observar uma decisão totalmente contrária por parte da Secretaria do Patrimônio da União, quando pede a sua demolição imediata.

O questionamento que fazemos é o seguinte: temos plataformas lá que já existem há mais de 20 anos e em momento algum houve sequer um item de questionamento, por parte da representação da União, com relação à construção daquela obra. E no entanto, de repente pega todos nós de surpresa.

Todas essas entidades têm o aval da marinha, que é a taxa que é recolhida, e o alvará, que é concedido pela Prefeitura, pela administração municipal. E hoje essa ordem vem de uma forma grosseira, arbitrária, trazendo um mal-estar generalizado a nossa população.

Por isso, que a partir das 18h, Deputado Genésio Goulart, na Comissão de Agricultura, teremos a presença de várias lideranças do Sul do Estado - Prefeitos, Vereadores e os Presidentes dessas plataformas -, que deverão de fazer um questionamento junto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para que possamos sustar essa ação administrativa, porque ela ainda não é de cunho jurídico.

Portanto, a ação política faz-se necessária nesse exato momento para que possamos sustar essa ação e, paralelo a isso, também sustar a multa de mais de R\$300 mil que foi notificada a essas plataformas. E, através de uma ação da nossa Bancada Federal catarinense e dos nossos Senadores, que possamos, de uma vez por todas, ter uma solução definitiva para esse problema.

Essas plataformas vêm proporcionando várias oportunidades de entretenimentos na pesca e no lazer. E sempre dizemos que os dados mostram que o povo brasileiro realmente está ficando cada vez mais velho e que essas plataformas proporcionam momentos de lazer às pessoas, que precisam realmente de um espaço para desfrutar do seu tempo de folga e ter uma vida mais saudável.

Por isso é que estamos fazendo essa manifestação. Cremos que se trata de um assunto extremamente pertinente e, por

isso, precisamos da compreensão dos Srs. Parlamentares, da ação da nossa Bancada Federal catarinense, do Senado e do Governo do Estado de Santa Catarina, para que possamos, de uma vez por todas, fazer com que essa situação seja resolvida e dar um pouco mais de sossego àqueles que acreditaram, e muito, na capacidade do potencial turístico da nossa região, bem como à empresa que teve a ousadia e a coragem de fazer esse investimento, a Brandão, que aqui precisamos destacar, e a todos aqueles sócios que acreditaram nesse investimento.

Afinal de contas, o Estado e a União precisam ser os grandes incentivadores da sociedade, o que não pudemos observar nesse momento, pois estão contrariando totalmente esses princípios, e isso pode desencadear em ações que venham a complicar ainda mais a perspectiva de qualquer iniciativa privada fazer investimento no Litoral catarinense.

Por isso, faço questão de deixar registrada nos Anais desta Casa essa manifestação de repúdio a essa ação totalmente arbitrária, impetrada pela Secretaria do Patrimônio da União.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com os arts. 108 e 211 do Regimento Interno, fará a leitura da pauta contendo proposições que deverão entrar na Ordem do Dia no prazo máximo de três sessões ordinárias: continuidade de discussão do Projeto de Lei nº 0059.9/2003; discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0003.6/2003; discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei nºs: 0263.0/2002, 0033.0/2003, 0038.4/2003, 0041.0/2003.

Também de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica a pauta da Ordem do Dia da próxima sessão: votação da redação final dos Projetos de Lei nºs: 004.5/2003, 015.8/2003; votação da redação final do Projeto de Resolução nº 006.7/2003; e discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 003.6/2003.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DP

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 017-DP, de 2003

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Permanente, integrado pelos Senhores Deputados Celestino Secco, João Paulo Kleinübing, Afrânio Boppré, Simone Schramm, Luiz Eduardo Cherem, Sérgio Godinho e Odete de Jesus, com o objetivo de discutir e avaliar o Sistema de Previdência Estadual de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 28 de abril de 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 018-DP, de 2003

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial composta pelos Senhores Deputados João Paulo Kleinübing, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Júlio Garcia, Clésio Salvaro, Valmir Comin, Altair Guidi, Joares Ponticelli, José Paulo Serafim, Manoel Mota e Ronaldo Benedet; representante do Tribunal Regional Eleitoral Gonsalo André Agostini Ribeiro; representante do IBGE, João Carlos Dias; representante da Secretaria de Estado da Fazenda Ari José Prisch; e servidoras desta Assembléia Legislativa Cecília Biesdorf Thiesen e Mariléa Marcon Correa, para, sob a presidência do primeiro, procederem a vistoria do Distrito de Balneário Rincão.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 28 de abril 2003

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA DISCUTIR A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Nos termos do art. 162 e seguintes do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada por este Deputado, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, constituída através de requerimento de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, para ampliar a discussão consoante à criação de unidade de conservação ambiental federal no Estado de Santa Catarina.

Convido para tomar assento à mesa o excelentíssimo Deputado Herneus de Nadal, autor do requerimento que ensejou esta audiência pública; o excelentíssimo Sr. Bráulio César da Rocha Barbosa, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente; o excelentíssimo Sr. Sérgio Grandó, Diretor-Geral da Fatma; e o excelentíssimo Sr. Deputado Reno Caramori.

Gostaríamos de registrar a presença nesta audiência pública das Sras. Maria Elisa Martorano Bathke, representando a Secretária de Estado da Agricultura e Política Rural; e Ana Cimardi, Diretora de Estudos Ambientais da Fatma; e dos Srs. Clodemar Ferreira, Prefeito de Ponte Serrada; Antônio José Bissani, Prefeito de Água Doce; João Marques Rosa, Prefeito de Abelardo Luz; Ivandre Bocalon, Prefeito de Passos Maia; Ênio Mário Mendes, Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais; Rolf Gieseler, Presidente da Associação Catarinense de Processadores de Produtos e Subprodutos Renováveis da Flora (Acaper); Dinarte Corazza, Presidente da Associação dos Amigos do Rio Uruguai e Afluentes de Concórdia; Vereador Clair Gemelli, Presidente da Câmara Municipal de Água Doce; Nelton Rogério de Souza, Diretor da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; e Deputado Estadual Romildo Titon.

Para dar início aos nossos trabalhos, passamos a palavra ao Deputado Herneus de Nadal, Líder do Governo e autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Deputado Dado Cherem, Presidente desta Comissão; Srs. Deputados Romildo Titon e Reno Caramori; Sr. Secretário Bráulio Barbosa; Sr. Diretor-Geral da Fatma, Sérgio Grandó; Srs. Prefeitos, presidentes de sindicatos, representantes de órgãos governamentais, presidentes de entidades, proprietários, senhores e senhoras presentes, o que nos levou a tomar a iniciativa de realizar este evento foi a edição da Portaria nº 508 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Quando solicitamos esta audiência pública a referida portaria vigia em todos os seus termos. Posteriormente, com a edição da Portaria nº 178, os seus efeitos foram suspensos temporariamente até a conclusão de estudos que envolvessem as referidas áreas com relação à restrição de utilização para exploração.

Por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mantivemos esta proposta de audiência pública, até porque a Portaria nº 508, que foi editada sem a participação do segmento diretamente envolvido, que são os proprietários e os representantes dos proprietários que estão aqui na manhã de hoje, revelou sua ineficácia e sua ineficiência, sendo necessária a edição de uma portaria para posterior estudo com relação à matéria. Assim, gostaria de dizer aos senhores e às senhoras aqui presentes a importância deste evento, que com certeza vai nos possibilitar a discussão dessa matéria.

Já início essa minha breve manifestação fazendo uma proposição: que a audiência de hoje tenha como objetivo fazer com que o segmento produtivo diretamente envolvido, juntamente com os órgãos governamentais, possa estar presente na elaboração desses estudos referidos nessa portaria, para que a decisão não seja novamente unilateral, para que a decisão não seja única e meramente de instâncias governamentais, permitindo assim a participação de quem está diretamente ligado, diretamente envolvido. Até porque não temos aqui presente único e somente um problema de ordem ambiental, também temos presente a discussão de uma situação que envolve socialmente a nossa região, com resultados sociais, com preocupações extremamente grandes por parte de diversas autoridades e de órgãos representativos que têm mantido contato conosco. Então a nossa vontade, o nosso desejo é a participação.

Nós queremos preservar o meio ambiente! Dentro da nossa sociedade vive-se um momento em que não há mais divergência, não há qualquer manifestação contrária à preservação do meio ambiente. Todos queremos a preservação da natureza, do meio ambiente, mas por outro lado nós também queremos o desenvolvimento.

Por isso estamos aqui, ou seja, para buscar o desenvolvimento sustentado que permita conciliar a preservação do meio ambiente com a exploração das áreas de terra, para a manutenção das nossas famílias e para o desenvolvimento de nossas respectivas regiões.

É nessa direção, Sr. Presidente Eduardo Cherem, Sr. Diretor-Geral da Fatma, Sr. Secretário, que encaminhamos esse nosso início de discussão, que com certeza será enriquecido com a participação de cada um dos senhores que aqui está, a fim de que no final dos trabalhos nós tenhamos condições de sair daqui com propostas que permitam a cada um fazer a defesa que entender mais lógica, mais adequada, diante da ótica que encaramos esse problema e diante também da necessidade que cada um tem dentro da sua atividade, dentro do seu trabalho, dentro da sua comunidade.

Por isso, Sr. Presidente, essas minhas primeiras palavras são de encaminhamento, mas também e sobretudo de agradecimento pela disposição, pela vontade com que V.Exa. atendeu o nosso apelo, o nosso pedido para que pudéssemos realizar na manhã de hoje esta discussão, que a meu ver interessa a todos nós, interessa aos Parlamentares que representam respectivas regiões, interessa ao Governo do Estado, que está aqui representado, interessa à população de Santa Catarina e, principalmente, essencialmente àqueles que estão diretamente envolvidos nesse assunto, que é de extrema preocupação para essas regiões.

Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, e devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria também de registrar a presença entre nós do Deputado Pedro Baldissera e do Sr. Gelson de Zorzi, Presidente da Associação dos Amigos de Proteção das Nascentes dos Rios do Mato, Jacutinga, Irani, Tunalzinho, São João e Afluentes.

Com a palavra o Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Dr. Bráulio Barbosa, que por até 10 minutos poderá fazer a sua explanação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE (Bráulio César da Rocha Barbosa) - Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Eduardo Cherem, os Deputados Herneus de Nadal, Romildo Titon e Reno Caramori, e o nosso amigo e Diretor-Geral da Fatma, professor Sérgio Grandó.

Em primeiro lugar quero dizer que esta iniciativa da Assembléia Legislativa é da maior importância, porque apesar da nova portaria editada pelo Ministério do Meio Ambiente, esse assunto para o Estado de Santa Catarina está muito longe de ser encerrado. É algo para o qual a sociedade tem que se manter mobilizada, já que num curto espaço de tempo esta sociedade terá que se manifestar quanto àquilo que nós, catarinenses, entendemos que é importante para a nossa agricultura, para toda essa região afetada pela criação dessas áreas de proteção ambiental e para o desenvolvimento do nosso Estado. Então, a importância dessa postura da Assembléia Legislativa é maior.

Desde o início do processo eu venho recebendo comunicação de vários Deputados - e aqui estão presentes os Deputados Reno, Romildo, Dado e Herneus -, todos extremamente preocupados com o assunto porque vêm sofrendo uma grande pressão dentro das suas bases em função da questão sócio-econômica.

As Portarias nºs 507 e 508 foram editadas no apagar das luzes do último Governo, e isso, sem dúvida alguma, causou um grande transtorno para o Estado de Santa Catarina, já que a criação dessas áreas de proteção ambiental não apenas atingiu o próprio extrativismo, a própria indústria ligada à questão madeireira diretamente, como também todos os ramos da agricultura no entorno dessas áreas. Pareceu-nos, inicialmente, que foi uma medida tomada em cima de mapas, em cima de estudos feitos por satélite, sem que as pessoas tivessem *in loco* procurado fazer uma pesquisa mais profunda da questão social envolvida. Eu posso afirmar aos senhores que dentre os municípios afetados encontramos alguns com Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo, e a prosperar essa medida inicial, editada pelas Portarias nºs 507 e 508 - eu digo as duas porque elas atingem os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná de forma muito aguda -, certamente teremos o agravamento da questão social nessas regiões.

Então, desde o início houve uma grande mobilização por parte dos Deputados Estaduais e da Bancada catarinense na Câmara Federal procurando mostrar à Ministra do Meio Ambiente as dificuldades do Estado no sentido de prosseguir com essas portarias. A partir daí várias pessoas também nos procuraram na Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente e mobilizamo-nos no Ministério para termos uma discussão acerca dessas portarias.

O que efetivamente ocorreu foi o seguinte: foi convocada uma reunião há coisa de uns vinte e poucos dias no Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria de Biodiversidade e Florestas, e lá estivemos - eu, o Secretário Cheida, que é o Secretário do Estado do Paraná, e o Prefeito de uma das regiões afetadas no Estado do Paraná - para nos posicionar acerca das Portarias nºs 507 e 508.

A posição de Santa Catarina, inicialmente, depois, obviamente, de ouvir os Deputados, o Governador do Estado - e o Governador Luiz Henrique mostrou-se muito preocupado com a edição dessas portarias -, era pelo simples cancelamento das portarias. E isso para que ganhássemos um tempo, porque entendíamos importante a preservação do bioma araucária, mas também para que aprofundássemos estudos dentro do Estado de Santa Catarina que nos indicassem cientificamente, vamos dizer assim, o melhor caminho a ser percorrido na busca do desenvolvimento sustentável, de forma a preservar todas essas espécies que hoje estão para serem extintas, bem como preservar a atividade madeireira e a atividade dos nossos agricultores de uma forma geral.

Essa foi a nossa postura, que inicialmente não prosperou, já que aquela reunião estava permeada por um grupo muito representativo de ONGs ligadas ao movimento ambiental. Obviamente alguma coisa precisava ser colocada na mesa. Mas de qualquer forma a necessidade do reestudo da situação ficou patente, porque da forma como estavam as portarias não poderiam ficar.

Então o Secretário de Biodiversidade e Florestas, João Capobianco, marcou inicialmente uma nova reunião para o dia 28 de abril, na próxima semana, na qual cada Estado, cada região apresentaria um estudo, uma proposta no sentido de modificarmos as Portarias nºs 507 e 508, o que foi aprovado por unanimidade, vamos dizer assim, ao final da reunião. Só que de certa forma no meio do caminho fomos surpreendidos, porque a edição dessa nova Portaria nº 178, do dia 7 de abril, não havia sido acordada na reunião. O que aconteceu foi que em função de pressões que o Governo vinha sofrendo devido à edição das Portarias nºs 507 e 508, o Governo resolveu, vamos dizer assim, baixar a poeira e ganhar um tempo - pelo menos essa é a análise fria que se faz aqui da 178. O Governo Federal, com essa portaria, não proscreve a 507 e a 508 na sua integralidade; na verdade ele dá um tempo para que os Estados possam fazer os estudos técnicos e uma proposta para que o Ministério do Meio Ambiente, cotejando tanto as questões de ordem ambiental como as questões econômicas e sociais, tome uma decisão.

A nossa preocupação é grande porque o Estado de Santa Catarina está absolutamente atrasado no que tange à questão do estudo das suas florestas. No último Governo havia uma proposta feita pela nossa Secretaria, que foi encaminhada pelo então Secretário João Macagnan ao Ministério do Meio Ambiente, no sentido de se fazer um inventário florestal do Estado de Santa Catarina. Essa proposta foi aprovada tecnicamente, mas os recursos não foram liberados por uma questão de restrições de ordem orçamentária.

Então hoje isso está sendo reencaminhado, porque a primeira coisa que Santa Catarina precisa fazer é o seu inventário florestal, sem o qual nós não temos um estudo, alguma coisa técnica que coerentemente aponte os caminhos para o desenvolvimento sustentável nessa área do manejo florestal. Hoje a Epagri vem tocando esse projeto e está novamente no Ministério do Meio Ambiente. Nós entregamos isso ao Secretário de Biodiversidade, inclusive na reunião, na qual todas as pessoas que lá estavam apoiaram Santa Catarina no sentido do desenvolvimento desse projeto. Agora nós estamos aguardando uma posição do Ministério ou do próprio Fepa, que é um fundo estadual, que poderia então financiar esse trabalho para o Estado de Santa Catarina.

Nesse meio tempo constituímos também uma comissão, a partir da nossa Diretoria de Meio Ambiente, com a missão de, juntamente com os órgãos representativos, os agricultores, os representantes dos madeireiros, os representantes da Federação das Indústrias, as pessoas ligadas ao meio universitário, enfim, obter dados e informações, para que possamos dizer alguma coisa nessa reunião do dia 28.

Só que pelos contatos mantidos com o Ministério de certa forma essa reunião foi esvaziada em função dessa portaria. Então estamos aguardando a convocação para ver se iremos nos fazer presentes no dia 28 nessa nova reunião com o pessoal da Secretaria de Biodiversidade. Estamos aguardando essa convocação. Mas em princípio, como uma ação de curto prazo, ela estaria prejudicada pela edição dessa portaria, que de certa forma esfriou, não encerrou, como já disse, o processo.

Eu penso que hoje temos que continuar mobilizados - e a Secretaria terá uma participação ativa nisso -, juntamente com a Assembléia Legislativa, com a Secretaria da Agricultura e os seus órgãos vinculados, com os agricultores, com os madeireiros, enfim, com todos os interessados, para que nós tenhamos, em primeiro lugar, esse inventário florestal pronto no menor tempo possível e uma proposta coerente, embasada cientificamente, para que no momento da decisão possamos nos mobilizar e aí, sim, apresentar uma proposta coerente com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

É importante que façamos isso, e que façamos com muita competência, porque do outro lado existem várias pessoas que estão realmente interessadas na preservação pela preservação, infelizmente, que foi o grupo que lançou, vamos dizer, as bases dessa portaria inicial. Mas pensamos que o cenário hoje é favorável e que com a mobilização da sociedade nós teremos todos os elementos indispensáveis para dotarmos Santa Catarina com uma legislação florestal que contemple o desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Em resumo, Deputado Eduardo, era isso o que eu gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherm) - Obrigado, Secretário.

Agora falará o Diretor da Fatma e depois o Deputado Reno Caramori, mas com o término do pronunciamento dos membros da mesa abriremos espaço à platéia, para que os senhores e as senhoras façam perguntas e tirem suas dúvidas.

Com a palavra o professor Sérgio Grando, Diretor-Geral da Fatma, que também terá 10 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - O nosso bom-dia, desejando muita saúde e felicidade a todos.

Saudamos o Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Deputado Eduardo Cherm, o nosso Líder Herneus de Nadal, o Deputado Titon, o Deputado Reno Caramori e o nosso caro amigo e Secretário Bráulio.

Tomarei a iniciativa de ler, apenas para confirmar o que o Dr. Bráulio nos colocou, o art. 4º da Portaria nº 508, que diz claramente: "Fica suspenso o plantio de espécies exóticas no interior ou no entorno das áreas descritas nesta Portaria até que sejam realizados estudos conclusivos e determinadas outras medidas de proteção e recuperação, sendo permitido o reflorestamento com araucária e outras espécies nativas."

Pois bem, a Portaria nº 178 apenas acrescenta um parágrafo único a esse art. 4º, que diz: "As restrições previstas no *caput* deste artigo não se aplicam às atividades agrícolas, pecuárias e de reflorestamento com espécies exóticas e nativas nas áreas em que essas atividades já eram praticadas antes da publicação desta portaria."

No nosso entender, bastante simples, novas áreas é que não podem ser reflorestadas com espécies exóticas. Esse é o nosso entendimento. Vejam bem, nesse artigo, "(...) não se aplicam às atividades agrícolas, pecuárias e de reflorestamento com espécies exóticas e nativas nas áreas em que estas atividades já eram praticadas antes da publicação desta portaria".

Pois bem, eu acho que esse é apenas o início de todo um processo que vamos ter que discutir, e talvez o objetivo maior da Portaria 508 tenha sido realmente o de provocar essa grande discussão, a reação a sua suspensão, dando um *stand by*, como se chama, nessa portaria e iniciando um processo, uma criação de um grupo de estudo.

A importância desta audiência pública é no sentido de que ao sair daqui o Ibama, através do Ministério do Meio Ambiente, possa convidar os órgãos responsáveis pelo meio ambiente em Santa Catarina para fazer parte desse grupo de estudo; com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, Deputado Reno Caramori, fazendo parte pelo menos como ouvinte, acompanhando todo o processo ou mesmo fazendo parte do grupo de estudos também, já que possui pessoas qualificadas e técnicos que podem muito contribuir; com as nossas universidades; e com as organizações não-governamentais. Que se desencadeie um processo para que realmente tenhamos clara essa unidade de implantação que quer se fazer onde existe um grande número de araucária, e que o seu entorno de 10 quilômetros, já que esse é também um dos itens falados na Portaria 508 e mantido na 178, possa realmente sofrer todos os mínimos detalhes possíveis nas discussões que poderão se travar.

Então, sem ser repetitivo, o nosso posicionamento, o posicionamento da Fatma, bem como do nosso Secretário de Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente é muito objetivo, qual seja fazer o inventário florestal. Santa Catarina precisa disso! E por que Santa Catarina precisa disso? Pela pujança e pela grandeza de termos um pouco mais de 1% do território nacional e sermos o segundo produtor de madeira e o primeiro produtor de móveis para exportação deste país. Isso significa que já há um conhecimento, já há uma prática, para que se veja quais são as áreas dessa espécie exótica, até que ponto ela pode ser delimitada dentro desse inventário florestal e em qual região que ela melhor se desenvolve.

Precisamos ter isso, porque essa atividade econômica que mantém muitas famílias, que mantém o desenvolvimento do Estado na sua arrecadação, precisa, sim, que diga até que ponto ela consegue se desenvolver no nosso território. Daí a necessidade desse inventário florestal, bem como das atividades agropecuárias e demais atividades em torno dessas áreas.

Nós gostaríamos de dizer que os nossos parques e as nossas reservas se delimitam, poderíamos dizer, da área de Urubici para o litoral, que é a reserva que temos de açaí, de canela-preta, de sassafrás, o nosso grande parque na Serra do Tabuleiro e da Pedra Furada, que é próximo, ali da divisa de Urubici para baixo, mas não temos nenhuma reserva ou parque da serra até o extremo oeste. Estamos criando agora em Santa Catarina, através da usina Quebra-Queixo, em São Domingos, a primeira reserva, depois de 25 anos, e pretendemos fazer até o final do ano mais três reservas como medidas compensatórias em função de pequenas centrais hidrelétricas. Esta de São Domingos prevê 632 hectares, onde a araucária domina, que é uma das mais belas áreas de preservação, tendo inclusive pinheiros centenários naquela região. Então, a boa notícia que queremos dar é que na região Oeste, naquela região já temos a primeira reserva, o que muito irá ajudar no sentido de proteger a araucária.

Portanto, precisamos desse inventário florestal e da participação mais ampla possível nessa discussão que se faz necessária, e louvamos a iniciativa desta Casa.

Esta discussão que está apenas no início, tenho certeza, será travada em âmbito nacional, porque envolve também o Rio Grande do Sul e o Paraná. Todos provavelmente sabem que não basta somente nos articularmos no Estado, mas nos articularmos com outros estados. A mudança da Portaria 508 com a 178 nos ensinou que o importante não é a autoria mas a parceria. É por isso que mudou.

Era isso o que tínhamos para dizer, e no mais é ouvir todos os demais que aqui estão participando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Obrigado, professor.

Com a palavra o Deputado RENO CARAMORI, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente desta audiência, Deputado Eduardo Cherem; Deputado Herneus de Nadal, proponente; Deputado Romildo Titon; Secretário do Meio Ambiente do nosso Estado; Diretor-Geral da Fatma, Sérgio Grandó; Srs. Prefeitos, srs. empresários, srs. técnicos, senhoras e senhores, procurarei ser breve no relato que acho importante fazer neste momento e nesta oportunidade, até porque estão presentes aqui o Prefeito de Passos Maia, Ivandre Bocalon; o Prefeito de Ponte Serrada, Clodemar João Heistianetti, o Nanico; o Vice-Prefeito de Abelardo Luz, Marion Gerhardt Klug; e o Vice-Prefeito de Ouro Verde, Sadi de Oliveira da Luz. Tanto o Vice-Prefeito de Abelardo Luz como o Vice-Prefeito de Ouro Verde estiveram conosco, no dia 28 do mês passado, numa audiência em Brasília, juntamente com os Deputados Zonta e Vignati, com a Ministra Marina Silva, com o Secretário de Biodiversidade Florestal, João Paulo Capobianco, e com o Coordenador do Núcleo de Mata Atlântica. Também estava conosco o empresário de Ponte Serrada que foi tratar de um assunto particular, o Sr. Tozzo(?).

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, precedendo o dia 28, encaminhamos vários requerimentos ao Fórum catarinense em Brasília, ao Governador do Estado, à Ministra Marina Silva, à Mesa Diretora desta Casa e ao Parlamento, para que fosse criado o Fórum Permanente para Acompanhar os Efeitos da Portaria 508. Os Partidos já entregaram os nomes dos componentes, que a seguir passarei a ler para que todos tomem conhecimento para possíveis informações. Farão parte do Fórum Permanente os seguintes Deputados: RENO CARAMORI, proponente, Lício Mauro da Silveira, Afrânio Boppré, Antônio Ceron, Romildo Titon, Sérgio Godinho e Nilson Gonçalves e a Deputada Odete de Jesus. Esses são os integrantes do Fórum, indicados pelos seus Partidos, para acompanhar essa problemática, conforme a própria proposição do Presidente da Comissão, para que possamos ter um acompanhamento legal com força de Parlamento no Ministério, Sr. Secretário, como V.Exa. acabou de argumentar sobre a necessidade do acompanhamento deste Parlamento através desse Fórum Permanente, e não restrito a esse número de pessoas, pois poderá ter tantas pessoas quanto necessário.

Então, no dia 28, acompanhado dos Prefeitos e das autoridades já denominadas, tivemos uma audiência com a Ministra Marina Silva, para quem levamos um dossiê demonstrando a necessidade de uma alteração na redação da Portaria 508. A Ministra estava preocupada, até por não conhecer toda a nossa região, mas nós a conhecemos. Nesse interím o Secretário Capobianco nos apresentou um relatório levantado *in loco*, para mostrar que não foi só via satélite a coleta de dados, que a grande parte da verificação da região foi via helicóptero, eles percorreram toda a região. E quem fez isso, na sua quase totalidade, foi o Secretário Wigold, que é um dos grandes ecologistas, autoridade no assunto e catarinense (acredito que de Atalanta).

Mostrando aquele relatório tivemos mais condições de argumentar com a Ministra que aquilo se tratava de assunto particular de uma empresa, que não generalizava a situação que forçou a emissão dessa portaria ainda no ano passado pelo então Ministro Carvalho por causa de um problema que foi levantado e mostramos o potencial dessa nossa região. Inclusive argumentamos sobre a preocupação dos produtores e empresários de Passos Maia, Ponte Serrada, Água Doce e Palmas, que criaram lá a Associação dos Produtores do Alto Chapecó e Alto Chupim. Os Prefeitos acompanharam várias vezes participando das reuniões dessa Associação, mostrando que eles próprios procuram fazer com que seja preservado o meio ambiente, Sr. Secretário, e que existe harmonia entre os madeireiros, os agricultores, os pecuaristas e o meio ambiente. Essa Associação tem demonstrado, efetivamente, a sua preocupação até com a fiscalização. Por isso, acho que é muito importante essa Associação participar, pela sua personalidade jurídica, pelo seu estatuto e por aquilo que representa. Para isto, farei a indicação de sua participação nesse Fórum Permanente.

Apresentando à Ministra, S.Exa começou a entender que não era bem aquilo que dizia o relatório, pelo qual se baseou a emissão da Portaria 508, determinando, então, ao Capobianco e ao Wigold que fizessem um estudo mais profundo, através dos elementos fornecidos naquela audiência pelos Prefeitos e por este Deputado, juntamente com o Deputado Zonta e o Deputado Vignati. Diante disso, marcaram uma outra audiência para o dia 4 deste mês, mas, infelizmente, na última hora a Ministra não teve condições de comparecer tendo em vista o desastre ecológico que houve no Sul de Minas, divisa com o Rio de Janeiro, na empresa Cataguases. Mesmo assim, ligou para o Deputado Zonta e pediu para que fôssemos à audiência, pois o Secretário Capobianco e o Secretário Wigold estavam preparados para discutir conosco. Lá, às 14 horas, o Deputado Zonta e este Deputado, conforme o combinado, estivemos, por 2 horas e meia, discutindo extensivamente todo o problema, levando ainda mais material, para que eles entendessem que esta região não tem bandidos nem assassinos, tem sim empresários, madeireiros, colonos, pecuaristas, fruticultores e técnicos preocupados com a vivência harmônica do meio ambiente e da produção.

O nosso maior argumento, senhores, foi a não-observância da Lei nº 9.985, no seu artigo 22, parágrafo 2º, que diz exatamente o que vamos fazer: "§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento". Nós nos atemos a essa lei, a esse artigo e a esse parágrafo para discutir com a Ministra, que realmente nos deu razão. Não houve discussão nenhuma.

Por isso, na segunda audiência, no dia 4, que tivemos lá no Ministério com o Sr. Capobianco, o Sr. Wigold e o Deputado Zonta, ficou acertado que a vigência dessa portaria é de 12 meses, para que nesse período esse Fórum, juntamente com os órgãos governamentais, com a sociedade organizada e com as representações de classe envolvidas, ou seja, sindicatos e associações comerciais, que deverão participar, e até forçosamente, sob pena de quem não participar ser omissos ao processo, porque é muito sério...

Nós discutimos aqui, Deputado Herneus, muitas vezes o problema da Frigo Chapecó, mas esse é muito mais grave do que o do Frigo Chapecó, muito mais grave, porque ele atinge 332 mil hectares de áreas que praticamente não poderiam mais produzir. E aí cabe uma retificação, professor Sérgio Grandó, nosso ex-Deputado, pois já o tivemos nesta Casa por alguns anos, com muita honra: a área que foi delimitada, e agora o artigo 4º dá nova redação através do seu parágrafo único, é que na região-núcleo não se podia mais reflorestar - isto dizia a Portaria 508. Agora ficou que na região-núcleo, onde já tem reflorestamento, pode ser feito o corte e replantado, só não podem ser ampliadas novas áreas; onde já tem pode ser cortado, aparado, reflorestado, plantado, utilizado, e na região do entorno, que são os 10 mil metros em linha reta, está liberado, observando-se sempre as leis, porque essa portaria não tira o poder da lei vigente, nem da 9.985 nem de outras leis que os nossos madeireiros e técnicos conhecem bem e que devem ser respeitadas. Mas na área do entorno pode-se proceder como vinha sendo feito, ou seja, dentro dos limites que a lei permite, pode ser reflorestado, pode praticar a agricultura, a pecuária, enfim, tudo o que está sendo feito. Então, nós avançamos muito, porque antes delimitava e não podia ser ampliado.

Portanto, senhores, esse passo já foi dado. Essa portaria nos dá toda a garantia de exercermos as nossas atividades dentro de um critério de parceria com a natureza. Nós queremos, sim, criar áreas de preservação ou de conservação, e eu tenho certeza que cada um dos senhores também as quer. Mas que seja feito, Sr. Presidente, dentro de um critério em que ninguém seja prejudicado, à exemplo de uma área nacional criada em São Joaquim há mais de 22 anos e que até hoje não houve indenização. Não é isso o que queremos!

Então, o que nós fizemos foi levar essa nossa preocupação à Ministra e aos Secretários. O nosso dono da terra quer preservar, mas ele também quer ter a sua compensação, porque há 20, 30, 40, 50 anos, passando de pai para filho, para neto, para bisneto, essas áreas foram adquiridas de alguém. Na época o madeireiro tinha a preocupação de comprar áreas para a sua exploração por séculos. E aí está a grande prova, porque preservaram essas florestas. Até que surgiu a oportunidade, há mais de 30 anos, de reflorestarmos. E Caçador foi um dos primeiros municípios a fazer essa experiência, através do Comendador Primo Tedesco, com o plantio de *pinus*. Na época, quem plantava *pinus* era chamado de louco. Isso os mais antigos madeireiros, técnicos e silvicultores ainda lembram, porque houve muitas críticas em relação a esse plantio, e hoje é um produto que economicamente está mantendo Santa Catarina e o Brasil, principalmente o Sul.

Portanto, realmente queremos essa parceria, e a Ministra concorda, o Ministério concorda. A portaria está dentro daquilo que buscamos, que a classe buscou, apenas fomos o intermediário para aquilo que a sociedade de Santa Catarina precisa.

Agora, observando as leis, precisamos fazer com que o Governo assuma de uma vez por todas, meu querido Sérgio Grandó e Secretário Romualdo. Já viemos ensaiando isso há muitos anos. O Governo de Santa Catarina tem que assumir dentro dos critérios éticos, legais e constitucionais, mas nós precisamos assumir. E aqui está o Nelton, ex-Prefeito na serra, técnico, bem entendido, que está atualmente na Faesc e que juntamente com o técnico Ulisses Rogério - ele não pôde vir por estar adoentado -, da Fiesc, tem feito um grande trabalho em cima desse processo.

Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Diretor da Fatma, precisamos fazer com que o nosso Governo assuma de vez o que pode e o que não pode [ser feito], sempre respeitando as leis maiores, claro, para que o nosso produtor pelo menos tenha a oportunidade de resolver os seus problemas, seja o empresário, o agricultor, o pecuarista ou o fruticultor, mas que tenha! Os técnicos, que são os que se batem na hora do planejamento e da execução dos projetos, para que os órgãos tenham condições de aprovar ou não aprovar ou de orientar aquilo que precisamos...

Por isso, agradeço aos senhores pela presença e ao Sr. Presidente pela oportunidade de me manifestar. Se houver necessidade, voltarei a interferir durante os debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Obrigado, Deputado Reno Caramori.

Neste momento passaremos para a parte dos debates. Quem quiser fazer uso da palavra deverá se identificar citando até a entidade, o órgão que representa. Serão dois minutos para as perguntas, três minutos para as respostas e três minutos para as manifestações sem questionamentos.

Com a palavra o Sr. Ênio Mário Mendes, de Água Doce.

O SR. ÊNIO MÁRIO MENDES (Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais) - Inicialmente gostaria de cumprimentar os componentes da mesa; o Deputado Herneus de Nadal, que foi quem convocou esta audiência; o Deputado Reno Caramori, que tem acompanhado essas andanças; o Secretário, Dr. Bráulio Barbosa; o Dr. Sérgio Grandó; os Prefeitos, os Vereadores e os presidentes de sindicatos.

Eu represento o grupo dos municípios atingidos por essa portaria e gostaria de registrar o grande transtorno que causou a edição da Portaria 508 para todos os proprietários. Durante muito tempo ficamos apreensivos porque não havia quem nos desse informações corretas.

Achamos que a Portaria 508 foi uma atitude arbitrária, ditatorial, desrespeitosa com os produtores, os Prefeitos, o próprio Governo do Estado e irresponsável por parte de alguns ambientalistas, porque saíram de helicóptero a tirar fotografias de propriedades não respeitando os proprietários. Representamos mais de 10 municípios, que significam, como o Deputado Reno Caramori falou, trezentos e poucos mil hectares e uma população de mais 150 mil habitantes. Então, tem força! São municípios essencialmente agrícolas que na sua maioria dependem somente da agricultura. Nesse grupo de agricultores há médios proprietários, pequenos proprietários rurais e assentados.

A incoerência que vimos no Governo passado, e tomara que isso seja passado, era com relação ao Inca, porque a propriedade que tinha mato era considerada improdutivo, aí ele vinha, desapropriava, e colocava os assentados, e o Ministério do Meio Ambiente colocava como coisa irregular. Portanto, hoje, para resumir, temos pequenos agricultores, assentados (devem ser quase mil famílias de assentados nessas áreas) que hoje são proprietários e estão produzindo como se fossem agricultores, ou seja, estão totalmente integrados à atividade produtiva.

Uma outra questão, muito importante, é que se existe essa preocupação com a floresta e se existe araucária é porque os proprietários preservaram, até com prejuízo econômico, porque eles podiam, simplesmente pelo valor que a madeira tinha há uns anos... mas não, eles deixaram. Por isso foi muito enfatizado o inventário florestal pelo Dr. Bráulio e pelo Dr. Sérgio Grandó, porque ele vai permitir que percebamos que a nossa cobertura florestal está muito acima dos 20% que é exigido por lei. E tem que ter essa consciência.

Uma outra questão é quanto à produção desses agricultores, que está associada às agroindústrias. As maiores agroindústrias do Brasil são nossas, e essa produção está interligada à agroindústria. Então, essa é uma outra questão que deve ser considerada.

Outro assunto interessante que precisa ser levantado é com relação às propriedades atingidas, porque elas são produtivas. Segundo o cadastramento do Inca, todas são propriedades produtivas. Portanto, segundo a Constituição estão cumprindo sua função social e, assim, são propriedades legais. A forma como foi colocada a portaria foi uma agressão, um desrespeito com os proprietários, causando até transtornos emocionais, psicológicos e econômicos. Tudo isso deve ser considerado.

Nós tivemos várias reuniões nos nossos municípios, principalmente em Água Doce, que foi onde o pessoal mais se mobilizou, mas houve em Passos Maia, Abelardo e Ponte Serrada, e discutimos algumas proposições. A primeira foi quanto à questão do inventário florestal, sobre o qual já foi falado aqui. Quando fizerem esse inventário florestal, quem tem cobertura florestal tudo bem, e quem não tem que reponha. Acho que tem que se ser justo nesse ponto. E a outra questão foi sobre o planejamento ambiental. Nós temos que ter um planejamento ambiental, um zoneamento agroecológico no Estado de Santa Catarina para dizer o que se planta e o que não se planta! Quem disse que é proibido plantar *pinus* eucalipto? O Governo passado incentivou o reflorestamento, então como agora vem algum ambientalista dizer que se não pode plantar *pinus*?!

Uma outra questão é que nós, proprietários, propomo-nos a participar, a fazer reservas particulares, ou seja, a colaborar em tudo o que é possível, porque entendemos que o Governo, hoje, não pode fazer tudo, ele tem que cuidar da saúde, da educação e tal, e quanto ao meio ambiente, acho que o Governo, juntamente com os proprietários, pode cuidar. Nós nos propomos a participar e queremos, em todas as instâncias de discussão, seja municipal, estadual ou federal. Estamos à disposição com documentos e pessoas que têm até disponibilidade para participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Mais algum inscrito?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, gostaria de rapidamente me manifestar.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Sim.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A observação do Ênio foi muito boa. Quem hoje não tem reserva florestal, que é a reserva legal - são 20%, e não tem mais como ter isso na sua propriedade pode adquirir uma área vizinha e manter lá a sua reserva legal. Isso está na lei. Portanto, não podemos justificar que não temos, porque pode ser feito isso. Agora, por outro lado, precisamos que o Governo reconheça isso.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Com a palavra o Sr. Gelson de Zorzi.

O SR. GELSON DE ZORZI (Presidente da Associação de Amigos de Proteção das Nascentes dos Rios do Mato Jacutinga, Irani, Tunalzinho, São João e Afluentes) - Bom-dia a todos.

Cumprimento o Presidente da Casa, os demais Deputados e em especial o professor Sérgio Grandó.

Sou Presidente da Associação dos Amigos de Proteção das Nascentes dos Rios que fazem parte da região que foi afetada, principalmente dos Municípios de Água Doce e Ponte Serrada, e professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina há 10 anos na cadeira de Gerenciamento Ambiental. Atualmente sou Vereador licenciado e Diretor de Administração da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural.

Também gostaria de dizer, como Presidente da Amnjitsa, que criamos essa associação em 6 de agosto de 2001, muito antes de a portaria ser criada.

Nós temos o estatuto da Associação (tenho até uma cópia em mãos, quem tiver interesse posso entregar) e somos a favor, sim, da criação de reservas, mas que seja observado que ela não seja arbitrária da maneira como foi.

Aqui no nosso estatuto preservamos, sim, o adensamento das adjacências dos rios, e a nossa preocupação é com alguns produtores que também preservaram, mantiveram, geração por geração, suas áreas até com florestas nativas, mas a nossa preocupação maior é com toda a região.

Nós também temos em mãos um ofício do Secretário, pois quando participamos daquele evento em Água Doce fizemos uma minuta com o auxílio de várias entidades... O Secretário da Agricultura Moacir Sopelsa entregou em mãos, juntamente com o Governo, no dia 25 de março, um ofício solicitando, entre outras coisas, a viabilização desse inventário florestal, que é de suma importância, é aquilo que mais temos batalhado através da Associação, para a criação desse inventário, e trabalhos que hoje a Anmjitsa... e temos aqui representantes e sócios, dos Municípios de Catanduvas, de Água Doce, de Vargem Bonita, de Irani e de Ponte Serrada, que fazem parte dessa associação.

De fato, estamos preocupados, sim, e queremos participar dessa comissão, desse levantamento, para que sejamos e tenhamos a maior representatividade possível.

Eu quero agradecer a todos os Deputados, independentemente Partido, que trabalharam aqui e mantiveram seus esforços no sentido de revogar a Portaria nº 508, que achamos arbitrária, para a tranquilidade dos Prefeitos da região, que estão aqui representados, de todas as autoridades e de todas as entidades.

Eu quero dizer que a Anmjitsa está aí. Quem quiser participar dela na nossa região, estamos convidando.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherm) - Com a palavra o Sr. Clair Gemelli, Presidente da Câmara Municipal de Água Doce.

O SR. CLAIR ANTÔNIO GEMELLI (Presidente da Câmara Municipal de Água Doce) - Cumprimentando a mesa, cumprimento todos os presentes.

(Passa a ler)

"Entendemos que estamos assentados sobre uma imensa reserva subterrânea de água, compreendemos que em se tratando de água de superfície o Município de Água Doce abriga o nascedouro de rios de grande significância para a região - Rio Chapecó, Chapecozinho, Rio do Mato, afluentes do Rio do Peixe e outros.

Não pretendemos, de forma alguma, furta-nos do compromisso de preservar as águas de superfície, evitar infiltração de agentes poluentes nas águas de subsolo, preservar e recuperar o que resta da floresta de araucária.

Estamos, sim, dispostos não a iniciar um trabalho de preservação, mas, sim, continuar e aperfeiçoar, eis que somente existem as reservas biológicas ora apontadas porque é da cultura da nossa gente preservar e assim tem sido por gerações.

Somente existem florestas de araucária, em extensão significativa, em Água Doce e região, porque os nossos produtores rurais, por consciência ou por vontade de constituir reserva econômica, preservaram. Agora estamos na contingência de ser penalizados por ter preservado, diante da ameaça de sermos excluídos do nosso meio pela possibilidade de implantação de uma unidade de conservação.

Não se verificou até hoje a eficiência, o sucesso de qualquer projeto político-administrativo, de qualquer ação de governo, ou mesmo não temos verificado o sucesso de qualquer projeto de preservação ambiental que exclua o homem do seu meio. A delimitação de área de preservação ambiental federal é ato excludente, penaliza uma população que vem a gerações garantindo a existência das florestas de araucária, exclui o homem de Hercílioópolis, o caboclo ou descendente de português ou italiano, os quais verdadeiramente fazem parte do ecossistema.

A nossa proposta define-se por uma ação que integre e comprometa o homem com a preservação ambiental, aperfeiçoando o comportamento socioeconômico, trazendo para essa população o conhecimento científico disposto pelos ambientalistas para um ajustamento de conduta. Constituir os produtores rurais em parceiros do Estado na missão de preservar. É claro que este ajustamento de conduta inclui o abandono de certas práticas de produção, o abandono de tecnologias nocivas, a restrição de atividades objetivamente poluidoras, enfim, o ajustamento de conduta importa na recuperação da mata original e conservação da qualidade das águas de superfície; demandará a disponibilização de conhecimento científico e uma atuação efetiva do Estado no exercício do poder de Polícia Ambiental.

A orientação da Agenda 21 é para o desenvolvimento sustentável e não para a exclusão do homem. A criação, a delimitação de uma reserva ambiental, pelos seus efeitos práticos, é simplista, esconde-se da realidade de que o homem deve inserir-se no meio como integrante e não como invasor. A reserva é injusta na medida em que pune com a exclusão uma população em benefício de outras que continuam poluindo, reafirmando assim a política compensatória em detrimento da educação e da integração, confinando o erro em determinadas áreas e impondo o custo a outras. Não faz sentido preservar se não for para o homem.

Por outro lado, a existência de um rol de leis de conteúdo ambiental já estabelece limites à ocupação e uso do solo, limites ao uso de tecnologias no processo produtivo, critérios para a manipulação genética em sementes e animais, restrições inflexíveis ao corte de árvores da floresta nativa, critérios, limites e custos no uso da água. Existem restrições ao acesso ao crédito rural como instrumento de contenção de atividades predatórias, enfim, a atividade produtiva no meio rural no que se refere ao controle do meio ambiente está completamente regulamentada.

Portanto o que não falta é regulamentação e limitação à atividade produtiva agropecuária. Se o Estado fizer cumprir toda essa legislação ambiental, concentrando a atividade dos órgãos de controle preventivo e repressivo em áreas mapeadas como prioritárias à preservação da flora, fauna e recursos hídricos, garantir-se-á a eficácia à atuação estatal e cumprir-se-á o planejamento disposto pela Agenda 21, eis que esta defende o desenvolvimento sustentável integrado e não a exclusão de uma comunidade de seu meio e do desenvolvimento econômico para pagar unilateralmente pelo erro comum.

Destaco o teor da manifestação do Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce em moção encaminhada a autoridades governamentais: "Qualquer obra pública ou ação estatal considera em seu planejamento e execução as peculiaridades da população local, eis que toda atividade de governo, inclusive quando cuida do meio ambiente, tem como beneficiário o homem. O movimento de preservação ambiental surgiu como necessidade de pôr freio ao radicalismo na exploração de recursos naturais, causador de risco à vida no planeta, pela dimensão que assumiu o uso nocivo da flora, da água e das tecnologias. Agora, assistimos outro radicalismo, a exclusão do homem, a preterição de uma comunidade local para pagar a dívida ecológica de todo o restante da região, sem preocupar-se com o destino econômico, social e cultural de todo um município (...)"

Portanto, consideramos viável e consoante com o disposto na legislação e nos documentos citados que se adote a solução do estabelecimento de um ajuste de conduta dos produtores rurais em Água Doce, disponibilizando conhecimento, tecnologias não poluentes e recursos financeiros para adequação dos meios de produção, implementando-se também um trabalho de polícia ambiental mais ostensivo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherm) - Gostaria de lembrar a todos que para fazer perguntas são três minutos e para falar são dois minutos.

Com a palavra a Sra. Maria Elisa Martorano Bathke.

A SRA. MARIA ELISA MARTORANO BATHKE (Secretaria da Agricultura e Política Rural) - Representando neste momento o nosso Secretário Moacir Sopelsa, gostaria de trazer a posição da Secretaria da Agricultura.

Reconhecendo que realmente não se conhece nada relevante sobre a cobertura vegetal no Estado de Santa Catarina, é indispensável que se conclua o inventário florestal, até como nossa ferramenta; é indispensável para identificar essas áreas relevantes para a Unidade de Conservação do Estado, bem como esse inventário pode nos dar o zoneamento ecológico e econômico do Estado de Santa Catarina. Junto com o interesse biológico da área também pode-se avaliar os impactos socioeconômicos das áreas inventariadas, que vai nos dar a categoria em que melhor pode se adequar essas unidades de conservação, se assim puderem ser criadas.

A posição da Secretaria de Estado da Agricultura é no sentido de lutar pela conclusão desse inventário florestal, sendo parceira da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que já tem esse projeto pronto e aprovado tecnicamente no Ministério do Meio Ambiente.

Queríamos dizer que a Secretaria de Estado está buscando junto ao Fepa - Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária - recursos estaduais, trazendo as suas vinculadas Epagri, Ciram e Instituto Cepa, para que possa, o quanto antes, dar início ao Projeto de Inventário Florestal de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherm) - Gostaria de registrar a presença do Deputado Rogério Mendonça.

O SR. ROLF GIESELER (Presidente da Acaper) - Srs. Deputados Eduardo Cherm, Reno Caramori, Secretário Bráulio, Diretor-Geral da Fatma e Deputado Peninha, gostaria de dizer aos senhores que esta é a quinta audiência pública nesta Casa que participo em relação ao assunto florestal/ambiental.

No ano passado tivemos uma audiência pública aqui, convocada pelo Deputado Jorginho Mello, abordando a situação florestal de Santa Catarina e, efetivamente, não evoluímos, porque hoje estamos

focando em cima de uma portaria do Ministério do Meio Ambiente quando o problema em Santa Catarina é bem mais grave do que isso. Nós estamos apagando um incêndio de uma portaria e esquecendo de fazer o rescaldo de tudo mais. Aliás, é nosso hábito sempre fazer isso: apagar os incêndios e não fazer os rescaldos, e não temos uma política continuada. Temos o exemplo da nossa Lei Florestal Estadual, que demorou aproximadamente oito anos para estar parcialmente em vigor, totalmente ainda não está.

Falo isso para os senhores porque não é só a portaria referente aos Municípios de Passos Maia, Abelardo Luz e adjacências. Nós estamos aqui, dentro do Ministério do Meio Ambiente, com ampliação do Parque Nacional de São Joaquim, ampliação do Parque Nacional dos Aparados da Serra, criação do Parque Nacional da Serra do Vale do Itajaí (que nós impedimos com mandado de segurança), criação do Parque Nacional da Serra da Abelha, unidades de conservação da forma como foram feitas essas aqui, ou seja, foi decretada uma portaria de uma unidade de conservação mas não diz qual é essa unidade de conservação, e unidades de conservação em outras regiões do Estado, como Gateados e por aí fora.

E em todas essas unidades de conservação que nós temos, que estão em estudo, estão criadas, inclusive as municipais, estaduais e federais existentes, ao entorno dessas, conforme resolução do Conama, existe uma área de dez quilômetros, uma área de abrangência dessa unidade de conservação, e todas as atividades ao entorno dessa unidade de conservação estão sujeitas ao licenciamento do gerente dessa unidade de conservação.

Esse é um aspecto que tem que ser colocado para os senhores. Isso tem que ser enfocado com bastante amplitude para o Estado de Santa Catarina.

Além disso, temos ainda em andamento duas ações civis públicas no Estado de Santa Catarina; uma proibindo o corte de florestas e demais formas de vegetação, que está no Supremo Tribunal e qualquer dia pode ter uma sentença a respeito proibindo o corte de florestas e demais formas de vegetação em Santa Catarina, que é entendida como mata atlântica o Estado inteiro, apesar de todas as referências técnicas que existem a respeito do assunto; e temos a outra ação civil pública com relação ao corte das espécies em extinção, as quais deveríamos ter mapeado em dois anos, cujo prazo vence em maio deste ano, referente à Resolução nº 278.

Então, colocando esses enfoques para os senhores, é que efetivamente fizemos audiências públicas, não desmerecendo, pois há necessidade da motivação e de mais audiências públicas, só que há necessidade de uma continuidade desse trabalho. E ao Estado de Santa Catarina, em especial a esta Casa, onde estão os nossos representantes, cabe um empenho todo especial em dois aspectos: um, que saia o inventário florestal de Santa Catarina e, por extensão, o zoneamento ecológico econômico estadual, porque os nossos dois estados vizinhos já tem. E com base nisso nós fazemos o planejamento de todas as nossas atividades, porque normalmente fala-se em florestal, mas florestal não é um enfoque só da floresta, são todas as formas de vegetação, começa desde o litoral, na restinga, e vai até a nossa floresta latifoliada, inclusive a ocupação urbana, a expansão urbana, que todas elas acabam sofrendo a restrição. Se fosse implantado o Parque Nacional da Serra do Itajaí, a área do entorno traria graves prejuízos à duplicação da BR-470, porque a BR-470 está no entorno dos dez quilômetros do Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Como engenheiro florestal, eu não sou contra a criação de reservas, aliás é um dos princípios da minha profissão. Preservação, conservação, uso e recuperação nos dias de hoje, mas da forma como isso está sendo feito... e com relação a isso também existe um aspecto... e esta Casa pode tomar uma decisão muito favorável ao encaminhamento desse assunto ao fazer a lei estadual das unidades de conservação, ampliar essa abrangência, esse estudo, com relação a essa implantação de unidades de conservação.

Conforme sentença que tenho aqui de um mandado de segurança que encaminhamos, o Juiz Federal diz o seguinte: "A criação pelo Poder Público de unidades de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica requer um estudo técnico e jurídico de diversos órgãos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados".

No processo de consulta, nos termos do parágrafo 3º da Lei nº 9.985, do mesmo dispositivo legal: "O Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas". Ou seja, nós temos condições, ao implantarmos a lei estadual das unidades de conservação, de ampliar esse leque de discussão, que efetivamente a nossa população, os nossos técnicos e o Governo do Estado, através de seus órgãos, sejam ouvidos.

Muito obrigado.

A SRA. ANA CIMARDI (Diretora de Estudos Ambientais da Fatma) - Boa-dia a todos.

Gostaria de fazer um esclarecimento: que a Portaria nº 508, complementada pela Portaria nº 178, não cria nenhuma unidade de conservação, ela indica áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação, inclusive, unidades de conservação federais. Por isso que está indicado num dos arquivos que caberá ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente fazer esses estudos.

O importante então é colocar que podem, sim, ser criadas outras unidades de conservação, inclusive estaduais, municipais, RPPNs, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com uma discussão muito ampla.

Gostaria de frisar que essa portaria não está criando nenhuma unidade de conservação, inclusive existem as categorias de unidades de conservação chamadas de uso sustentável que permitem a questão do homem vivendo nessas unidade de conservação.

Esclarecendo isso, acho que seria importante, primeiro, ser analisada a abrangência desse projeto do inventário florestal florístico das espécies ameaçadas de extinção no Estado de Santa Catarina, para verificar se ela atenderá aos estudos técnicos necessários para essa questão dessas duas portarias. Essa é uma questão bastante importante, que deveria ser considerada. Depois, se a Elisa puder complementar alguma coisa em relação a isso... porque há necessidade, realmente, de se fazer, como foi colocado pela mesa e pelo Rolf, um inventário florestal do Estado de Santa Catarina com a proposta não só das espécies ameaçadas de extinção.

Eu gostaria de colocar isso à mesa, para que ficasse registrado. Que se fizesse essa análise e, inclusive, até a possibilidade de ampliação desse projeto, que foi muito bem formulado e aprovado pelo Ministério de Santa Catarina, porque esse projeto... há o indicativo de se começar pelos estudos da floresta ombrófila mista, no caso a floresta de araucária, e da floresta estacional decidual, aquela floresta que fica na área de abrangência da Baía do Rio Uruguai. E justamente que esta Casa pudesse apoiar, principalmente, a questão dos recursos financeiros para que se faça esse inventário florestal.

Muito obrigada.

O SR. VILSON VERANA (Presidente do Sindicato Rural de Água Doce) - Eu queria me dirigir ao Grando, a respeito do programa de parceria, que ele comentou.

Os nossos pais preservaram as áreas no nosso município. Com a morte deles, alguns filhos ficaram com mais de 100% de mata, até 80%, como temos em nosso município áreas assim. Como vai ser a sobrevivência deles, tem alguma parceria neste sentido?

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Obviamente que nós temos ainda muito que aprender em termos de prática do desenvolvimento de área de reserva, parques, regiões ambientais de forma sustentada. Vários países - Estados Unidos, Europa, Austrália - já têm uma experiência no mínimo transparente, digna, de processo, inclusive que as pessoas possam viver nessa área e de lá tirar o seu sustento econômico, o seu desenvolvimento de forma equilibrada.

Eu gostaria de dizer aqui algo muito importante: as regiões de maior renda *per capita* e qualidade de vida são as regiões de parques, reservas ou o entorno delas. Portanto, economicamente, são áreas muito valorizadas, áreas em que se possa ter o desenvolvimento, melhor qualidade de vida e com renda per capita. Basta ver realmente a sua verdadeira vocação e o seu desenvolvimento. Há uma série de atividades, e a região vai saber encontrá-las.

Agora, quando eu falo em parceria, falo no sentido da participação de todos, da transparência, e esse processo é um processo que teve no início, os senhores testemunharam, de cima para baixo... não foi criada a reversa, foi delimitada uma região, esse entorno que foi colocado, muito bem explicado aqui, o artigo é claro, e isso aqui merece a crítica pela forma como foi feito. Por isso que a Ministra teve a habilidade, a sapiência de recuar para aí constituir uma equipe de estudo, e o que temos que fazer? Nos omitir? Não, ao contrário, participar em todos os níveis possíveis.

Portanto, teremos daqui para a frente bastante trabalho. Veremos que essas dúvidas que o companheiro levantou com toda razão têm sua justificativa, mas poderão ser sanadas através do princípio de participação, de seriedade, porque no mundo ocorre isso, e temos que fazer o mesmo.

O SR. JOÃO MARQUES ROSA (Prefeito de Abelardo Luz) - Gostaria de cumprimentar os representantes do Parlamento catarinense e de parabenizar o Deputado Herneus de Nadal por ter convocado esta audiência pública, bem como o Deputado Reno Caramori pela defesa que tem feito das causas catarinenses não só neste Parlamento como também em Brasília.

Quero fazer algumas considerações e, no final, fazer três indagações. O meu município, Abelardo Luz, há 18 anos vive resolvendo conflitos agrários. Estamos praticamente equacionando o problema das ocupações de terra - Abelardo Luz é o segundo município com o maior número de assentados no Sul do Brasil, cerca de 1.500 famílias. Terminando esse problema, que ainda não terminou porque novas invasões acontecem, temos proprietários que perderam suas terras em 1985 e até hoje não receberam da União. Aliás, ainda foram condenados a pagar por danos ambientais que não cometeram.

Depois disso, temos no Oeste de Santa Catarina um grande conflito, que esta Casa tem conhecimento, que é o problema indígena. O Deputado Herneus de Nadal tem sido um defensor incansável da justiça tanto dos índios como dos colonos, porque existem lá na nossa região colonos com escrituras centenárias que estão próximos a perder as suas propriedades sem receber nada por elas.

Agora a Portaria 508, substituída pela 178, que também é um conflito, que também causa um clima de estabilidade, traz para a nossa região não só insegurança social mas, sobretudo, um grande prejuízo na área econômica desses municípios, dentre os quais o meu está incluído. Os municípios atingidos dessa região são grandes produtores de grãos - o meu município é o maior produtor de grãos de Santa Catarina, lá se produz as melhores sementes do Brasil.

Essa portaria, no meu parco entendimento, é uma desapropriação indireta, e o Parlamento catarinense sabe disso. Eu participei de uma reunião do Fórum Parlamentar em Brasília sobre esse assunto, e presidia o Fórum o Deputado Gervásio Silva e hoje, com grande maestria, o Deputado Carlito Meres, que também está preocupado com isso.

O Prefeito e a Câmara de Vereadores têm a incumbência, juntamente com a sociedade organizada, de fazer a defesa do município; no Estado, temos a Constituição, que tem de ser respeitada; e cabe ao Parlamento, à Assembléia Legislativa, que é a nossa primeira defesa - por isso vai aqui o meu primeiro pedido, juntamente com o agradecimento -, com aqueles que já estão imbuídos na defesa dessa causa nobre, que é defender a nossa produção... peço aos Parlamentares que não meçam esforços, não percam a prerrogativa de defender este Estado, de defender a nossa produção, mesmo que isso lhes custe a popularidade perante alguns ambientalistas - eu também sou um ambientalista, mas um ambientalista consciente de que a produção não pode ser prejudicada, nós podemos ter produção com a natureza sendo preservada. Então eu peço que esta Casa continue fazendo esses esforços.

E eu quero trazer aqui um testemunho sobre a questão indígena, que quando foi parar na mão do Governador Luiz Henrique... eu participei de nove audiências em Brasília sobre a questão indígena. Na primeira audiência, levamos o Governador conosco, o Luiz Henrique, e já começamos a resolver o problema. O Luiz Henrique apresentou uma proposição que foi acatada: que os membros dos municípios, os colonos, a Assembléia Legislativa deverão ser ouvidos.

É preciso também... eu já sei que chegou nas mãos do Governador, em que pese o esforço dos Parlamentares competentes, como o Reno, que esteve em Brasília, aqueles que nos defendem nesta Casa lá em Brasília... a participação ativa do Governador, e eu fui testemunha disso. Eu não sou do Partido do Governador, sou do PFL, de um Partido que foi seu adversário, mas é preciso reconhecer o seu esforço e a sua grandiosidade por essas causas. É preciso que ele também esteja investido desse mesmo pensamento.

Por fim, quero trazer aqui... Eu estranho o seguinte: o Governo anterior tinha um programa de reflorestamento que repassava aos colonos 90 reais por mês. O meu município tinha mais de 700 colonos que recebiam. Eles faziam reflorestamento com *pinus* e eucalipto, mas agora, de repente, passou a ser proibido.

No Município de Abelardo Luz a área é de 12 mil hectares mas somando-se o entorno de dez quilômetros, chegaremos a 100 mil hectares - corresponde a área cultivada do nosso município. Com isso, naturalmente, a nossa economia passa a ter uma insegurança muito grande.

Eu queria fazer uma pergunta, pode ser ao Dr. Sérgio Grando ou ao Reno Caramori, que participou. Eu pergunto se nas reservas florestais que serão criadas os proprietários que plantaram, que cuidaram, que cultivaram receberão algum recurso ou indenização ou serão desapropriados, como aconteceu em Abelardo Luz com alguns proprietários, que nem sequer receberam. Porque eu acho justo que aquele que cuidou da sua propriedade, que preservou a araucária receba por isso - cito aqui o proprietário da Fazenda Dissenha, que tem mais de 20 mil pinheiros.

Eu acho que os municípios, o Prefeito, os Vereadores e a sociedade organizada devem ser ouvidos a respeito da criação das reservas.

Por fim, os campos nativos, que ainda não receberam plantação... Porque hoje a pecuária vive um momento de insegurança, de incerteza, então alguns agricultores querem abrir novos campos. Não tem matão, é campo nativo, e segundo a portaria, parece que não pode. Eu falei ontem com o Colatto, que disse que agora pode. (*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*) Então, já fica equacionada essa minha dúvida. Também gostaria de saber o que a Assembléia Legislativa está fazendo. Na minha opinião é um equívoco, quando querem transformar a floresta do Oeste de Santa Catarina como mata atlântica. Eu acho que aqui existe um grande erro geográfico que trará um grande prejuízo a nós todos.

Muito obrigado.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Respondendo a primeira pergunta, sobre a criação de três novas reservas, nós pretendemos criar ainda este ano. Uma já existe e paga ao proprietário de 632 hectares em São Domingos, faz parte como compensação financeira da pequena central Hidrelétrica Quebra Queixo. A outra, de dois mil hectares, também será na área de Campos Novos, é da Inercan, do Rio Canoas; e a outra, do Rio Chapecó. Essas são pagas a vista no momento como compensação financeira das centrais hidrelétricas. E, olha, bem pagas, porque ninguém se queixou, ao contrário, procuram vender! Então essas reservas que a Fatma está procurando criar são reservas realmente dentro desse princípio, e que nós iremos fazer.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Cherem) - Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Joares Ponticelli e convidar o Deputado Celestino Seco, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para que faça parte da mesa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, respondendo a pergunta ao Prefeito, esse questionamento nós fizemos não com a Ministra, pois no dia não deu tempo, a Ministra tinha mais umas audiências, mas na segunda audiência questionamos muito com o Capobianco e com o Wigold como ficaríamos essas áreas quando determinadas definitivamente. Ai vem aquilo: pois é, ai é um assunto que tem que ser estudado, tem que conversar, eu acho que tem direito de indenização... Mas também eles não estão com a consciência firme, com um projeto firme ainda não. Nós sentimos isso! Não disseram que não vão indenizar, mas não disseram a forma, como e quando.

A SRA. ARLETE CARVALHO MENDES (proprietária e representante do Sindicato Rural de Água Doce) - Bom-dia! Eu quero lhes dizer que nós, a minha família, somos ambientalistas, e não na ficção, somos na prática. Em torno de 800 hectares de terra nós preservamos 80% de mata nativa, pinheiro e imbuia. Nós retirávamos, na época em que a lei permitia, o que considerávamos necessário para a sobrevivência durante um certo período de tempo.

Fizemos uma fábrica para abertura de madeiras, industrializamos essa madeira, até hoje usamos a imbuia que retiramos dessas terras. Começamos a reflorestar, plantar *pinus* para mais tarde ter uma seqüência dos nossos projetos, para mais tarde continuar com a nossa vida. Essa área fica agregada ao núcleo. De repente nos sentimos lesados por ser ambientalistas, por preservar; de repente nos sentimos criminosos por plantar *pinus*.

E eu lhes pergunto: como vou pagar a faculdade dos meus filhos? Como vai ser a nossa vida se não podemos retirar a madeira e não podemos mais plantar *pinus*? Nós precisamos viver! Eu quero que meus filhos estudem, que sejam doutores, e vou lutar muito para isso! Eu não admito perder tudo arbitrariamente, desse jeito!

Eu queria lhe perguntar, Dr. Sérgio Grando: vai haver indenização?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Com a benevolência do Grando, eu vou responder a sua pergunta, até porque conheço a sua empresa, já estive lá e nós conversamos a respeito disso em Água Doce, na época.

Nós discutimos muito isso aqui. Agora, no núcleo, se ela está localizada no núcleo e nunca teve *pinus* nem eucalipto, não pode! Se já teve, pode! Agora, no entorno, aí pode ampliar a área. Agora, onde...

Eu entendo a sua pergunta. Vocês preservaram, deixaram a área... agora têm que plantar. Nunca teve, é núcleo? Pela portaria não pode!

A SRA. ARLETE CARVALHO MENDES (proprietária e representante do Sindicato Rural de Água Doce) - É justo isso?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não é, mas foi o avanço que nós conseguimos. Depois de muita guerra e muita explicação, foi o avanço que nós conseguimos. Não é, claro que não é!

A SRA. ARLETE CARVALHO MENDES (proprietária e representante do Sindicato Rural de Água Doce) - Não soluciona o nosso problema!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nós explicamos muito. Eu expliquei, porque conheço todos aqueles campos, os campos de Palmas, de Água Doce, toda essa região, mas nós temos lá regiões em que o pasto nativo já está perdendo a sua finalidade, porque são áreas que precisam de dois, três alqueires para criar um boi. Eu dei esse exemplo! O *pinus* se dá bem, então o pessoal quer mudar a atividade, de pasto nativo para *pinus*, para eucalipto. É exótica? Então não pode!

Então, é problema, não tenho nem dúvida! Questionei muito isso com o Capobianco e com o Wigold, não com a Ministra, porque só conseguimos essa discussão ampla na segunda audiência. E tudo isso eu relatei que nós temos.

Nós temos ainda uma esperança, que nos 12 meses... ficou acertado. Eles nos propuseram 90 dias, mas 90 dias não dá para fazer nada e eu pedi um ano: então o senhor nos dá um ano, dentro desse um ano os órgãos governamentais, todos os órgãos, se mobilizam para as audiências públicas e eles virão para a região. Vai ser discutido com toda a sociedade e os órgãos governamentais lá na região. Ai nós vamos discutir esse problema, até para que eles vejam *in loco* o problema.

Foi a saída que eu encontrei. Na hora da verificação *in loco* há possibilidade de uma mudança de (*ininteligível*) Não, não tem problema! Poderá haver!

A SRA. ARLETE CARVALHO MENDES (proprietária e representante do Sindicato Rural de Água Doce) - É isso que nós precisamos: que conheçam a nossa realidade.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeito!

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Gostaria de dizer que nós somos órgão estadual, a Fatma, bem como a Secretaria do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, e isso foi feito sem nós participarmos. Nós estamos aqui hoje pedindo a participação, como os senhores estão também aqui querendo ser ouvidos para melhor discussão.

Eu até estranho, acho que houve convite da Comissão... não sei se está aqui presente o representante do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente, porque eles fizeram a Portaria nº 508 e modificaram para 178. Ele poderia até melhor explicar essa pergunta que a senhora fez. Nós aqui estamos do mesmo lado, querendo participar, sabendo da importância do que a senhora colocou, a preservação do meio ambiente, que todos nós queremos.

Eu pediria a nossa técnica, a nossa diretora que explicasse mais algum detalhe sobre a sua pergunta.

Era isso o que eu tinha a colocar. Nós somos aliados, estamos do mesmo lado nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Chere) - Eu apenas gostaria de dizer, para completar o que o professor Sérgio Grando falou, que foi convidado o Superintendente do Ibama.

A SRA. ARLETE CARVALHO MENDES (proprietária e representante do Sindicato Rural de Água Doce) - Porque é muito triste (desculpem se estou retornando) olhar para os nossos filhos e imaginar que de repente a gente não vai poder dar uma boa educação para eles. É muito triste isso, sentir na pele o que estamos sentindo!

A SRA. ANA CIMARDI (Diretora de Estudos Ambientais da Fatma) - Bom, mais uma vez colocando que esses 322 mil hectares aqui, dessas áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação... isso não quer dizer que esses 322 mil hectares vão se transformar em unidades de conservação. Isso só vai acontecer com esses estudos técnicos. Uma coisa é você fazer os estudos técnicos para mapear, inclusive da região de entorno qual é o uso da terra que ocorre nessa área abrangida por esses remanescentes florestais de floresta de araucária, depois é que você parte para a questão, daí sim, das consultas públicas, envolvendo todas as pessoas, a sociedade civil, o Governo do Estado, o Governo Federal, os proprietários, para, depois, sim, verificar qual desses remanescentes é que você vai criar a unidade de conservação, inclusive que categoria de unidade de conservação a ser criada.

A questão da indenização, é muito importante isso ter sido colocado. Quando você cria uma unidade de conservação de proteção integral... portanto, ela não permite o uso direto e não permite que as pessoas morem lá, ou Estado, ou a Federação, ou o Município desaproprada e depois indeniza.

Para a indenização, seja na esfera municipal, estadual ou federal... isso é determinado na dotação orçamentária. Você determina a dotação orçamentária para indenizar aquela área e depois você tem que ter a dotação financeira. Inclusive nós vivemos até hoje um problema das unidades de conservação de proteção integradas criadas entre 75 e 85, até hoje muitas dessas áreas não foram indenizadas, porque no caso das unidades de conservação estadual cabe à Assembléia Legislativa indicar na dotação orçamentária os recursos para a indenização e depois proceder à indenização.

Então, quando você cria esse processo, inclusive bem colocado na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do Sistema Estadual, que inclusive requer regulamentação (os estudos para a regulamentação vão começar este ano), você já tem, nesses estudos das áreas, que identificar quem é o legítimo proprietário, qual é o tamanho da área e qual é o valor da indenização. Isso tudo já está previsto em lei. Temos todos que continuar mobilizados para que as leis sejam cumpridas.

Era isso, senhores!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ana, só uma ratificação, eu não entendi direito. Na esfera estadual a dotação tem que vir do Executivo para o Legislativo apreciar e deliberar?

A SRA. ANA CIMARDI (Diretora de Estudos Ambientais da Fatma) - Exatamente!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Mas tem que vir do Governo.

A SRA. ANA CIMARDI (Diretora de Estudos Ambientais da Fatma) - Claro, claro. Ai você faz justamente a discriminatória administrativa para ver quais são as propriedades e estabelece os valores de indenização. Isso o Executivo tem que encaminhar para a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Chere) - D. Arlete, só para complementar o que já foi respondido aqui, apenas para poder prestar alguma informação à senhora, já que não atua na área pública, não tem a vivência pública como as demais pessoas aqui têm, nós vivemos num país que cada estado, pela sua grandeza, corresponde praticamente a um outro país, com as suas peculiaridades, com as suas diferenças, com as suas culturas, com a sua geografia e com seu meio ambiente diferentes. A realidade que corresponde ao Mato Grosso não corresponde ao Rio Grande do Sul; a que corresponde à Amazônia não corresponde à Santa Catarina e assim por diante.

Então a nossa parte, como Parlamento catarinense, como Deputados Estaduais, o que podemos fazer e estamos fazendo, são essas audiências públicas... representar os anseios da comunidade, os anseios daquela região hoje atingida, que é a região Oeste do Estado; é fazer que sejamos esse canal de comunicação, como o Fórum Permanente que propôs o Deputado Reno Caramori; como esta audiência pública que propôs o Deputado Herneus de Nadal, para que possamos tirar as dúvidas, fazer questionamento e fazer pressão, o que acho importante e funciona.

Vivemos num estado federado, estava eu comentando com o Deputado Herneus, e não num estado confederado, no qual as decisões são diferentes. Tinham que partir dos estados para a União e não da União para os estados. E o que acontece hoje no País? As leis são feitas em Brasília, uma lei geral para todos os estados.

Então, a nossa função é essa: sendo atingido como fomos, fazer com que valham os nossos direitos, de uma região totalmente diferente de qualquer outro local.

Então eu acho que os membros desta Comissão, que é a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e os Deputados proponentes, tanto o Deputado Herneus como o Deputado Reno, com certeza estão fazendo a sua parte, como também está fazendo o Executivo catarinense, mandando aqui hoje o Diretor-Geral da Fatma e o Secretário do Meio Ambiente, Dr. Bráulio Barbosa. E lamento profundamente, como disse o ex-Deputado e professor Sérgio Grando, a ausência de alguém do Ibama, que seria de fundamental importância.

Era essa a colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI (Prefeito de Água Doce) - Quero aqui também, em nome do nosso Município, saudar o Presidente da Comissão, Deputado Dado Chere; o Diretor-Geral da Fatma, professor Sérgio Grando; os Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal e Rogério Mendonça; o Secretário do Meio Ambiente; as demais autoridades presentes, os Prefeitos dos municípios que foram atingidos; os presidentes de sindicatos; o Presidente da Câmara Municipal e os demais Vereadores de Água Doce...

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Eduardo Chere) - Prefeito, só um minutinho, por favor. Vou pedir licença para me ausentar do Plenário, eis que sou Vice-Presidente da Comissão de Saúde e está faltando um membro para dar quórum à reunião.

Passo a condução dos trabalhos ao Deputado Herneus de Nadal.

Se puder, eu ainda retorno.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI (Prefeito de Água Doce) - Pois não!

Saúdo então o Presidente que assume os trabalhos e todos os presentes.

Água Doce está presente hoje aqui com lideranças, proprietários rurais, produtores, presidente de sindicato, enfim, mostrando que o município realmente está preocupado com os efeitos dessa portaria.

A Portaria nº 508 trouxe, com certeza, uma preocupação muito grande a toda a comunidade do Município de Água Doce. Posteriormente, a segunda portaria, a de nº 178, de alguma maneira trouxe um pouco mais de tranquilidade ao nosso município, mas nem por isso deixamos de nos preocupar.

Na verdade o Município de Água Doce está entre os seis municípios de maior extensão territorial do Estado de Santa Catarina. Tem potencial e nascentes de rio, conforme aqui foi mencionado. Existe uma consciência do povo de Água Doce na preservação do meio ambiente, mas também existe a vontade de trabalhar. E o município, com toda essa extensão, sendo o sexto município do Estado de Santa Catarina e tendo na produção primária, na agricultura e na pecuária a alavanca da sua economia, não pode concordar com essa portaria do jeito que está, inibindo a nossa população, o nosso povo a poder explorar aquelas áreas e fazer com que o município tenha o seu desenvolvimento baseado numa exploração saudável, numa exploração dentro das normas legais.

Então, eu gostaria de deixar registrado isso aí, a nossa preocupação e também o empenho que isso está tendo através do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de todas as forças vivas de Água Doce, no sentido de reverter essa situação, fazendo com que essas audiências, se possível, sejam realizadas nas regiões, para que a população dos municípios que foram atingidos por essa portaria possa também explanar seu ponto de vista e discutir, fazendo com que tenha uma abrangência maior para tratar de um assunto tão importante e que preocupa a todos.

Como disse no início, o Município de Água Doce é um município essencialmente produtor na área primária, agrícola, pecuária, também na produção de fruta. Ele não pode e não vai permitir que seja tolhida a função da sua propriedade no desenvolvimento, porque nós temos lá uma economia baseada nesse tripé.

Eu agradeço então a oportunidade e espero que as próximas audiências públicas, se possível, sejam realizadas nas regiões desses municípios atingidos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Herneus, só para informar ao Prefeito...

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Antônio, realmente foi uma das condições que nós acertamos. Ficou acordado que as audiências serão feitas em cada município que participa. Cada município terá a sua participação. Eu mostrei a eles, aos municípios vizinhos, que o município tem a sua vida própria. Não adianta querer fazer uma audiência pública... Não, vamos fazer em cada município, porque cada caso é um caso.

Então, segundo ficou acertado com o Dr. Capobianco e com o outro Secretário, as audiências públicas serão feitas em cada município incluído nessa reserva.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI (Prefeito de Água Doce) - Agradeço ao Deputado Reno Caramori. Isso, com certeza, vem ao encontro das aspirações da nossa população.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sr. Prefeito, esta Presidência acata a sugestão dada pelo senhor, vai sugerir aos integrantes desta Comissão que quando realizarem eventos que os façam na respectiva região de abrangência e do contato direto com as pessoas.

O SR. CLODEMAR FERREIRA (Prefeito de Ponte Serrada) - Quero agradecer pela oportunidade, cumprimentar os Srs. Deputados; o Secretário de Estado; o Grando, Diretor-Geral da Fatma; os Srs. Prefeitos e os demais presentes.

Escutei atentamente, se não me falha a memória, o Secretário ou o Grando, que o nosso Estado é o segundo maior produtor de madeira do País. Entendo eu que o Governo Federal não conhece o nosso Estado, que o Ministro que determinou essa portaria não conhece Santa Catarina. Só esses quatro municípios que foram atingidos representam basicamente 3% do nosso Estado. Uma portaria, no dia 20 de dezembro, publicada no dia 24, estancou a economia ou grande parte da economia desses municípios.

Nós, Prefeitos, lideranças, sindicatos, Vereadores, estamos preocupados. O Governo do Estado não pode permitir a situação que essa portaria causou ao nosso Estado, pois Ponte Serrada, Água Doce, Passos Maia, Abelardo Luz fazem parte de Santa Catarina.

Fomos à busca de soluções, e fazemos um agradecimento todo especial ao Deputado Caramori, ao Cláudio Vignati e ao Zonta, que nos acompanharam na visita à Ministra.

Então eu gostaria de pedir - e vejo que através do Deputado Herneus já há uma boa intenção, assim como do Grando e do Secretário - que fatos como esse não aconteçam mais em Santa Catarina e que essa situação, em parte resolvida, seja resolvida na sua totalidade.

As informações que se tem (sou leigo nisso) é que uma portaria, sendo publicada, em quatro meses se torna lei - não sei se o Deputado pode me confirmar isso - e já estamos no dia 22 de maio. Mas o importante é que essa portaria foi mexida.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário: se no dia 7 de abril houve a mudança do teor dessa portaria. Se o nobre Secretário já entrou em contato com o Ministério e sabe de alguma posição.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE (Bráulio César da Rocha Barbosa) - Prefeito, eu já fiz contato com o Capobianco. Existe uma postura do Ministério, que é exatamente de aguardar os estudos que serão feitos nos estados. Agora, o que está pendente é uma reunião que teremos no dia 28 - estou aguardando ainda esta semana uma convocação por parte da Secretaria de Biodiversidade -, na qual vamos detalhar essa questão dos estudos. O estado que está com maiores problemas é o nosso, porque, conforme aqui já foi dito, Paraná e Rio Grande do Sul já têm o seu inventário florestal pronto e também o zoneamento ecológico econômico. Mas estamos conversando diretamente com a Secretaria de Biodiversidade.

O SR. CLODEMAR FERREIRA (Prefeito de Ponte Serrada) - Fico muito grato!

Já sabemos que alguns Deputados estão trabalhando neste sentido, mas gostaria de fazer um apelo: que se unissem a nós.

Sabemos que o Governador do Estado é um cidadão bem-intencionado, que está cheio de vigor para governar bem Santa Catarina, para cuidar dos catarinenses. Que ele também nos ajude nessa empreitada, para que Santa Catarina, de repente, não se torne um estado que aceita essas portarias, essas medidas que realmente vêm atingir os catarinenses.

Quero mais uma vez agradecer aos senhores pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Continua livre a palavra.

O SR. IVANDRE BOCALON (Prefeito de Passos Maia) - Inicialmente gostaria de saudar o Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; o Secretário de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, Dr. Bráulio; o Diretor-Geral da Fatma, Sérgio Grando; o Deputado Reno Caramori, nosso parceiro lá em Brasília nessa luta para abrandar um pouco a angústia dos proprietários da região; o Deputado Rogério Mendonça, que comparece a esta audiência pública; os companheiros Prefeitos que estão presentes; demais autoridades do Governo Estadual; proprietários, lideranças, civis.

A questão ambiental para o nosso município, que tem na sua matriz econômica basicamente a atividade madeireira, extrativista, preocupa. E nessa qualidade, representando os proprietários do nosso município, representando a força produtiva, o setor produtivo da nossa região, é que estamos presentes aqui e vamos fazer algumas considerações e ao final algumas sugestões também.

Embora esta audiência pública tenha por objetivo o debate em torno da Portaria nº 508, que foi a gota d'água e que trouxe muita preocupação para toda a região abrangida pela referida portaria, entendemos que a questão ambiental é muito mais complexa no que tange à exploração florestal em Santa Catarina. Precisamos, urgentemente, dar seqüência a esse trabalho, e as pessoas que me antecederam também demonstraram essa preocupação. Precisamos fazer um estudo bastante profundo para equacionar o extrativismo, a exploração florestal em Santa Catarina, porque ela é, sem dúvida nenhuma, uma força econômica do Estado, e sempre foi.

Podemos colocar aqui alguns números: a extração florestal e a sua cadeia produtiva produzem hoje no Brasil uma receita de cerca de 30 bilhões de dólares, 4.5% do PIB. Esse número mostra quanto é importante no Brasil o setor produtivo na área florestal. E muito embora o Brasil tenha a segunda reserva mundial de recursos florestais, ele participa apenas com 1.5% do volume comercializado de produtos oriundos do extrativismo florestal.

Isso mostra que, além da preocupação com a preservação ambiental que temos... inclusive o nosso município pode ser exemplo disso, porque nós temos, junto com Água Doce, Ponte Serrada, uma das maiores coberturas florestais do Estado. Muitos proprietários que aqui estiveram manifestaram isso, o que mostra que lá se faz preservação na prática e não só no discurso.

Realmente a questão florestal no Estado de Santa Catarina e no Brasil como um todo merece ser tratada sob os dois aspectos: preservação ambiental e como um potencial de desenvolvimento econômico para o nosso Estado, para o nosso País.

Em Passos Maia, por exemplo, temos hoje uma preocupação muito grande, não só pela portaria mas porque está pendente uma política florestal no Estado. Muitas empresas já encerraram suas atividades em virtude da ausência de regulamentação dessa matéria, de uma legislação que possa estabelecer critérios e permitir que essa atividade seja desenvolvida no Estado de Santa Catarina, até porque quando tudo não pode, tudo pode, e nós acabamos à margem da exploração clandestina, a qual, sim, prejudica.

Portanto, queremos sugerir aqui que esse trabalho seja continuado e que possa desembocar numa equação definitiva para a questão florestal. Temos muitas empresas que encerraram as suas atividades antes mesmo da portaria, como a Indústria de Madeiras Tupi, a Zoler (?), a Indumel (?) em Passos Maia. São empresas importantes que já não estão mais atuando e que ao longo de sua existência realizaram uma exploração sustentável. A Indústria de Madeiras Tupi, por exemplo, há mais de 50 anos explora mata própria, e está lá ainda existindo, desenvolvendo o seu papel no meio ambiente. Isso prova que é possível, a exemplo de países desenvolvidos, realizar o desenvolvimento sustentável.

Então, nós queremos sugerir aqui que esta Casa, através dos Srs. Deputados, e o Governo do Estado prossigam nesse trabalho buscando equacionar esse problema, não só com relação à portaria. E somando-me ao Prefeito de Água Doce e a outros Prefeitos que aqui me antecederam, quero dizer que essas audiências devem ser realizadas na região abrangida por essa portaria, que tem esses problemas para serem solucionados. Além disso, que estejam presentes técnicos para que possam esclarecer as dúvidas, porque embora tenha havida uma pequena suspensão dos efeitos da portaria, ainda paira uma angústia muito grande sobre os proprietários da região, já que não se sabe que tipo de unidade de conservação vai ser criada e não se sabe o que se pode fazer. Portanto, o proprietário fica de mãos amarradas, e precisamos de pessoas que venham e esclareçam isso. Assim, a sugestão é que esses técnicos, que essas pessoas que podem dar esclarecimentos estejam presentes.

Para encerrar, quero pedir a agilização de uma resposta para os proprietários, tendo em vista que muitos estão sem saber para onde ir e o que fazer com suas propriedades. Precisamos, então, que esse trabalho continue.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra a representante da Secretaria da Agricultura e Política Rural.

A SRA. MARIA ELISA MARTORANO BATHKE (Secretaria da Agricultura e Política Rural) - Diante de tudo que escutamos até agora, chegando-se à conclusão de que realmente o inventário florestal e florístico do Estado de Santa Catarina é prioridade - e é uma aceitação unânime de todos que falaram aqui -, gostaria de complementar uma pergunta feita pela Sra. Ana Cimardi, da Fatma, sobre como esse projeto atenderia as diversas áreas do inventário do Estado.

A Resolução do Conama nº 317, de 4 de dezembro de 2002, prevê que os critérios necessários para a conservação genética, sustentabilidade e exploração de espécies de flora ameaçada de extinção da Mata Atlântica devem ser consubstanciados em planos estaduais de conservação e uso e que nesses planos devem ser elaborados e contemplados no *minimum* os aspectos que coloca essa resolução, e gostaria de complementar dizendo que o projeto florestal do Estado de Santa Catarina contempla todos os critérios pedidos nessa Resolução nº 317 do Conama.

Deixo mais uma vez o pedido de unirmos esforços para que os recursos necessários para o desenvolvimento desse projeto sejam finalmente alavancados no Fundo Estadual de Planejamento Agropecuário ou através do Ministério do Meio Ambiente. Para isso é necessário o esforço tanto desta Casa como do Fórum Parlamentar Catarinense em nível federal, a fim de que consigamos esses recursos necessários, já que esse projeto traz as ferramentas necessárias para que o Estado de Santa Catarina possa não se tornar mais vulnerável a esses tipos de ações, como essa portaria. E não teremos critérios científicos de discussão enquanto não tivermos o nosso inventário realizado.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Gostaríamos de fazer uma proposta de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Herneus, queria só um minuto para responder ao questionamento do Prefeito Bocalon. E faço essa intervenção porque estive discutindo longamente com o Capobianco e com o seu colega.

As atividades agrícolas de doze meses, não tem problema nenhum, permanecem da mesma forma. A fruticultura, a agricultura, a pecuária não tem problema, porque isso aí está liberado. Só não pode é retirar na região-núcleo, e tem aqui agora a evidência, Ana. Existe uma condição na região-núcleo e na região do entorno. Mas qual é a região-núcleo? Onde que está localizada no seu município? Esse mapeamento o Capobianco ficou de nos encaminhar imediatamente

após a emissão da nova portaria. Deve estar encaminhando esse mapeamento mostrando as coordenadas. Por isso, a nossa empresária lá também vai dirimir a sua dúvida nesse primeiro estágio quando eles mostrarem essas coordenadas que estão na portaria demarcadas no mapeamento, para que cada município possa determinar os limites, além da discussão que faremos. Aliás, os técnicos serão os mais preparados do Ministério do Meio Ambiente. Nós perguntamos quem vai, e burocrata atrás de mesa não, vão pessoas com experiências. Inclusive os dois com quem tratávamos se prontificaram a vir, sob hipótese de não acontecer, porque eles são as autoridades que mais conhecem a região.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Eu quero propor um encaminhamento para a nossa reunião: gostaria de ouvir as pessoas que têm o desejo de se manifestar, e em seguida partiríamos para algumas proposições de encaminhamento. Já há sugestões com relação a uma moção a ser encaminhada ao Governo do Estado e ao Governo Federal, através do Ministério da área, para que se ultimem as providências para a realização do inventário florestal e, logicamente, para a busca de recursos.

Que também se possa inserir nesse projeto as representações dos produtores, dos proprietários que têm área, das instâncias governamentais aqui presentes e também de outros órgãos representativos da sociedade, para que se possa, aí sim, constituir-se essa comissão que vai acompanhar todos os eventos desse levantamento a ser realizado. Que haja a participação de todos os segmentos diretamente envolvidos e interessados para, aí sim, se conseguir de fato a expressão do desejo daqueles que estão diante dessa grande expectativa com relação ao seu futuro, à sua propriedade, à sua atividade.

Concedo a palavra o Sr. João Zamboni.

O SR. JOÃO BATISTA ZAMBONI - Bom-dia a todos. Sou produtor do Município de Água Doce, mais especificamente da comunidade de Rio do Mato, e gostaria de fazer uma colocação aos Srs. Deputados e ao Secretário. A minha propriedade se localiza no núcleo, e recentemente o Inkra adquiriu uma propriedade nesse núcleo de aproximadamente 180 alqueires para um assentamento, e essa propriedade é 90% de mata nativa. Hoje existem aproximadamente 60 famílias acampadas (não estão assentadas) na mais pura miséria, pobreza, penúria; então pergunto aos senhores como fica a situação dessas famílias nesse núcleo.

Também gostaria de dizer a minha opinião quanto ao reflorestamento de *pinus* e eucalipto dentro desse núcleo: sou defensor da continuidade do reflorestamento de *pinus* e eucalipto nessas áreas do núcleo. Vejamos bem, áreas que têm mata nativa se preservam, que são matas onde existem capoeiras, carqueja, samambaia, caraguatá e assim por diante. Entendo eu que isso não é crime ambiental, o eucalipto é a maior fonte de riqueza, é a maior fonte de geração de renda, é a maior fonte de geração de impostos. Na minha propriedade, temos reflorestamento de araucária - mais de cem mil árvores -, temos pecuária e temos reflorestamento de *pinus*, e é nesse reflorestamento que hoje se emprega a mão-de-obra dos assentamentos vizinhos.

Então, fica aqui a minha colocação: sou defensor de que se estenda às áreas no núcleo, não derrubando as matas nativas. Nas áreas de grama, que se coloquem o *pinus* ou o eucalipto, porque passados três anos você pode retornar com a pecuária em cima com o *pinus* ou com o eucalipto. Isso para mim é ser o que hoje está muito em moda: a terra ter função social.

Muito obrigado!

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - A sua pergunta remete a uma questão fundamental: a necessidade de um inventário florestal. Isso é primordial. E além do inventário florestal, temos que ter o zoneamento ecológico e econômico.

O senhor colocou a questão dos 180 alqueires do Inkra, e vai precisar para liberar esse assentamento o Rima - Relatório de Impacto do Meio Ambiente -, porque a resolução do Conama é muito clara: passou de 50 hectares, tem que ter Relatório do Impacto do Meio Ambiente. Então vai ter que passar por isso. Provavelmente vão ter que deixar uma área para preservação, conservação e assim por diante, porque, tendo o inventário florestal, este nos diz que tipo de reservas nós queremos, que tipo de preservação queremos e qual é a viável.

Então, já temos como começar essa questão, por isso que a Fatma, a Secretaria do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, a Assembléia e todos que aqui estão querem participar dessa discussão, não tenho dúvida disso. Acho que podemos chegar a um consenso, a um denominador comum na medida em que se for discutindo, podendo satisfazer a todos. É neste sentido que acho que poderíamos ir para um encaminhamento bastante concreto, como o Deputado Herneus de Nadal colocou, porque esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o Sr. Carlos Diehl.

O SR. CARLOS DIEHL - Sou um dos proprietários da Madeira Tupi, e queria chamar atenção que não foi só com essa Portaria 508, já há mais de dois anos que não estamos conseguindo explorar. Temos essa propriedade há mais de 50 anos, temos uma reserva, preservamos, conforme o Prefeito falou, só que uma indústria madeireira que preservou, que está tentando se manter e explorar o que ela preservou, não consegue, não tem como.

Há pouco estava falando para a Sra. Mendes que hoje, se estou na minha propriedade, eu me sinto criminoso, eles me tratam como criminoso. A pessoa chega lá... os órgãos me tratam como criminoso! Eu acho que a gente deveria repensar essa situação sobre os órgãos de fiscalização. Poxa, se há 50 anos eu preservei, porque precisam me controlar, me tratar daquela maneira?!

Uma outra coisa que eu gostaria de chamar atenção da Comissão é que nós fizemos planos de manejos florestais para poder continuar explorando e temos esse levantamento florestal, as empresas organizadas têm esses levantamentos, possuem um histórico sobre quantas árvores têm, que tipos de árvores têm. Quer dizer, uma empresa madeireira já pode fornecer isso para a Comissão.

Era isso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o Sr. Nelton de Souza.

O SR. NELTON ROGÉRIO DE SOUZA (Diretor da Faesc) - Quero cumprimentar os Deputados, o Secretário, o Grando. Sou engenheiro agrônomo, produtor rural e diretor da Federação da Agricultura.

Acho que já indo um pouco para alguma proposição, estou muito preocupado no sentido de que se viabilize nesses estudos que foram propostos uma forma efetiva da participação dos proprietários rurais e das empresas dessas regiões. Isso não é fácil, mas temos que viabilizar. Através das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores, dos sindicatos rurais (alguns Presidentes estão aqui presentes) e da Federação da Agricultura que se possa abrir uma ampla e profunda discussão com relação a essa questão. Acho que está na hora de se discutir esse assunto com um pouco mais de amplitude, não olhando apenas a preservação ambiental, mas olhando como o produtor rural, como o empresário pode participar dentro de uma reserva dessas, se assim fosse chamada, vivendo lá, explorando as suas atividades e respeitando algumas normas da legislação que já existe.

Temos que preservar o meio ambiente, todo mundo acha que sim, mas temos que preservar também a espécie humana, temos que preservar também o homem, temos que preservar o colono, temos que preservar as suas famílias, como disse essa senhora. E essa fórmula existe. Eu, por exemplo, conheço em outros países reservas ambientais, parques nacionais onde as pessoas não foram excluídas, ficaram lá desenvolvendo algumas atividades, não podendo desenvolver outras, e recebendo ajuda do Governo para que lá pudessem ficar e cuidar das suas famílias.

Já indo então com uma proposição, como nós viabilizaríamos a participação efetiva nos municípios dos produtores rurais e dos empresários, inclusive apresentando sugestões concretas de como deveríamos resolver essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Indago se mais alguém gostaria de fazer alguma manifestação.

O SR. ANTÔNIO GUERREIRO (Água Doce) - Quero externar inicialmente o meu sentimento de gratidão ao Deputado Herneus de Nadal por ter ouvido o apelo dos água-docenses e, acredito, o apelo dos demais municípios que aqui estão presentes. Quero reconhecer também o trabalho do Deputado Reno Caramori, que tem sido uma voz atuante em defesa dos proprietários atingidos por essa portaria; e a parceria do Dr. Sérgio Grando e do Dr. Bráulio, que aqui estão dando sentido a esta audiência pública.

Na condição de proprietário atingido pela Portaria 508 inicialmente e hoje com a provisória 178, quero dizer que não somos contra as medidas que venham atender ao meio ambiente desde que elas sejam racionais, porque da forma que foi editada essa portaria, me perdoem os senhores, vocês estão sendo muito agressivos, porque ela foi prepotente, radical e tirou o direito de propriedade nossa, produtores que somos.

Como sugestão ao encaminhamento dessa discussão, entendo que nós devemos criar um zoneamento econômico e ecológico, aí teremos rumo para poder dar continuidade ao desenvolvimento da produção em nossa propriedade.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Agradecemos as manifestações efetuadas e partimos agora para os encaminhamentos.

Passo a palavra ao Sr. José Antônio Farias.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CARDOSO FARIAS (Coordenador do Programa de Recursos Florestais da Epagri) - Sou engenheiro agrônomo e coordenador do programa de recursos florestais da Epagri, e em primeiro lugar queria louvar esta Casa por essa iniciativa de procurar evitar que a Portaria 508 realmente causasse uma série de problemas para a sociedade catarinense.

Como proposta, gostaria de dizer o seguinte: acho que nós não podemos perder o foco de desenvolver protegendo. Acho que esse é o nosso grande caminho, e temos que nos preocupar no sentido de que toda essa iniciativa que teve em Água Doce... Esse movimento, no fundo faz com que a gente se mobilize mais; nós nos mobilizamos para evitar a Portaria 508, e gostaria que isso fosse uma prática constante para que pudessemos fazer no nosso Estado um planejamento estadual do desenvolvendo florestal, para tratar a área florestal com mais profissionalismo, porque, na verdade, estamos muitas vezes só apagando incêndio e tratando a área florestal como ilha. Devemos trabalhar em conjunto, tanto o setor público como o setor privado, para que no futuro não ocorram essas portarias que fazem com que tenhamos que nos reunir com urgência para evitar esse tipo de trabalho.

Portanto, vamos nos organizar mais; a própria Epagri está aí para acompanhar, juntamente com a Secretaria da Agricultura, para que se tenha um trabalho profissional e que a área florestal realmente dê uma grande contribuição para o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Acolhemos a manifestação e concedemos a palavra ao professor Sérgio Grando.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Eu apenas gostaria de dar um exemplo prático: falou-se aqui em zoneamento ecológico e econômico, e quando assumimos a Fatma, surgiu um problema em relação ao marisco. Todo mundo sabe que o marisco tem uma certa rentabilidade econômica e interesse de desenvolvimento. Ora, sabemos que não podemos fazer com que todo mundo crie marisco em toda orla marítima, então o que foi feito? Através da universidade, que tem um laboratório, que forma engenheiros na área de aquícultura, foi feito um zoneamento sobre onde pode criar e onde não pode criar, de forma racional, tranqüila, evitando conflitos e podendo atuar economicamente e desenvolver essa atividade.

Então, é dessa forma que o amigo colocou: racional, equilibrada, como algo público. No início ninguém se preocupou com isso, mas depois começou a ter um certo volume econômico e dedicação de milhares de pessoas, que é o que ocorre hoje. Da mesma forma a questão do reflorestamento, e é o papel do Poder Público, das entidades, dos proprietários, enfim, de toda a sociedade, ter um zoneamento ecológico e econômico, partindo isso, sim, depois de fazer todo o inventário florestal.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Indago aos integrantes da mesa se gostariam de fazer a sua manifestação, e início pelo Secretário Bráulio Barbosa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE (Bráulio César da Rocha Barbosa) - Gostaria de dizer que foi muito interessante essa participação aqui na Assembléia, porque existem consensos que estão muito claros. Eu não vi ninguém falar aqui contra a preservação do bioma araucária. Quer dizer, é um ponto de partida interessante, existe a preocupação com a questão ecológica e existe também uma coisa extremamente clara: que é urgente a realização do inventário florestal catarinense. É a coisa mais aguda, mais urgente, é aquilo que nós temos que fazer.

Existe uma proposta muito clara do Deputado Herneus de Nadal no sentido de que a Assembléia Legislativa e esse fórum que está se instalando façam um documento, uma moção ao Ministério do Meio Ambiente no sentido de que se liberem os recursos, que não são tão grandes assim (em torno de um milhão de reais), para que façamos o nosso inventário, que vai permitir o zoneamento ecológico e econômico.

Só gostaria de dizer o seguinte: a questão política está muito bem encaminhada, seja por parte da Assembléia, pela mobilização dos Prefeitos, da sociedade, seja por parte da Câmara dos Deputados através do Fórum Parlamentar. A questão científica é que precisa desse aprofundamento através deste estudo. Eu vi muita gente aqui falar sobre a questão de reflorestamento por *pinus*, eucalipto etc., que são espécies, vamos dizer assim, economicamente interessantes e que, durante os anos, vêm sendo estimuladas pelos próprios órgãos de agricultura.

Mas eu posso dizer para vocês que, em reuniões em Brasília, percebemos que essa é a maior preocupação dos ambientalistas ligados a universidades grandes do País, como a Universidade de São Paulo, a de Campinas, que consideram, por exemplo, o plantio de *pinus*

como uma espécie invasora, como se fosse - e vou até usar uma linguagem médica aqui - um câncer que desse metástase a distância. Inclusive eles consideram que existem trabalhos científicos que mostram que o *pinus* pode se multiplicar a 40 quilômetros de distância do ponto das áreas de reflorestamento. Isso é extremamente preocupante, e precisamos ter uma argumentação científica muito forte para, no momento do debate, do embate, termos isso muito claro. Porque se não tivermos essa argumentação, vamos perder na hora do debate, entendem?

Então, o caminho é esse, o estudo científico tem que ser feito e dará para nós, para a sociedade, o respaldo necessário para que, a partir daí, busquemos o desenvolvimento sustentável de toda essa região que ora estamos aqui discutindo.

Era isso o que gostaria de dizer, e está de parabéns a Assembléia Legislativa. Acho que o caminho é esse, e o Governo do Estado, como não poderia deixar de ser, é parceiro desse projeto, e não só parceiro, seremos um pólo ativo, atuante, estaremos diligentes na busca do desenvolvimento sustentado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Concedo a palavra, por solicitação, ao Deputado RENO CARAMORI, para que depois possamos encaminhar as proposições.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É para encaminhamento, Sr. Presidente.

Pegando um gancho do nosso Secretário, realmente o fórum, que representa todos os partidos nesta Casa, tem uma função específica, pois foi criado justamente para dar todo o acompanhamento nesse processo. Então, acho que o caminho mais viável é que todo encaminhamento seja através do fórum, porque ele tem força do Parlamento e não só de uma Comissão. Acho que é importante a sua idéia, a sua observação de se fazer os encaminhamentos através do fórum.

Agora, faço só uma pequena observação sobre aquilo que eu falei no início: quando foi plantado o primeiro *pinus*, quem plantou era um louco, hoje foi o cara mais inteligente. Os Estados Unidos, e quem lida com madeira conhece, queimaram 50% da sua produção de *pinus*. Vocês se lembram do incêndio dois anos atrás? Hoje o Brasil vende para os Estados Unidos, porque os Estados Unidos vão levar 50 anos, no mínimo, para recuperar a sua floresta.

Então nós precisamos plantar *pinus*, e me perdoem os ecologistas, eu sou ecologista e acho que mais autêntico. Agora, tenho que entender que temos que sobreviver, portanto vamos achar um denominador comum. Esses 12 meses que ficamos acordados, o Ministério vai tratar disso com urgência, até para que possa ser feito paralelamente com esse levantamento que a Secretaria da Agricultura está concluindo (e conversamos naquele dia em Água Doce) o inventário, e nisso acho muito importante a participação da Fatma. Portanto, vamos preparar um ambiente para mostrar às grandes universidades que aqui nós produzimos *pinus*. O Norte pode não produzir *pinus*, produz outra coisa; agora, aqui em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul se produz *pinus* com um desenvolvimento extraordinário, o maior do mundo.

Então, acho que nós temos que partir para isso.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Passamos diretamente aos encaminhamentos. A primeira proposta de encaminhamento é uma moção ao Ministério do Meio Ambiente solicitando apoio, estrutura e recursos para a realização do inventário florestal e do zoneamento. A moção partiria dos integrantes desta audiência pública, e consulto os dois Deputados que estão aqui se faremos a propositura conjuntamente com o Plenário desta Assembléia, com todos os integrantes deste Parlamento.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O fórum representa o Plenário do Poder, Deputado.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sim, o fórum conjuntamente com o Plenário, que é integrado pelos 40 Parlamentares. Desta forma, com certeza vai repercutir de uma forma mais aguda e mais forte os interesses do nosso Estado.

Então, a proposta é essa, mas também está aberta a sugestões, para melhorar.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Herneus, esse fórum tem uma amplitude, então, além de a moção ser votada em Plenário, podemos incluir as classes representativas, como a Associação dos Reflorestadores...

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Vou renovar a proposta então, Deputado. A proposta é que a moção tenha como origem todos os participantes desta audiência pública, os 40 Parlamentares e também os integrantes de órgãos governamentais que estão aqui: o Secretário e o Presidente da Fatma. E, logicamente, quando falamos dos 40 Parlamentares, o fórum está inserido dentro desse contexto, porque os Parlamentares deste Poder já estão nesse fórum.

Então, a proposta é essa. Quem com ela concorda, permaneça como se encontra; em havendo manifestação contrária, gostaria de ouvi-la. (*Pausa*)

Não havendo, damos por aprovada essa moção com relação ao inventário e ao zoneamento.

Agora partimos para mais uma proposta, para a qual gostaria da participação dos senhores e dos integrantes da mesa. É o encaminhamento de um expediente ao mesmo Ministério estabelecendo que não prospere o estudo sem a participação do fórum, da Comissão Permanente desta Assembléia, de órgãos governamentais e também de representantes diretamente interessados e envolvidos. Seria mais uma moção que encaminharíamos ao Ministério do Meio Ambiente.

Consulto os senhores e as senhoras se há alguma manifestação para melhorar essa proposta ou para inserir mais algum assunto nela.

O SR. NELTON ROGÉRIO DE SOUZA (Diretor da Faesc) - Acho que seria bom, Deputado, se o senhor permite, colocar bem clara essa representação dos interessados, que seriam os representantes dos produtores rurais e dos empresários do setor de reflorestamento.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - E o Poder Público, as nossas Prefeituras, as Câmaras de Vereadores, as entidades organizadas, com o objetivo de defender o interesse da nossa população.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Eu apenas acrescentaria os Prefeitos e universidades, principalmente da região.

O SR. NELTON ROGÉRIO DE SOUZA (Diretor da Faesc) - Perfeito. E os órgãos governamentais também. Acho que a Secretaria da Agricultura, embora a questão específica ambiental seja da Secretaria do Meio Ambiente, tem muito a ver na parte do desenvolvimento da agropecuária etc.. Então que fizesse parte efetiva.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tem tudo a ver, até porque queremos que o reflorestamento seja um apêndice da Secretaria da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Indago o seguinte: estão os senhores contemplados com essas duas propostas ou há mais alguma sugestão que pudéssemos inserir ou crescer?

A SRA. ANA CIMARDI (Diretora de Estudos Ambientais da Fatma) - Deputado, eu não saberia dizer se seria esta a ocasião, mas uma coisa muito importante quando se finalizar o processo desses estudos para a indicação de criação de unidades de conservação é que ficasse muito bem determinada a questão dos recursos para indenização, se couber, dessas áreas, porque a gente vive esse processo. Temos como exemplo o Parque Nacional da Serra do Itajaí, sobre o qual você faz os estudos, conclui os estudos, indica, por uma série de questões técnicas, que aquela área realmente deve ser preservada com a criação de uma unidade de conservação, e os recursos financeiros para isso?

Então, não sei como poderíamos fazer esse encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente no sentido de que ficassem sempre muito bem atrelados [os recursos]. Que também já corresse paralelamente a isso a forma com que vai ser feito e quais os recursos que vão ser utilizados para a indenização, quando houver o caso.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Consulto acerca desta manifestação, sugerindo que posteriormente, num momento adequado, pudéssemos dela tratar, para que possamos, antes disso, cumprir as demais fases. Mas é uma manifestação importante, e faço a consulta.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Tem que ser orçamentado, e acho que ficaria numa fase posterior, V.Exa. tem toda razão, até para saber que tipo de área de reserva nós podemos ter. Há várias no mundo, são vários os exemplos que podemos ter.

É também bastante claro a biodiversidade da questão científica desse tipo de atividade. Mas aí são estudos posteriores, até para nos complementar. Acho que o importante, e foi muito bem colocado, são essas duas moções, que poderão ser feitas.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Eu ainda gostaria, com a compreensão dos senhores...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Herneus, esse terceiro item dos recursos, acho que é viável, até porque tem que ser orçamentado. Então, nessa moção, já poderíamos incluir: "a garantia de recursos por parte do Ministério para indenizações futuras". Porque isso vai para o ano que vem, e eles vão ter que orçar neste ano para o ano que vem.

(Orador não identificado fala fora do microfone: Acho que devia incluir no estudo os recursos...)

Sim, mas isso é garantia de recurso, é um alerta para que eles façam uma garantia de recurso, que tem que ser orçamentado, e orçamento da União tem prazos. Nós temos 12 meses, e nesses 12 meses serão feitas audiências públicas, nesses 12 meses vamos saber quanto é que vai custar para o Governo Federal, e queremos na moção já botar a preocupação da garantia de recurso por parte do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Se for este o entendimento, esta Presidência não tem nenhuma objeção.

O SR. ÉNIO MÁRIO MENDES (Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais) - A colocação que nós fazemos é a seguinte: estamos agora encaminhando propostas para se começar a discutir o assunto. Se nós já ficarmos colocando recursos, aí eles vão dizer: não, eles estão querendo vender as terras e vão criar o parque. Porque a nossa proposta é a não-criação de parques mas sim de reservas particulares, com a sociedade participando, como falamos no início. O Governo por si só não toca nem os parques existentes que tem.

Então, entendemos que esse não seria o assunto agora, seria depois.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Não seria esta a fase.

O SR. ÉNIO MÁRIO MENDES (Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais) - Eu acho que não, porque daí estamos admitindo que queremos vender nossas propriedades, e não é isso que queremos, nós queremos preservar morando e produzindo. Esse é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - De forma democrática, submeto à votação. Aqueles que entendem que se deve inserir a previsão orçamentária, ergam o braço; os que preferirem o contrário, permaneçam como estão.

Por maioria, não será inserido. Essa etapa deverá ser tratada posteriormente. Então, democraticamente...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Vou recomendar mais uma vez: matéria orçamentada tem limites. Chegando em novembro, acabou-se, não tem orçamento.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Reno Caramori, a decisão aqui é política e tem a seguinte intenção, se bem colhida as manifestações: obedecer às etapas para não manifestar nenhuma concordância com qualquer decisão que porventura seja tomada, e em parte já está tomada, até porque a Portaria 178 não revoga a 508, mas sim susta por um determinado tempo certas situações, e em parte. Por isso mesmo me parece que o entendimento é político, e nós acatamos, foi discutido por maioria.

Mas está com palavra o Deputado Reno Caramori, para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu vou ser bem rápido pelo adiantado da hora. Quero agradecer a presença de vocês e ressaltar a importância disso aqui. É muito importante, e não é porque a minha região é essencialmente madeireira, não; é uma região madeireira, de fruticultura, de agricultura, de pecuária. E defendendo, sim, o empresário da madeira com toda a vontade porque é quem vai comprar o *pinus*, o eucalipto seja de onde for. Hoje nós vemos aqui eucalipto de Bom Retiro indo para Caçador, de Bom Retiro indo para Forquilha, nas serrarias. É uma loucura o trânsito hoje de *pinus*, que vai e vem.

Precisamos garantir reservas para o reflorestamento, por isso a preocupação em unir nossos esforços para manter a pecuária, a agricultura, a fruticultura. Agora, em áreas disponíveis, capazes de serem reflorestadas... Está aqui a sua idéia João, é muito importante, e temos aí a Associação Brasileira de Reflorestadores; a Associação Sul-Brasileira de Reflorestadores, comandada por um catarinense, o Caron, que deveria estar presente aqui hoje, se não veio é porque deu algum problema; temos a Associação Catarinense de Reflorestadores, a Associação Catarinense da Indústria do Papel e Celulose, e a todas diz respeito essa questão.

Se analisarmos hoje os milhares de empregos que a indústria do (*ininteligível*) está fornecendo... Disse muito bem o nosso produtor-agricultor que está dando emprego para os assentados, que estão comendo graças ao trabalho que estão tendo no reflorestamento ou na industrialização. Por isso, minha gente, é muito importante partirmos para uma efetiva investida - e o fórum tem personalidade jurídica para isso, tem força -, porque ela amplia o leque, buscando governo, buscando sociedade não-governamental de todas as sortes para reforçar.

Vamos fazer um documento muito bem elaborado, submetido à apreciação dos técnicos que conhecem bem a área, além da orientação socioeconômica, porque o Ministério está organizado, estive lá discutindo, eles sabem tudo, têm uma organização fabulosa. Esse rapaz, que é catarinense, tem tudo.

Agradeço mais uma vez a todos pela presença. Acho que é importante partirmos para uma efetiva busca dos nossos direitos, e respeitando, é óbvio. Vamos repetir aqui: ninguém quer maltratar a natureza, tenho certeza de que todos querem viver e ver viver os seus filhos, os seus netos, os seus bisnetos e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o professor Sérgio Grando, para as suas considerações finais.

O SR. DIRETOR-GERAL DA FATMA (Sérgio Grando) - Gostaria de agradecer pelo convite que esta Casa nos fez, a todos que estão aqui presentes. Desde o início nos preocupamos, até por pedidos de informação, de requerimentos desta Casa, bem como do próprio do Governador Luiz Henrique, que quis ficar a par sobre esse assunto e tem lutado, juntamente com os senhores, para uma melhor solução.

Então, o meu muito-obrigado, e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra agora o Sr. Secretário Bráulio Barbosa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Bráulio César da Rocha Barbosa) - Bom, já fiz as minhas considerações finais anteriormente; então, gostaria de cumprimentar a Assembléia Legislativa por essa iniciativa, acho que estamos no caminho certo. Como eu já disse, a questão política está muito bem encaminhada, falta agora o nosso estudo para que possamos validar cientificamente a nossa gestão política.

O corpo técnico da nossa Secretaria está em parceria com a Fatma, e a Secretaria estará aberta a todos os senhores que quiserem nos procurar para ver como estamos encaminhando esses estudos, que vão ser feitos, no caso, diretamente com a Secretaria da Agricultura. E acredito que, se Deus quiser, até o final do ano teremos isso resolvido.

Sobre a questão que foi colocada aqui das indenizações, acredito que isso será um pouco mais na frente. Daqui a um ano vamos voltar ao assunto, e haverá então a definição, talvez, de uma portaria final, de uma legislação final quanto à criação ou não, ou a forma de criação dessas unidades de conservação. Aí, sim, vamos ter que pensar, se for o caso, em possíveis indenizações, que, via de regra, não acontecem como era de se esperar. Temos exemplos aqui, inclusive na região do Planalto Serrano, onde isso não aconteceu. É algo que realmente nos preocupa, mas não podemos fugir, nessa fase inicial, do foco que foi tomado. Vamos por partes: primeiro resolver a questão do inventário, conseguir esses recursos para, numa segunda etapa, quem sabe novamente a partir da Assembléia, rediscutirmos os novos encaminhamentos.

Parabéns pela presença a vocês aqui, e mais uma vez os meus cumprimentos à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Indago ao meu Líder, Deputado Rogério Mendonça, se deseja fazer também as suas considerações.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Gostaria de parabenizar o Deputado Herneus, autor da proposição que ensejou esta audiência pública; saudar o Secretário Bráulio; o Diretor-Geral da Fatma, Sérgio Grando; o Deputado Reno Caramori, grande lutador das causas florestais de Santa Catarina; todos os Prefeitos e lideranças; os senhores e as senhoras que aqui estão.

A Assembléia, é verdade, já tem realizado muitas audiências públicas sobre este assunto e, com certeza, muitas ainda terão que ser realizadas. Não podemos nos descuidar, sabemos que dentre as muitas vocações que tem o nosso Estado uma das maiores é a vocação florestal, exatamente por sua condição topográfica e climática, que permite uma condição especial para o desenvolvimento de determinadas espécies florestais.

Por isso, o nosso cuidado e a nossa atenção, principalmente aqui da Assembléia Legislativa. Temos que ter um cuidado muito grande, porque muitas vezes aquelas pessoas que estão em Brasília presas em gabinetes deixam-se levar por sonhadores, que acham que somente da preservação ambiental conseguimos sobreviver. Nós temos que ter, sim, o olho sempre atento às questões ambientais e à preservação da natureza, mas também temos que ter a preocupação com a manutenção da nossa população, e essas questões econômicas também têm que estar lado a lado.

Parabenizo todos. Os encaminhamentos aqui desta Casa foram muito bons, e não podemos achar que esta audiência vai resolver. Já tivemos muitas audiências e, com certeza, teremos muitas outras pela frente para podermos manter, preservar e ampliar a situação do nosso Estado como produtor de madeira e também como um grande preservador do meio ambiente. Não podemos permitir que o nosso Estado se transforme numa grande unidade, e uma só, de conservação ambiental. De repente é isso que eles estão querendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra a Sra. Maria Elisa, gerente da área da Secretaria da Agricultura.

A SRA. MARIA ELISA MARTORANO BATHKE (Secretaria da Agricultura e Política Rural) - Uma simples correção: gostaria de salientar que não fosse desmembrada a situação de que iremos batalhar para o inventário florestal de Santa Catarina e para o zoneamento ecológico econômico, o produto final do inventário florestal é o zoneamento ecológico econômico do Estado. O Dr. Bráulio já falou que toda a situação política está movimentada e que a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Agricultura têm o projeto do inventário pronto, o que nos falta hoje são os recursos. E se não foi feito o inventário no ano passado, cuja parte técnica já estava aprovada no Ministério do Meio Ambiente, foi porque esse inventário estava locado numa emenda parlamentar de 12 milhões de reais para o Estado de Santa Catarina, para o programa florestal catarinense, e essa emenda parlamentar, na transição governamental federal, foi extinta.

Então, realmente os nossos esforços têm que ser no sentido de priorizar novamente o inventário no Ministério do Meio Ambiente, através de esforços do Fórum Parlamentar, de toda a sociedade civil organizada e entidades governamentais, para que possamos incluir novamente esse projeto na pauta do Ministério.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - É o objetivo da moção que estamos encaminhando.

Com a palavra por um minuto o Sr. Ênio.

O SR. ÊNIO MÁRIO MENDES (Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais) - Nós estamos vendo que de Florianópolis para Brasília a coisa está encaminhada. E nós, no interior? Vão voltar lá os outros que não vieram? Qual vai ser o encaminhamento, qual vai ser a nossa participação daqui para a frente?

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Bem, o encaminhamento é este: que através da moção não prospere nenhum levantamento sem que haja a participação dos segmentos a que nos referimos a pouco, como entidades de preservação, entidades representativas de produtores, federações, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, órgãos governamentais. Portanto, esse é o encaminhamento que estamos dando, para que haja a participação efetiva daqueles que estão diretamente envolvidos através de suas representações locais.

A manifestação que estamos endereçando ao órgão competente na esfera federal é que o levantamento não pode ser elaborado sem a participação efetiva daqueles órgãos, daquelas entidades citadas anteriormente. Agora, não sei se dentro disso ainda resta alguma dúvida.

O SR. ÊNIO MÁRIO MENDES (Presidente da Comissão da Portaria 508 - Reservas Florestais) - A dúvida continua porque as restrições continuam. A dúvida aqui é: o que vão fazer agora? Se, digamos, ficar mais um ano nessa situação, o art. 4º, continuam as restrições. É isso que nós temos que responder, e nós, proprietários, temos que planejar o que fazer.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Bem, com relação à restrição de utilização desses imóveis, é o que está previsto no documento, que são as Portarias 508 e 178. Portanto, isso é que está vigendo hoje, isso é que está valendo para efeito legal. Agora, o que estamos propondo é que se tenha a participação efetiva de todas as partes envolvidas nesse processo para a realização do levantamento. Não discutimos nenhuma ação para retirar das duas portarias a limitação de utilização de área. Parece-me que o objetivo agora é acompanhar o levantamento para, dentro do curso desse processo, fazer todos esses questionamentos e ter a participação de todos os segmentos envolvidos.

Não sei se respondi a questão.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ênio, é o seguinte: o acordo que foi feito lá é doze meses, agora nós vamos formalizar. Esse documento do fórum, que abrange toda a sociedade, vai formalizar ao Ministério os dois itens que foram aqui aprovados, e nós vamos solicitar para que nessa formalização se marquem as audiências públicas em cada município, com a participação de todo o fórum. Esse é o caminho que ficou acertado com o Secretário: cada município vai ter... Nós vamos elaborar, por isso que quando eles pediram 90 dias, eu disse que em 90 dias não se faria isso, porque nós precisamos de mais tempo. Sabem como é órgão federal... Eles entenderam que realmente tinha que ser um ano. Nesse período se executa o que diz a portaria, se está livre dentro daqueles critérios que estão na portaria. Nada impede, pode-se plantar, colher, criar, replantar dentro do que diz a portaria. E nas audiências públicas nós vamos discutir se vamos ampliar a portaria, se vamos diminuir, onde é que vai ser, como é que vai ser.

O SR. STÊNIO UBIRAJARA CALSADO VIEIRA (professor da Furb) - Sou professor universitário com vários anos dedicados à questão ambiental.

Deputado Herneus de Nadal, queria colocar a minha dificuldade de conseguir identificar o local e o horário da realização desta sessão. Quando se realiza uma audiência pública, um dos princípios é a publicidade, e estive em contato com vários presidentes de ONGs, telefonando, porque li numa pequena nota de um jornal, que não informava nem o horário nem o local, que seria realizada hoje esta audiência pública. E apesar de termos nossas vidas dedicadas às questões dessa ordem, que estão sendo discutidas com responsabilidade no dia de hoje, eu tive que fazer esse percurso longo por telefone para poder localizar esta sessão. Então, queria encaminhar à mesa o pedido de que fosse privilegiada a questão do princípio de publicidade para essas sessões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sobre esta questão a Presidência responde da seguinte forma: o *release* de 030/2003 trata da questão, foi distribuído a toda imprensa e tem como título "Comissão de Meio Ambiente - debate portaria sobre conservação de áreas florestais do Estado". Essa pauta também é amplamente divulgada pela TV AL. Esse *release* está em nossas mãos, foi divulgado para a imprensa e, logicamente, a imprensa divulga de acordo com a pauta que está no jornal ou na televisão. Mas a Comissão tomou todo o cuidado para a divulgação.

Finalmente, queria agradecer pela presença dos senhores, das senhoras, do representante da Fatma, professor Sérgio Grando; do Secretário Bráulio Barbosa; dos Deputados Reno Caramori e Rogério Mendonça; dos Srs. Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, de representantes de órgãos, entidades. De fato, esse tema enseja muita discussão, enseja um debate para muito tempo. O que nós enfocamos aqui hoje de uma forma mais objetiva foram os efeitos produzidos pelas Portarias 508 e 178, e sabemos que estamos atendendo aqui, em parte, unicamente as expectativas, até porque, como foi dito, a Portaria 178 não revogou a Portaria 508, simplesmente sustou por um determinado tempo os efeitos de parte da decisão que foi tomada por aquela portaria referida.

Todos os senhores têm preocupação com o futuro, têm expectativas dentro da sua comunidade, da sua atividade comercial, da sua atividade produtiva. Por isso mesmo esse desafio fica sendo uma preocupação constante do fórum aqui constituído, do fórum anteriormente constituído, agora enriquecido com a participação dessas entidades todas, que, de fato, precisam manter-se sempre em estado de alerta para fazer com que se possa promover o progresso e o desenvolvimento no nosso Estado de uma forma equilibrada, sustentada, que permita, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente, as garantias de a natureza poder cumprir com o seu papel importante dentro do meio ambiente, dentro da sociedade moderna em que vivemos. Mas também não se pode retirar das famílias que dependem do meio ambiente para sobreviverem a condição de extrair as riquezas necessárias. É uma questão de meio ambiente, é uma questão da natureza, mas é também uma questão social e econômica. Por isso que precisamos ter a capacidade e a grandeza de ver um todo, e não única e exclusivamente uma das questões que sustentam essa discussão.

Reitero meu agradecimento e minha alegria pela presença de todos, e colocamo-nos à disposição, juntamente com os meus nobres Colegas que aqui estão (o Deputado Dado Cherem precisou se retirar para participar da Comissão de Saúde desta Casa). Todos nós, com certeza, estamos imbuídos de boa-vontade e de espírito público para que se dêem respostas à nossa população.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado. (Palmas)

DEPUTADO EDUARDO CHEREM
PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 029/03

Grupo de Voluntário do Hospital Municipal São José
Relatório Anual - 2002

O grupo de voluntárias do Hospital Municipal São José no decorrer deste ano, realizou 5.200 visitas de apoio aos pacientes internados, através de 39 voluntárias.

Abaixo citamos as principais realizações e doações que o grupo fez aos pacientes e também ao Hospital Municipal São José.

Doação de 300 toalhas de banho, 100 escovas de dentes, 80 tubos de creme dental, 184 sabonetes.

Foram doados 14 pacotes de absorventes higiênicos e 100 pacotes de fraldas descartáveis adulto e infantil.

Doação de 326 peças de lingerie, 140 cuecas, 100 pijamas, 21 camisolas, 60 bermudas, 113 pares de chinelos, 105 calças de moletom, 40 camisetas, sendo todos estes produtos novos.

Para as crianças internadas na pediatria foram doadas: 90 pijamas, 18 calcinhas, 100 conjuntos para inverno.

roupas usadas foram doadas 3.200 peças, principalmente para acompanhantes, pacientes sem residência fixa.

Foram entregues 12 cestas básicas para famílias de pacientes carentes e 24 latas de leite e sustagem
Doação de 100 passagens de ônibus municipal e 12 para outros municípios. Aproximadamente 72 pacientes foram auxiliados com a compra de medicamentos, após alta hospitalar.
Foram comprados 3 coletes ortopédicos do tipo PUTTI e 2 colares cervicais, os quais auxiliaram diversos pacientes através de empréstimo.
Para os funcionários do hospital, foi realizado bazar permanente de roupas usadas, e outro com produtos recebidos da Receita federal.
O Hospital foi beneficiado com a doação de 10 ventiladores e 10 suportes de TV para o setor de oncologia, 10 colchões piramidal com capa, para as U.T.I.s, para o programa de prevenção de escaras, 150 metros de tecidos para confecção de lençol, 20 aspiradores à vácuo para uso preferencial nas U.T.I.s adulto e infantil.
Durante as comemorações do dia dos pais, das mães, dia das crianças páscoa e natal os pacientes receberam presentes e homenagem do grupo de voluntárias.
As crianças que realizam atendimento quimioterápico ambulatorial, no setor de oncologia, neste ano também receberam festas e presentes nos dias das crianças e natal.
Joinville, 19 de dezembro de 2002.

Eloisa Cristina Pabst Dozol
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/03

Demonstrativo da Receita e despesas de 2002

Receitas		Despesas	
Bazar	16.021,70	Roupas, calçados, alimentos	7.321,45
feita da solidariedade	2.340,33	Material de higiene	369,74
Contribuição Expontânea	1.724,00	Combustível, telefone	248,00
Juros caderneta de poupança	701,60	aparelhos ortopédicos	329,00
Subtotal	20.787,63	Medicamentos	2.261,36
Saldo conta corrente ano anterior	976,33	Passagens, passes ônibus para pacientes	461,94
Saldo poupança ano anterior	8.568,43	Promoções Sociais	1.325,60
Total da Receita	30.332,39	Despesas, cartório, contador, correio	242,30
		Anuidade Ajos	120,00
		Tarifas bancárias	80,43
		Festas da Solidariedade	709,20
		Material de expediente	236,00
		Lençóis, colchão piramidal, capas, ventiladores de teto, placas	4.304,40
		Subtotal	18.009,42
		Saldo conta corrente para 2003	133,15
		Saldo poupança para 2003	10.638,34
		Caixa - em espécie	1.551,48
		Total para conferência	30.332,39

Eloisa C. P. Dozol - Presidente
Eliete Eberhard - Tesoureira

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada dia 03 de abril de 2003

A reunião foi aberta pela Presidente atual onde foi feita a oração do Pai Nosso. em seguida foi cantado parabéns para as aniversariantes do mês de abril. Heleane nossa assistente Social nos apresentou 4 voluntárias novas que agora irão fazer parte do grupo são elas: Maria aparecida Correa, Jandira Forte, Alcione Gazdechi e Elis B. Mechels. Foi feita também a apresentação da nossa rainha da Festa da Solidariedade nossa voluntária Odávia da Silva.

A presidente pediu para todas se empenharem nas vendas das rifas e na organização da mesma. A escala de trabalho será montada na próxima reunião dia 30 de abril. Dia 15 de abril acontecerá um café da manhã para a presidente de entidades e rainhas no Golden Bingo; no próximo dia 10 de abril reunião de voluntárias da cidade as 19:00 hs no SENAC.

Foi discutido também a festa da Páscoa. Dia 16 de abril em todo o Hospital incluindo os pacientes da hemodiálise e as crianças da oncologia.

antes do encerramento da reunião foi feita a eleição da nova direção do grupo após a eleição ficou constituída.

Joana Schneider - Presidente
Edith Piazero - Vice-presidente
Vera Miranda - Tesoureira

Encerando a reunião Heleane Assistente Social nos avisou que a partir dessa semana deveremos usar calçados fechado motivo: evitar infecção hospitalar.

Nada mais a tratar foi encerrada a reunião sendo lavrado a presente ata que vais assinada pela diretoria.

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 016/03

REQUERIMENTO RQS/0201.8/2003

Requer a Constituição do Fórum Permanente da Adoção na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa diretora,
Os Deputados que este subscrevem, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, considerado:

- que abordar o tema "adoção" não é tarefa fácil, porquanto transcende o contexto meramente jurídico, ligando-se às mais complexas variáveis de ordem psicossocial, econômica, política e moral. Se conhece que quase toda adoção precede um abandono;

- que números do IBGE dão conta de uma realidade tão dramática quanto alarmante:

- há cerca de 60 milhões de brasileiros na faixa de 0 a 17 anos;
- somente pouco mais de metade da população infanto-juvenil bebe água tratada e corrente em sua casa;

- cerca de 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos de famílias pobres não freqüentam a escola, sobretudo nas periferias e na zona rural;

- o sistema escolar é altamente seletivo e inequitativo;

- os jovens estão ingressando cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, 7,5 milhões de crianças e adolescentes com menos de 17 anos têm de trabalhar para levar o pão de cada dia à suas famílias, condenadas à miséria por um sistema intrinsecamente contraditório e perverso, que não permite pagar um salário digno a um pai de família, sob pena de causar desemprego e a sua própria falência;

- doenças típicas de países ricos e adiantados convivem hoje com malária (600 mil casos e 3 mil óbitos por ano), mal de chagas esquistossomose, moléstias controláveis por vacina (sarampo, difteria e tétano), dengue, cólera, AIDS, gastroenterite e doenças do aparelho respiratório;

- que num país de milhões de crianças abandonadas, em que os filhos adotivos representam apenas 1% dos filhos naturais, o instituto da adoção deveria ser utilizado como instrumento de política social emergencial, da mesma forma que ocorreu na Europa, destróçada após as duas guerras mundiais;

- que a constituição de 1988, em consonância com normativa internacional, deixa transparecer no art. 227, à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à dignidade, à liberdade e finalmente, à convivência familiar. "O direito a ter uma família, consagrado pelo texto constitucional, é um direito natural, pois a família é o "locus nascendi" da criança;

- que todos sabemos que o desenvolvimento infantil e a qualidade dos cuidados parentais que uma criança recebe em seus primeiros anos de vida, são de importância vital para sua higidez mental presente e futura. Existe um grau enorme de bloqueios bio-psico-sociais, no desenvolvimento de uma criança em situação de abandono ou institucionalizada;

- que a criação do fórum em comento resultará na intermitente busca de informações, conceitos e ações desta Casa no que toca este importante tema, possibilitando serem mantidos e difundidos intercâmbios de interesse da sociedade, com repercussões diretas no desenvolvimento espiritual, cultural e social local;

- que tendo em vista especialmente o expressivo número de crianças em situação de eminente risco social no Estado, a matéria em questão se apresenta, com certeza, de grande e de notório interesse para o povo catarinense;

- que, na esfera Federal, o Poder Legislativo já concretizou posicionamento idêntico ao ora proposto;

- que o Regimento Interno da ALESC preconiza no art. 40 que os fóruns permanente serão constituídos a requerimento de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa e que tratarão de matérias de grande e notório interesse para o povo catarinense e que por sua natureza e complexidade não possam ser acompanhados pelas comissões permanentes.

Solicitem, após deliberação do Plenário, seja constituído o **Fórum Permanente da Adoção**, composto por um representante de cada partido com representação neste Poder legislativo, com a participação, se assim for entendido, pelos integrantes a serem posteriormente indicados, de outros legisladores, de nível federal ou municipal e de outros estados da federação.

Sala das sessões, em
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Djalma Berger
Deputado Celestino Secco
Deputado Altair Guidi
Deputado João Rodrigues
Deputado Pedro Baldissera
Deputado Júlio Garcia
Deputado Francisco de Assis
Deputado Eduardo Cherem
Deputado Herneus de Nadal
Deputada Simone Schramm
Deputado Genésio Goulart
Deputada Ana Paula Lima
Aprovado em Sessão
de 08/05/03

*** X X X ***